

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**ANA VITÓRIA BRUXEL MENDEZ**

**A FOME NOS PAÍSES ANDINOS E A RETOMADA DOS SISTEMAS  
TRADICIONAIS DE PRODUÇÃO: CONSIDERAÇÕES A PARTIR DO CASO  
BOLIVIANO**

**Porto Alegre**

**2022**

**ANA VITÓRIA BRUXEL MENDEZ**

**A FOME NOS PAÍSES ANDINOS E A RETOMADA DOS SISTEMAS  
TRADICIONAIS DE PRODUÇÃO: CONSIDERAÇÕES A PARTIR DO CASO  
BOLIVIANO**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Fabian Scholze  
Domingues

**Porto Alegre**

**2022**

## CIP - Catalogação na Publicação

Mendez, Ana Vitória

A fome nos países andinos e a retomada dos sistemas tradicionais de produção: considerações a partir do caso boliviano / Ana Vitória Mendez. -- 2022.  
108 f.

Orientador: Fabian Domingues.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Curso de Relações Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2022.

1. Soberania Alimentar . 2. Segurança Alimentar .  
3. Países Andinos . 4. Bolívia . 5. FAO. I. Domingues, Fabian, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

**ANA VITÓRIA BRUXEL MENDEZ**

**A FOME NOS PAÍSES ANDINOS E A RETOMADA DOS SISTEMAS  
TRADICIONAIS DE PRODUÇÃO: CONSIDERAÇÕES A PARTIR DO CASO  
BOLIVIANO**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Fabian Scholze Domingues

Aprovada em: Porto Alegre, 11 de outubro de 2022.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. Fabian Scholze Domingues – Orientador  
UFRGS

---

Profª. Dra. Pâmela Marconatto Marques  
UFRGS

---

Profª. Dra. Gabriela Peixoto Coelho de Souza  
UFRGS

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer ao apoio dos meus pais em todos os momentos da minha vida, os quais ao longo dos anos se dedicaram intensamente em me acompanhar nas diversas etapas que vivenciei, me incentivando sempre a buscar formas de compreender o mundo. Eles são a minha base e sempre estiveram comigo para vencer os desafios, celebrar as vitórias e me ensinar a admirar e valorizar todas as culturas e povos, compreendendo suas realidades e acreditando na construção de um mundo sustentável e ecológico.

Agradeço ao apoio da minha família, em especial as minhas duas avós, que me ensinaram a admirar a diversidade dos alimentos e das culturas, sendo minhas inspirações para realizar este trabalho. A minha avó materna brasileira, agradeço por ter me apresentado a beleza do cultivo e do preparo dos alimentos. A minha avó paterna boliviana e aymara, agradeço por ter me mostrado as riquezas da América Latina, em especial as diversidades culturais da região andina.

Ao meu namorado, agradeço pela grande parceria ao longo destes anos, estando sempre disposto a me ajudar com tudo, me incentivando a acreditar em mim mesma e me estimulando nos momentos difíceis.

Agradeço ao meu orientador, Fabian Domingues, por ter me apoiado neste processo, colaborando com materiais, sugestões e ensinamentos, me auxiliando a entender a estrutura de um processo de pesquisa.

Por fim, sou grata a todos os professores da faculdade de Relações Internacionais da UFRGS, que se dedicam diariamente em ensinar novas visões de mundo, nos mostrando diversas culturas e nos fazendo refletir sobre qual o nosso papel na construção de uma sociedade sustentável, diversificada, igualitária e respeitosa.

## RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar as diversas realidades andinas de Segurança e Soberania Alimentar nos últimos anos, particularmente entre 2006-2022, buscando compreender quais foram os fatores que permitiram o desenvolvimento de um novo modelo econômico e políticas alimentares alternativas ao Sistema Neoliberal de Produção, durante o governo de Evo Morales. Como base, o estudo fundamenta-se na investigação das ações da FAO na região andina, através da análise de notícias do endereço virtual da organização, procurando compreender quais as vitórias e os desafios de sua atuação, focando nas contradições do Sistema Capitalista de Produção. Em um segundo momento, através de uma análise comparativa com fontes primárias e secundárias, se buscará compreender o que permitiu que a Bolívia se fortalecesse e conseguisse enfrentar as elites dominantes, desenvolvendo um novo modelo econômico e políticas alimentares baseadas na valorização das culturas e modos de produção alimentares indígenas, na diversidade de alimentos locais e na construção de uma alimentação sustentável, ecológica e comunitária.

**Palavras-chave:** Países andinos. Bolívia. Soberania Alimentar. Indígena. FAO.

## RESUMEN

El objetivo de este trabajo es analizar las distintas realidades andinas de Seguridad y Soberanía Alimentaria en los últimos años, particularmente entre 2006-2022, buscando comprender cuáles fueron los factores que permitieron el desarrollo de un nuevo modelo económico y políticas alimentarias alternativas al Sistema Neoliberal de Producción, durante el gobierno de Evo Morales. Como base, el estudio parte de la investigación de las acciones de la FAO en la región andina, a través del análisis de noticias de la dirección virtual de la organización, buscando comprender las conquistas y desafíos de su actuación, centrándose en las contradicciones del Sistema Productivo Capitalista. En un segundo momento, a través de un análisis comparativo con fuentes primarias y secundarias, se procurará comprender qué permitió a Bolivia fortalecerse y lograr enfrentar a las élites dominantes, desarrollando un nuevo modelo económico y políticas alimentarias basadas en la valorización de las culturas y formas de producción de alimentos de los pueblos indígenas, la diversidad de alimentos locales y la construcción de alimentos sustentables, ecológicos y comunitarios.

**Palabras-clave:** Países andinos. Bolivia. Soberanía Alimentaria. Indígena. FAO.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Técnicas de conservação de alimentos da civilização Inca.....	20
Tabela 2- Modelo Neoliberal X Modelo Econômico Social Comunitário Produtivo.....	67
Tabela 3- Termos “Indígena” e “Mujer” na constituição dos países andinos .....	92
Tabela 4- Termos "Soberanía alimentaria” e “Seguridad alimentaria” nos países andinos....	93

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALADI- Associação Latino-Americana de Integração  
ANAMURI- Asociación Nacional de Mujeres Rurales e Indígenas  
ANZOROC- Asociación Nacional de Zonas de Reserva Campesina  
CAMACCIP- Coordinadora Nacional de Comunidades Campesinas y Indígenas del Perú  
ADECAP- Asociación de Defensa y Desarrollo de las Comunidades Andinas del Perú  
CCP- Confederación Campesina del Perú  
CHIRAPAQ- Taller Permanente de Mujeres Indígenas Andinas y Amazónicas  
CIAMB- Comunidad Indígena Asháninka Marankiari Bajo  
CIPCA- Centro de Investigaçã o e Promoçã o do Campesinato  
CIQ- Centro Internacional da Quinoa  
CMA- Conferência Mundial da Alimentação  
CNA- Confederación Nacional Agraria  
CNA- Coordenador Nacional Agrário  
CONACAMI- Coordinadora Nacional de Comunidades Afectadas por la Minería  
COPPIP- Conferência Permanente de los Pueblos Indígenas del Perú  
CSCIB- Confederación Sindical de Comunidades Interculturales de Bolivia  
CSUTCB- Confederaçã o Sindical Única de Trabalhadores Campesinos da Bolívia  
CSUTCB- Confederación Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Bolivia  
EUA- Estados Unidos da América  
FAO- Food and Agriculture Organization  
FARC- Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia  
FEI- Confederación de Pueblos, Organizaciones Indígenas Campesinas do Ecuador  
FENACLE- Federación Nacional de Trabajadores Agroindustriales, Campesinos e Indígenas Libres del Ecuador  
FENMUCARINAP- Federación Nacional de Mujeres Campesinas, Indígenas, Nativas y Asalariadas del Perú  
FENSUAGRO-CUT- Federación Nacional Sindical Unitaria Agropecuaria  
FEUNASSC- Federación Única de Afiliados al Seguro Social Campesino del Ecuador  
INIAP- Instituto Nacional de Investigaciones Agropecuarias  
MAGAP- Ministerio de Agricultura, Acuacultura, Ganadería y Pesca  
MAS- Movimiento al Socialismo  
MCCTH- Ministério Coordenador del Conocimiento y Talento Humano  
MRTK- Movimento Revolucionário Tupac Amaru  
MST- Movimiento de Trabajadores Sin Tierra  
OBAAQ- Federación Puquina; a Organización de Comunidades Aymaras, Amazonenses y Quechuas  
ONU- Organização das Nações Unidas  
PMA- Programa Mundial de Alimentos  
RANQUIL- Confederación Nacional Sindical Campesina, del Agro y Pueblos Originarios  
FNCEZ- Frente Nacional Campesina Ezequiel Zamora  
UNCA- Unión de Comunidades Aymara  
UNICEF- Fundo das Nações Unidas para a Infância

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>10</b>
<b>2. O SURGIMENTO DA FOME NA REGIÃO ANDINA</b>	<b>14</b>
2.1 A alimentação andina e os métodos de produção alimentar na América Pré-Colombiana	14
2.2 O início da fome: a chegada dos colonizadores e as conseqüentes rupturas no sistema tradicional de produção alimentar	21
<b>3. AS TRANSFORMAÇÕES DO SISTEMA ALIMENTAR COM O MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA</b>	<b>25</b>
3.1 A ordem colonial, exploração e lucro em novas terras	25
3.2 Novos atores no sistema internacional e a industrialização da agricultura	26
3.3 O surgimento da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura	28
3.4 O neoliberalismo e a mudança do sistema alimentar	29
<b>4. AS AÇÕES DA FAO NA REGIÃO ANDINA</b>	<b>33</b>
4.1 Anos Internacionais: uma alternativa de agenda para valorização dos alimentos nativos	33
4.2 As ações da FAO nos países andinos entre 2013-2021, uma análise das vitórias e das limitações	35
4.2.1 Bolívia	36
4.2.2 Peru	38
4.2.3 Chile	39
4.2.4 Equador	41
4.2.5 Colômbia	43
4.2.6 Venezuela	44
4.3 Limitações da atuação da FAO na região andina em um sistema neoliberal	45
<b>5. ALTERNATIVAS AO SISTEMA: UMA ANÁLISE A PARTIR DO CASO ESPECÍFICO BOLÍVIA</b>	<b>48</b>
5.1. Questões Sociais	49
5.1.1. Questões sociais nos países andinos	50
5.1.2. Questões sociais na Bolívia	61
5.2 Questões Políticas	63
5.2.1. Questões políticas nos países andinos	63
5.2.2 Questões políticas na Bolívia	75
5.3. Questões culturais	84
5.3.1. Questões culturais nos países andinos	84
5.3.2. Bolívia	89
5.4. Análise dos resultados	91
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>96</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>98</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Segundo uma antiga lenda aymara, a quinoa - cereal cultivado e protegido pelos povos originários dos Andes - teria surgido das estrelas, as quais representavam uma porta de entrada para a comunicação com a Mãe Natureza. O alimento e a simbologia de seu cultivo se difundiram por toda a comunidade andina, representando até hoje uma esperança para a construção da soberania alimentar na região. Para os povos andinos, a alimentação é um ato social, cultural, econômico e espiritual, onde as dimensões comunitária e o individual da vida social se inter relacionam em torno de energias físicas e emocionais, nas quais todos os processos de produção se conectam em profundo respeito à vida e aos ciclos naturais da Mãe Terra (Pachamama). A diversidade e a riqueza dos alimentos da região estão profundamente conectadas às cosmovisões andinas, trazendo nas origens dos alimentos milenares elementos simbólicos e espirituais.

Ao longo da história da humanidade, a fome e a desnutrição sempre estiveram presentes nas sociedades como um desafio socioeconômico derivado de conhecimentos restritos de técnicas de produção, territórios inférteis, fenômenos naturais e conflitos entre populações. No entanto, foi apenas com o desenvolvimento do capitalismo, sistema constituído por desigualdades e contradições, que a fome ganhou proporções jamais vistas, tornando-se um dos principais problemas mundiais da atualidade (STEDILE; CARVALHO, 2011).

Na região andina, durante o período pré colombiano, a fome era quase inexistente, devido ao modo de organização das civilizações pré-colombianas permitir uma produção local de alimentos rica e diversa, com técnicas desenvolvidas, territórios férteis e sistemas de produção coletivos. Todavia, com a chegada dos europeus nos anos 1500, as relações sociais e de produção passaram a serem baseadas no domínio e exploração, através de violência e destruição, provocando desequilíbrios internos na estrutura e na organização dos povos andinos, originando a fome e a desnutrição em grande escala (CASTRO, 1959).

Com o posterior desenvolvimento do modo de produção capitalista, baseado na reprodução e acumulação de capital, os alimentos começaram a ser vistos como mercadorias e fonte de lucro. O controle da produção, que antes era local, passou então a se concentrar nas mãos das elites e de empresas transnacionais, acarretando em desigualdades, pobreza, desnutrição e insegurança alimentar. Assim, no século XX, devido à formação de um mercado oligopolizado, o controle da produção de sementes nativas, insumos agrícolas e a

produção local, passou a ser exercido por minorias, que visavam apenas o lucro individual e não o bem estar coletivo (STEDILE; CARVALHO, 2011).

As nações ricas, donas de grande parte das empresas que dominam o setor alimentício, passaram a utilizar este setor como via de controle dos seus interesses, aumentando suas riquezas através da exploração de recursos e da mão de obra dos países andinos, dificultando o acesso a alimentos de qualidade. Nessa realidade se apoiam os organismos multilaterais, os quais se encontram limitados e incapazes de propor mudanças estruturais que possam desestabilizar a ordem dominada pelas grandes potências, na qual há uma dependência aos países ricos que controlam os mercados internacionais e prejudicam a soberania alimentar dos países da região. Devido a este domínio e ao controle do mercado pelas elites, donas de grandes quantidades de capital presentes principalmente nos países desenvolvidos, a FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura) se encontra limitada de propor políticas de mudanças estruturais aos Estados, transformando-se em um organismo burocrático de pesquisa e registro dos índices de fome, pobreza e desnutrição (STEDILE; CARVALHO, 2011).

Considerando a existência de correlações de forças políticas que controlam a macroeconomia mundial, atualmente, os governos andinos sofrem dificuldades para elaborar políticas públicas eficientes que possibilitem reduzir os índices de fome e desnutrição. Ademais, a qualidade da alimentação tem sido prejudicada, pois a maioria das empresas visa lucrar através de baixos custos investindo em produções transgênicas e produtos ricos em gordura e carboidratos, os assim chamados produtos *ultraprocessados*.

O intenso crescimento dos índices de pobreza e fome dos últimos anos, tem sido um desafio ao desenvolvimento dos países andinos, os quais têm sido cada vez mais absorvidos por um sistema produtivo baseado em relações de desigualdade e dominação das nações mais ricas, controlando grandes empresas e explorando os produtores locais. Como consequência, no cenário andino a distribuição da produção e da renda igualitária têm sido deixadas em segundo plano, concentrando a matriz de produção em níveis internacionais e promovendo a agroindustrialização e padronização dos hábitos alimentares.

Como alternativa a esta complexa realidade, a Bolívia, durante o governo de Evo Morales, buscou desenvolver e implementar novas políticas alimentares, apoiando-se na força do movimento campesino da região. Utilizando como base a ideia de democratizar a riqueza e o poder para construir um Estado comprometido com a Soberania e Segurança Alimentar, o país busca modificar tanto a sua constituição, através da implementação de leis, como atuar com ações práticas.

Sua política se difere dos outros países da região por propor um novo modelo econômico, modificando a estrutura de produção através da valorização das riquezas nacionais e dos cultivos camponeses, combinando questões econômicas, culturais e étnicas para garantir a alimentação e os direitos de suas populações e do meio ambiente. Estas transformações provocaram um renascimento do país e a ascensão das vozes indígenas em diversos âmbitos, partindo da eleição do primeiro presidente indígena, da politização urbana e rural e da valorização das culturas, produções e hábitos dos povos originários.

Em minhas vivências na região, pude acompanhar de perto na posse de Evo Morales, no ano de 2006 em La Paz, a comemoração das populações indígenas e camponesas em terem pela primeira vez um representante nos âmbitos governamentais. Durante o seu governo, vi a minha avó conquistar seus direitos sociais, econômicos e culturais e aprendi na prática a importância de um Estado Plurinacional, com a valorização de todas as culturas da região e a união das populações urbanas e rurais. Ao mesmo tempo, conheci as revoltas das elites bolivianas com a ascensão das vozes indígenas e com a possibilidade de uma mudança do Sistema Neoliberal, opondo-se de todas as maneiras ao governo.

Tendo em vista essa conjuntura e o direito dos povos possuírem uma alimentação com qualidade e diversidade, em harmonia com os biomas que habitam e suas culturas alimentares, o presente trabalho tem como tema a análise da situação atual da Soberania e Segurança Alimentar nos Países Andinos, investigando quais foram os fatores que permitiram que no governo de Evo Morales fossem implementadas políticas alimentares e econômicas baseadas na retomada dos modos de produção tradicionais e na valorização da diversidade nativa. Desse modo a investigação terá como recorte temporal o início do governo de Evo Morales até os dias atuais, analisando os acontecimentos dos países andinos neste período, me permitindo um maior aprofundamento em realidades vivenciadas ao longo dos anos na capital boliviana, e uma compreensão das paralelas conjunturas dos demais países andinos.

A Metodologia utilizada ao longo do trabalho será a análise qualitativa, baseando a primeira parte do estudo em revisões teóricas de artigos, análises de notícias e materiais presentes no site da FAO e da Via Campesina, além de obras de autores pós-coloniais acerca dos processos iniciados após a colonização da região andina. Na segunda parte da pesquisa, será realizada uma análise documental, utilizando principalmente documentos oficiais dos governos da região andina, em especial constituições, e algumas análises acerca das conjunturas de cada país.

Para contextualizar a problemática geral deste estudo, inicialmente, será realizada um estudo dos métodos tradicionais de produção existentes no Altiplano, durante o período pré

colombiano, mapeando os diferentes sistemas de produção que existiam na região, visando, posteriormente, compreender as semelhanças existentes com a atual Política Alimentar boliviana. Aqui será realizada uma análise interpretativa da influência da colonização nos países andinos, assim como das conseqüentes rupturas e mudanças no sistema alimentar geradas a partir deste momento, utilizando como base as obras de autores latino-americanos.

Em um segundo momento, utilizando abordagens pós-coloniais, o foco será no peso do sistema neoliberal em perpetuar a realidade atual da fome, entendendo as contradições existentes entre a construção de uma Soberania Alimentar dos povos e o sistema produtivo atual, o domínio externo e exploração do produtor. Haverá uma atenção especial aos atuais mecanismo de ação internacional, examinando o papel da FAO nos países andinos e as contradições existentes dentro dela devido à influência dos interesses das grandes potências na manutenção do sistema produtivo neoliberal. A análise irá se basear nos documentos e notícias encontrados no endereço virtual da FAO, examinando o site de cada um dos países e investigando quais são os principais projetos e programas da organização para cada região.

Cabe ressaltar que a análise da atuação da FAO irá partir da ideia de que dentro da organização existem duas visões de planejamento de projetos e execução de ações, com interesses divergentes que afetam a união e promovem conflitos internos. Por um lado, há a presença dos países em desenvolvimento que visam a promoção de políticas alimentares baseados na valorização dos seus sistemas de produção e das comunidades indígenas, auxiliando na realização de mudanças nas sociedades em prol de uma alimentação igualitária, local e diversificada. Por outro, as nações ricas atuam para impedir que mudanças mais bruscas ocorram nas estruturas dos sistemas, visando manter os seus interesses, auxiliando as regiões ao mesmo tempo em que promovem a internacionalização dos produtos e a manutenção do sistema capitalista.

Por fim, se chegará ao tema principal do trabalho onde será analisada a realidade do sistema produtivo andino nas duas últimas décadas, através da análise de documentos oficiais do governos, buscando compreender quais foram os fatores que permitiram que Evo Morales construísse um novo modelo econômico com um foco na Soberania Alimentar, na tentativa de retomar métodos tradicionais de produção. O foco destas comparações serão as múltiplas vivências sociais, políticas e culturais andinas, compreendendo as diferenças e semelhanças da região e os atores que estão ascendendo como representantes e defensores de um novo modelo de política alimentar, baseado na coletividade da produção e no respeito à diversidade e às características locais de cada região.

Espero que este estudo, além de me permitir aprofundar e compreender vivências que tive ao longo destes vinte e dois anos de vida na Bolívia e no Brasil, possa auxiliar na valorização das riquezas e diversidades dos Andes, contribuindo para semear uma maior união da região. Em conjunto, respeitando a história de cada cultura e os costumes e tradições locais é possível vencer os desafios na construção de uma Soberania Alimentar, retomando as raízes da América Latina e promovendo um renascimento das culturas latinas, indígenas e andinas.

## **2. O SURGIMENTO DA FOME NA REGIÃO ANDINA**

A América Andina possui como eixo central a mais extensa cadeia de montanhas do mundo, formada por vários picos que se elevam acima dos 6000 m de altitude, originando com o seu degelo inúmeros lagos e rios. Nas regiões próximas aos 400 m, se constitui o altiplano andino, caracterizado por terras relativamente planas, climas secos e ventos gelados, com micro-climas interligados e complexos ecossistemas (KA RIBAS, 2008).

Esta região exigiu do ser humano, assim como de animais e vegetais, uma adaptação para sobrevivência, baseada em uma interação com a natureza por meio do respeito, temor e reverência. Antes da chegada dos colonizadores, a região andina, ao contrário do que é retratado em muitas obras europeias, era o lar de diversas sociedades dinâmicas com múltiplas culturas que se encontravam no entorno da Cordilheira dos Andes. Estes povos pré-colombianos possuíam estruturas sociais complexas, organização racional da produção, sistemas de distribuição centralizados, amplo domínio de conhecimentos agrícolas e pastoris e um eficiente e sustentável sistema alimentar baseado na produção local, no qual longos períodos de fome eram inexistentes (SALAVERRY, 2012).

Cada civilização que habitou a região andina desenvolveu diversas técnicas para lidar com os obstáculos climáticos e ambientais e, poder semear uma ampla variedade de culturas produzidas, as quais são consumidas e cultivadas até hoje pelas populações locais. A alimentação era considerada sagrada, um momento de festa e união do qual todos tinham direito, além de estar fortemente ligada à religiosidade e à cosmologia. Para compreender as contradições entre o modo de produção neoliberal e a retomada dos sistemas de produção local e campesino é preciso ir às origens dos modos de produção andinos, compreendendo as heranças das populações nativas pré-colombianas.

### **2.1 A alimentação andina e os métodos de produção alimentar na América Pré-Colombiana**

As civilizações andinas compunham um mosaico de culturas independentes que possuíam raízes comuns, originando-se das civilizações do Peru Antigo e demais povos da região. A cultura inca, apesar de ser a civilização mais conhecida e dominante nos estudos acadêmicos, foi a última entidade política soberana que emergiu antes da chegada dos espanhóis, sendo uma colcha de retalhos de línguas, culturas e povos.

A civilização mais antiga que habitou a região andina foram os Caral, um povo complexo que se distribuía em diversos centros populacionais no centro-norte da costa do

atual Peru, entre o trigésimo século a.C e o século XVIII a.C. As ruínas da antiga cidade sagrada de Caral, localizada no vale do Supre, floresceram ao longo de três rios, Fortaleza, Pativilca e Supre, desenvolvendo pequenas pirâmides, construções arquitetônicas e canais de irrigação que permitam a existência de uma economia auto suficiente nos assentamentos distribuídos ao longo do litoral até o vale médio (SOLIS, 2005).

Em relação à administração, o sistema desenvolvido permitia uma dinâmica esfera de integração supralocal e contatos inter regionais a longas distâncias, com a formação de um governo centralizado e sofisticado. O povo possuía vínculos culturais com as áreas montanhosas e construções ligadas à religiosidade, incluindo uma arquitetura monumental com plataformas de terraplanagem e praças circulares submersas (SOLIS, 2005).

As principais culturas alimentares eram a abóbora, feijão, lúcumã, goiaba, pacay, batata doce, milho, abacate e achira, as quais eram produzidas com excedentes agrícolas para promover a densidade populacional e manter o funcionamento da sociedade complexa. No litoral, havia um consumo exclusivo de carne marinha, a qual era trocada com os núcleos do interior por algodão, utilizado nos sistemas de irrigação, produção de redes de pesca e produtos têxteis no geral (PERU, s.d. ).

Nas margens do rio Mosna, na província de Huari do atual Peru, se desenvolveu a cultura Chavín de Huantar, estendendo-se desde Ocucaje até o Região de Tumbes, passando pelo território do Equador. Esta sociedade teocrática fechada prevaleceu com hegemonia em toda a região andina de 1500 a.C até 500 a. C, desenvolvendo atividades primárias como coleta, caça, pesca, pecuária, produção têxtil, pinturas e demais artes (DRUC, 2017).

Na organização social, haviam líderes que se destacavam e viravam autoridades da comunidade, regulando o aumento da produção e o funcionamento do escambo com a utilização do milho (sara ou ara na língua quíchua), convertendo a produção em uma agricultura moderna e altamente produtiva. Como inovações, eles desenvolveram a cerâmica e aprofundaram técnicas arquitetônicas da agricultura e hidráulica (DRUC, 2017).

Entre 100 a. C e 800 d.C., ao lado da árida costa sul do Peru, nos vales do Rio Grande de Nazca e do Vale Inca floresceu a civilização Nazca, influenciada por culturas paracas e produções de complexos artesanatos. Seus projetos de construção eram imensos, formando as famosas Linhas de Nazca nos desertos e os Puquios (aquedutos subterrâneos que captavam a água para a irrigação e fins domésticos, ultrapassando os obstáculos de um ambiente árido) (SEGLINS; KUKELA; LAZDINA, 2017).

Estes canais eram cavados desde a encosta da montanha até atingirem os aquíferos sob a superfície, sendo alinhados com as pedras dos rios sem a utilização de argamassa,

evitando assim que a água passasse para fora do canal. A água era transportada para canais de irrigação (acequias) com o objetivo de fornecimento direto para fins agrícolas, ou então era depositada em pequenos reservatórios (kochas) para posterior uso doméstico. Ademais, haviam vários orifícios de acesso ou ojos ao longo da superfície dos canais, funcionando como bueiros para limpar e fazer pequenos reparos nos puquíos (SEGLINS; KUKELA; LAZDINA, 2017).

A sociedade nasca primitiva era composta de chefias locais e centros regionais de poder, com um local cerimonial central com montes esculpidos e praças. Já a subsistência baseava-se na agricultura, cultivando diversos alimentos como o milho, abóbora, batata doce, mandioca e achira (SEGLINS; KUKELA; LAZDINA, 2017).

Neste mesmo período, se originou entre 100 a. C e 800 d. C, a civilização Moche, que embora não tenha constituído um império ou uma unidade política entre os centros populacionais, formava uma unidade cultural expressada no compartilhamento de costumes, religião, cerâmica e arquitetura. Como base econômica, a civilização praticava a atividade agrícola nos vales da costa do Pacífico aos contrafortes do Andes, introduzindo a agricultura irrigada em sua engenharia sofisticada (CARDENAS, 2009).

No oeste da Bolívia, perto do lago Titicaca, se desenvolveu a cidade de Tiahuanaco (originada de taypiqala que significa em aimará “pedra do centro”, aludindo à crença de que ela ficava no centro do mundo), um dos maiores sítios arqueológicos da América do Sul na atualidade. A sua população atingiu o pico por volta do ano 800, possuindo uma sociedade de 10 a 20 mil pessoas (PROTZEN; NAIR, 2016).

A localização da cidade, entre o lago e o planalto seco, permitia o acesso a recursos fundamentais como peixes, pássaros selvagens, plantas e pastagens, que serviam para os camelídeos como as lhamas e alpacas. Por um lado, a bacia do Titicaca permitia uma alta fertilidade, com chuvas abundantes que o povo de Tiahuanaco aprendeu a utilizar a seu favor. Por outro, a alta atitude exigiu o desenvolvimento de técnicas específicas para o cultivo, conhecidas como “suka kollu” (monte cultivo), na qual haviam plataformas elevadas de cultivo intercaladas por canais, que auxiliavam na falta de drenagem e na ocorrência de inundações e geadas (PROTZEN; NAIR, 2016).

Além deste sistema, utilizado em parte significativa da agricultura, haviam técnicas de campo irrigado, pastos, terraços e agricultura qocha (lagos artificiais), que forneciam umidade para as culturas em crescimento e absorviam o calor da radiação solar, propiciando uma insolação térmica a noite (PROTZEN; NAIR, 2016).

Com o crescimento populacional, foram criados nichos ocupacionais que permitiam que cada membro da sociedade soubesse realizar um ofício em prol das necessidades de toda a população. O poder das elites e a hierarquia do sistema continuou a se intensificar com o excedente de recursos até aproximadamente o ano 950, no entanto, após drásticas mudanças no clima, que trouxeram fortes quedas de precipitações, houve a diminuição das colheitas. Como consequência, ocorreu uma perda dos excedentes de comida e do poder das elites, culminando com o desaparecimento da cidade no ano 1000 (PROTZEN; NAIR, 2016).

Segundo Maziero (2010), as margens do Titicaca sempre atraíram uma infinidade de grupos que andavam pela Cordilheira dos Andes em busca de melhores condições de sobrevivência na região, a qual possuía clima árido e alta fertilidade. A cultura Aymara, presente em diversos grupos migratórios, está intimamente ligada com o Titicaca, se estabelecendo no Altiplano após a fragmentação de Tiahuanaco, assimilando conhecimentos do Império extinto.

Esta cultura tem na língua o seu bem mais precioso, sendo ela a determinante dos componentes dos grupos sociais e símbolo de união e sabedoria aymara. O povo sofreu ao longo dos anos invasões consecutivas do Império Inca, resistindo em diversas regiões e se isolando no Altiplano, e em outras aceitando a contra gosto imposições político-religiosas, assimilando a civilização incaica.

Para sobreviver no Altiplano, os Aymaras consideravam muito importante o estabelecimento de laços comunitários, considerando a Pachamama como o maior símbolo do solo divinizado, possuidor da terra. A Mãe Terra, termo frequentemente utilizado como tradução de Pachamama apesar de não englobar todo o seu significado, representava algo único e indivisível, sendo o cultivo da terra uma função coletiva e religiosa que trazia frutos para todos (MAZIERO, 2009).

A Pachamama era a responsável pela geração da vida, a qual deveria ser partilhada entre os homens e ser aproveitada de forma coletiva, e representava uma figura feminina responsável por gerar a vida em conjunto com Huyra Tata (o vento que desce das montanhas trazendo as sementes e as chuvas).

Em sua visão, extremamente ecológica, o papel dos homens e mulheres era de respeitar e cuidar da terra, comemorando as boas colheitas, festejando a vida nos campos que florescem e vivendo em coletividade e solidariedade. Desse modo, tanto o cultivo, a colheita e as refeições eram consideradas momentos sagrados que permitiam a convivência e o trabalho em equipe.

Atualmente, há ainda um grande cultivo dos saberes Aymaras pela população andina, existindo cerca de 2 milhões de aimaras nos países andinos, sendo que 1.5 se concentra na Bolívia. Estas populações buscam se unir e formar nações autóctones da América, visando romper com os nomes estrangeiros dados aos povos nativos e defender a identidade andina dos invasores (MAZIERO, 2010).

Como resultado da fusão dos costumes das civilizações andinas citadas anteriormente, se originou no século XIII o maior império da América pré-colombiana, a civilização Inca, incorporando grande parte do oeste da América do Sul, centrado na cordilheira dos Andes. Através de conquistas e assimilações pacíficas, o Império juntou territórios do atual Peru, Equador, Bolívia, Argentina, Chile e Colômbia e teve como seu centro administrativo, político e militar a cidade de Cusco (ESTRELLA, 1994).

Os Incas construíram obras imensas, sem utilizar a tecnologia presente no Velho Mundo, como rodas, animais de tração, conhecimentos de ferro e aço e sistemas de escrita. Sua arquitetura monumental permitiu o desenvolvimento de uma extensa rede de estradas, produção de tecidos inovadores, utilizados em quipus, e obras agrícolas adaptadas ao ambiente e as condições climáticas, proporcionando a manutenção de uma forte organização imperial (ESTRELLA, 1994).

A sociedade funcionou em grande parte sem nenhum sistema de dinheiro e sem mercados, utilizando como base a troca e a reciprocidade entre os indivíduos, grupos e governantes incas. Havia a cobrança de impostos como uma obrigação trabalhista da população com o império, na qual a população tinha acesso a todos os meios de produção, como a terra e os materiais de produção, em troca de alimentação e serviços básicos garantidos (ESTRELLA, 1994).

Desse modo, o Estado criou um sistema centralizado com uma ordem institucional que organizava a produção, identificando os mecanismos e produtos estratégicos e desenvolvendo e melhorando diversas técnicas de conservação e armazenamento de alimentos. A vida social se baseava em dois princípios que se combinavam no processo de produção, a reciprocidade e a redistribuição, na qual todos trabalhavam em conjunto pela comunidade (ESTRELLA, 1994).

A reciprocidade consistia em um tipo de relacionamento entre indivíduos ou grupos simétricos no qual as obrigações econômicas de uns implicavam nas obrigações de outros, constituindo um intercâmbio de favores. Já a redistribuição se definia como um sistema hierárquico em que a produção era recolhida por um centro coordenador, que realizava a repartição entre os trabalhadores (ESTRELLA, 1994).

Como estratégias de produção, os incas desenvolveram o domínio vertical da ecologia, possibilitando a obtenção de produtos de diversos pisos de cultivo escalonados na altitude. A comunidade tinha acesso a estes campos produtivos situados em diferentes altitudes, produzindo alimentos diversos em cada região do império e promovendo a troca entre as plantações devido a existência de um excedente regular. O intercâmbio nas sociedades andinas não se limitava a um elemento raro ou especial, mas incluía todos os produtos da região formando mercados locais e originando as raízes do comércio como atividade econômica especializada. A agricultura plena era sustentada em uma base de experimentos e estudos milenares que haviam levado a uma próspera domesticação de plantas, permitindo a elaboração de técnicas locais e a adaptação das condições climáticas de cada região da Cordilheira (ESTRELLA, 1994).

Os modos de produção e cultivo das terras variavam conforme as características de cada local, havendo produções em terras úmidas, canais, terras secas e terraços. O cultivo em terras em aluvião se desenvolveu fundamentalmente nos canais de formação aluvial procedentes de grandes precipitações que decorriam até o mar, produzindo alimentos de ciclos curtos conforme os cursos da água. Já o cultivo em cumes, consistia em estruturas agrícolas construídas sobre solos inundados, alternando as plantações com valas e aproveitando as diversas alturas dos cumes. Ali se produziam milho, yuca, feijão e outras plantas herbáceas (ESTRELLA, 1994).

Por outro lado, em terras secas a sociedade inca desenvolveu técnicas para obtenção de água e irrigação, incluindo a captação, transmissão, formação de reservas e distribuição do recurso em poços, presas, tanques e depósitos naturais e artificiais. Ademais, havia desvios de água de rios e arroios por meio de canais que levantavam o nível das águas e as repartiam para a população. Em terrenos planos de áreas íngremes, a população desenvolveu os famosos terraços, nos quais era possível aproveitar os excedentes de água por percolação e reter a fertilidade da terra, praticando os cultivos associados ou combinados para obter diversos produtos do mesmo terreno como cereais, tubérculos, leguminosas e hortaliças (ESTRELLA, 1994).

Em relação às técnicas de fertilização, a sociedade inca praticava o barbecho, no qual era feita uma abertura de sulcos profundos na terra da última colheita, deixando-a descansar. Ademais, eles utilizavam a plantação de leguminosas para melhorar as terras agrícolas devido à simbiose bacteriana das plantas que assimilavam o nitrogênio oferecendo mais ar para os cultivos ao redor (ESTRELLA, 1994).

Como grande inovação, a civilização Inca trouxe a elaboração de técnicas de conservação de alimentos que facilitaram o armazenamento, transporte e utilização de culturas alimentícias em diferentes épocas e climas. Através da desidratação e outras formas de preservação, havia a garantia de comida para a população andina mesmo em tempos de plantações. Ademais, pensando na manutenção de um Estado militar em permanente campanha, o Estado investia na implementação e no aperfeiçoamento de estratégias adequadas para o transporte e consumo de alimentos de seus exércitos (ESTRELLA, 1994).

Segundo a classificação presente na obra de Estrella, as principais técnicas de conservação utilizadas pelos incas eram:

Tabela 1: Técnicas de conservação de alimentos da civilização Inca

<b>Técnicas de conservação</b>	<b>Características</b>
Asoleo	A exposição ao sol permitia que os alimentos secassem com antecedência ao seu armazenamento. Recebiam esse tratamento variedades de milho que serviam para produzir farinhas, quinoa, leguminosas e alguns tubérculos.
Salado-Asoleo	Carnes de lhamas, veados, coelhos e animais marinhos eram deixadas ao sol com sal antes de serem armazenadas, produzindo o famoso “charque”.
Cocción-asoleo	Procedimento muito comum em milho e grãos. Na água fervida são adicionadas cinzas peneiradas e o alimento, esperando-se até que a cutícula seja retirada. Após o grão é lavado e drenado, sendo por fim colocado ao sol até endurecer .
Cocción-remojado-asoleo	Utilizado para eliminar o conteúdo tóxico de certas leguminosas. O procedimento consiste em cozinhar os grãos parboilizados, deixando-os de molho em água corrente por alguns dias para posteriormente secá-los ao sol. Técnica conhecida também como “desamargar”
Putrefacción-asoleo	Processo utilizado para a conservação de batatas em altas altitudes, no qual as batatas são deixadas em um buraco cavado no solo coberto com um pouco de água. O poço é coberto com palha e pedra por alguns dias até que apareçam sinais de putrefação. Após, as batatas são deixadas ao sol
Congelacion-asoleo	Até hoje, nas altas áreas andinas da Bolívia e do Peru, o chuño, um produto da batata, é obtido através deste procedimento. Ele consiste em espalhar batatas selecionadas ao chão, deixando-as por quatro noites frias ao ar livre congelando e por quatro dias ensolarados descongelando. Após, as batatas são esmagadas para extrair seus líquidos e congeladas por mais uma noite, secando no dia seguinte. Depois de cerca de 10 ou 15 dias o processo está finalizado e a batata fica seca com a ação do vento, estando pronta para ser consumida por anos.
Maceración-asoleo	Comunidades nativas da amazônia utilizam até hoje este procedimento, no qual descascam e cortam a mandioca em pedaços, deixando-a macerada em um recipiente cheio de água por dois a três dias. O produto macerado é extraído e colocado em algumas folhas para que a água seja absorvida e retirada. Por fim, a massa é colocada em cestos de fibra deixados ao sol, produzindo então o polvilho e farinhas de mandioca.

Tostado-molido	Técnica que se aplicava aos grãos, como o milho e o feijão, torrando-os e moendo-os.
----------------	--

Fonte: Estrella, 1994

A presença de instrumentos estruturais e logísticos, para assegurar o funcionamento de sistemas de transporte, comunicação e armazenamento são características que diferenciam as tecnologias da complexa civilização Inca de povos que se ocupavam apenas da produção e consumo imediato. Visando conservar seus alimentos, os Incas guardavam suas produções em armazéns ou depósitos chamados Collcas, juntamente com objetos estratégicos e cerimoniais, garantindo a alimentação de toda a população e demonstrando o poder centralizador e distribuidor do Estado (ESTRELLA, 1994).

Os armazéns tinham controle de temperatura, umidade e isolamento físico entre os produtos, organizando um consumo planejado dos bens em um tempo limite pré estabelecido. Ademais, havia a fiscalização de certos fatores como a presença de insetos, roedores e a iniciação do processo de germinação (ESTRELLA, 1994).

O complexo sistema Inca contava ainda com o estabelecimento de redes de armazéns, denominados tampus, que serviam para o abastecimento de caminhantes ou homens de guerra com alimentos, têxteis e armas. Neles havia uma alta diversidade de itens, permitindo fácil acesso de todos a alimentação e utensílios básicos (ESTRELLA, 1994).

No nível doméstico, os alimentos eram armazenados em potes de cerâmica ou de fontes vegetais, sendo posteriormente aquecidos, assados e fermentados. A dieta diária das populações da civilização Inca consistia em uma mistura de cereais (milho ou quinoa), tubérculos ou raízes, como a mandioca e batatas, e leguminosas, junto com porções de legumes e carne, a qual variava conforme a localização do povo (ESTRELLA, 1994).

## **2.2 O início da fome: a chegada dos colonizadores e as consequentes rupturas no sistema tradicional de produção alimentar**

Entre os séculos XV e XVI, os exploradores europeus, financiados pela burguesia nascente e pela realeza, passaram a se aventurar pelos mares desconhecidos, iniciando a chamada Era das Grandes Navegações. Com uma série de avanços tecnológicos que haviam permitido melhorias na navegação marítima e motivados por questões econômicas, os portugueses e espanhóis foram os pioneiros destas expedições marítimas, seguidos dos ingleses, franceses e holandeses (KA RIBAS, 2008).

Em 1492, liderados por Cristóvão Colombo, três embarcações financiadas pela Espanha chegaram à América, dando início a um processo marcado por choques culturais e extermínios físicos das populações indígenas, em prol da efetivação de projeto colonial europeu nas terras andinas. O domínio e as perseguições espanholas extinguiram e transformaram muitos elementos das antigas civilizações andinas, influenciando principalmente na religião, idioma, arquitetura e nos sistemas tradicionais de produção. As organizações funcionais e interligadas dos povos nativos sofreram um colapso, ruindo milenares crenças, dogmas e valores (KA RIBAS, 2008).

Conquistadores espanhóis liderados por Francisco Pizarro exploraram o sul do atual Panamá, chegando ao território andino e ao Império Inca em 1526, iniciando um processo de dominação da terra e dos povos que ali viviam. Através de diversas batalhas e a grande habilidade política de traição e intriga, conseguiram aos poucos enfraquecer o império, se aproveitando do rancor dos povos submetidos ao domínio imperial Inca e das fragmentações internas da civilização. Ademais, os colonizadores buscavam conquistar cúmplices entre as diversas classes Incas, através de promessas jamais cumpridas e ameaças de exploração (GALEANO, 1971).

Visando atingir seus objetivos de obtenção de lucro em um curto período de tempo, os europeus montaram um complexo sistema administrativo responsável por gerir os interesses dos colonizadores e obter metais preciosos. Com a superioridade em tecnologias conseguiram promover a desarticulação das instituições indígenas e a imposição de valores, burlando a proibição da escravidão e estabelecendo relações de exploração, através da Mita<sup>1</sup> e Encomienda<sup>2</sup>, contrariando os sistemas de trabalho comunitário presente na sociedade inca (KA RIBAS, 2008).

Havia de tudo entre os indígenas da América: astrônomos e canibais, engenheiros e selvagens da Idade da Pedra. Mas nenhuma das culturas nativas conhecia o ferro e o arado, o vidro e a pólvora, e tampouco empregava a roda. A civilização que se abateu sobre estas terras, vindas do outro lado do mar, vivia a explosão criadora do Renascimento: a América surgia como uma invenção a mais, incorporada junto com a pólvora, a imprensa, o papel e a bússola ao agitado nascimento da Idade Moderna. O desnível de desenvolvimento dos dois mundos explica em grande parte a relativa facilidade com que sucumbiram as civilizações nativas (GALEANO, 1971).

Como apresentado nas obras de Ka Ribas e Eduardo Galeano, além da Europa possuir um elevado desenvolvimento em equipamentos bélicos, os colonizadores tinham fortes armas

---

<sup>1</sup> A Mita consistia em um trabalho compulsório onde parcelas das populações indígenas eram utilizadas para uma temporada de serviços prestados. O termo provém da palavra que em quéchua significa turno, sendo um sistema de trabalho aplicado na região andina, especialmente no Cerro Rico de Potosí, no qual membros das famílias eram forçados a trabalharem em minas.

<sup>2</sup> A Encomienda funcionava como uma troca onde os índios recebiam catequese e alimentos por sua mão-de-obra.

biológicas, trazendo consigo doenças que haviam sido acumuladas por anos e eram inexistentes na América andina antes de 1492. As principais enfermidades que se alastraram pelas civilizações andinas foram a cólera, gripe, febre amarela e malária, além da varíola e da peste bubônica.

Após a queda do Império Inca, muitos aspectos da cultura foram destruídos, incluindo o sofisticado sistema de cultivo desenvolvido ao longo de anos, conhecido como modelo de arquitetura vertical. Nele havia uma tecnologia agrícola apropriada, funcional ao nicho ecológico da região andina, que possibilitava o sustento das necessidades ambientais e a produção de um excedente útil para o intercâmbio, permitindo a complementaridade dos produtos agrícolas (KA RIBAS, 2008).

Com base na ideia de que o mundo era um mercado do qual as terras da América Latina deveriam obedecer, os europeus buscaram implementar ciclos de produção e a intensa exploração de metais, promovendo o sequestro de bens naturais e contribuindo para a destruição da natureza. Esse novo sistema, em nome da modernização e do progresso europeu, passou a intensificar as plantações gigantescas em bosques naturais, envenenando terras, esgotando recursos e aniquilando pequenos plantios e hortas familiares (GALEANO, 1971).

As terras passaram a ser destinadas à produção de um só produto, a serviço das demandas do mercado europeu e do lucro estrangeiro, acabando com a diversidade de produção andina e afetando a soberania alimentar local. Dessa maneira, o modo de produção das civilizações nativas passou a ser determinado no exterior, formando uma economia colonial abastecedora através da incorporação das terras andinas ao sistema universal do capitalismo (GALEANO, 1971).

A conquista rompeu as bases daquelas civilizações. Piores consequências do que o sangue e o fogo da guerra teve a implantação de uma economia mineira. As minas exigiam grandes transposições populacionais e desarticulavam as unidades agrícolas comunitárias; não só extinguíam inúmeras vidas através do trabalho forçado como também, indiretamente, extinguíam o sistema coletivo de cultivos (GALEANO, 1971).

Para Aníbal Quijano, sociólogo peruano, neste período surgiu a colonialidade, a qual busca dar sentido à uma estrutura de poder hierárquica, com uma matriz colonial de poder, que emerge da “descoberta e conquista” das Américas e permanece ativa na estrutura das relações internacionais. Segundo ele, o período da colonização representa na verdade o início da constituição de uma nova ordem, na qual o que importa é o desenvolvimento Europeu e a

construção de um duradouro poder global, que define a cultura, o trabalho, os sistemas de produção alimentar, as relações subjetivas e a produção de conhecimento, mesmo após o fim das administrações coloniais (QUIJANO, 2005).

Por outro lado, como apresentado na obra de Ka Ribas (2008), muito do mundo indígena resistiu a conquista e a colonização, cultivando suas línguas e costumes, mesmo que em segredo. Para a manutenção dos princípios fundamentais da filosofia e da cultura andina, os indígenas desenvolveram estratégias de resistência como o sincretismo, a mestiçagem e o hermetismo, em conjunto com a dissimulação e o silêncio.

Como os incas haviam surgido da assimilação de valores, modos e técnicas de produção já utilizados por outros povos da região, se abrir ao novo e aceitar valores e elementos externos impostos pelos europeus na tentativa de manter as suas culturas, não foi tão difícil em um primeiro momento. Parte da arquitetura e da cultura rapidamente se transformaram, telhados de palha passaram a serem feitos de cerâmica e divindades incaicas e pré incas se converteram em santos católicos.

Ao mesmo tempo, permaneciam os inusitados conhecimentos sobre a espiritualidade e a metafísica, assim como o cultivo das línguas nativas, em especial o quechua e o aymará, faladas até hoje pelas populações andinas. A resistência passou de geração em geração, se fortalecendo e possibilitando o surgimento de movimentos contrários a essa ordem, assim como a ascensão das vozes indígenas no Sistema Internacional, que serão exploradas nos próximos capítulos.

### **3. AS TRANSFORMAÇÕES DO SISTEMA ALIMENTAR COM O MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA**

A chegada dos colonizadores na região andina, provocou transformações profundas no sistema agroalimentar, em consequência de um reordenamento político global ocasionado pelas mudanças introduzidas com o capitalismo. Este movimento intensificou a exploração dos recursos das Américas em prol de um processo de acumulação capitalista, constituído por sucessivas etapas comandadas pelas nações europeias.

Para Friedmann & McMichael (1989), estas mudanças periódicas do sistema capitalista podem ser investigadas a partir da noção de Regimes Alimentares, um método histórico que inclui análises das relações políticas, econômicas e ecológicas que influenciaram na produção e na circulação mundial dos alimentos. Nesta perspectiva é possível demarcar três contextos históricos distintos, nos quais ocorreram momentos de transição do sistema alimentar capitalista, afetando os modelos de produção das nações e o consumo alimentar.

O sistema alimentar global pode ser interpretado por análises da conexão das relações internacionais de produção e consumo com as formas de acumulação dominantes em distintos contextos históricos, a partir da colonização da América. Ademais, utilizando como base a ideia da ordem temporal presente nas obras de Braudel (1987), na qual há a inexistência de rupturas totais entre os momentos passados e o presente, pode se entender que os regimes alimentares, embora se diferenciem, compartilham características herdadas dos períodos anteriores seguindo a dinâmica do capitalismo.

#### **3.1 A ordem colonial, exploração e lucro em novas terras**

O primeiro sistema agroalimentar reconhecido pela análise de Friedmann & McMichael teve início com a constituição de intensas relações coloniais durante a ordem mundial marcada pela hegemonia britânica, a qual controlou a economia no século XIX. Neste período, o comércio entre as metrópoles industrializadas e as colônias agroexportadoras se baseava em relações desiguais que refletiam o desequilíbrio econômico e político entre as nações, nas quais os preços eram determinados pelos colonizadores visando apenas o lucro e seus interesses políticos.

Havia uma forte importação europeia de recursos e matérias primas presentes na região andina, constituindo uma dependência comercial dos países agroexportadores, ao mesmo tempo em que aumentava as riquezas europeias através de políticas mercantilistas e

de uma nova divisão do trabalho, baseada nas vantagens comparativas. Assim as colônias eram obrigadas a produzir commodities alimentares e matérias primas, rompendo com seus sistemas de produção diversificados e comunitários, enquanto as nações europeias produziam produtos industrializados a partir dos insumos que importavam das regiões do sul. (FIGUEIREDO; PAULA, 2021)

Devido a grande disponibilidade de terras agricultáveis nas colônias e de mão de obra barata, as metrópoles conseguiam obter altos lucros, construindo uma dinâmica internacional baseada na ideia do livre comércio.

### **3.2 Novos atores no sistema internacional e a industrialização da agricultura**

As destruições ocasionadas pela Primeira Guerra Mundial e a consequente fragmentação da economia internacional vigente, possibilitaram que novos atores ascendessem e modificassem o sistema alimentar, indo além das relações comerciais existentes. A ascensão dos Estados Unidos fortaleceu o desenvolvimento mundial de estratégias de modernização e industrialização da agricultura, as quais haviam sido adotadas nos anos anteriores pelo país, iniciando um processo de dominação e crescimento das empresas processadoras de alimentos e das entidades atuantes na industrialização da agricultura (BURCH & LAWRENCE, 2009). Houve um deslocamento do eixo do sistema global em torno de novas políticas comerciais e agroindustriais, as quais convertiam nações em desenvolvimento ao modelo norte americano de agro-industrialização, propagado através da Revolução Verde.

Como apresentado na obra de Lazzari e Souza (2017), este processo defendia que a fome era ocasionada pela falta de alimentos, sendo necessário transformar a agricultura comunitária através da incorporação de novos meios tecnológicos que possibilitassem o aumento da produção alimentícia em escala global. No entanto, esta mudança profunda no modo de produção no campo e a intensificação da agropecuária, se revelaria infundada para resolução do problema, visto que a fome persiste até a atualidade, estando na verdade relacionada a problemas de distribuição dos recursos e alimentos e não às limitações de oferta.

Em consequência, houve um aumento da dependência dos financiamentos externos para custear as novas tecnologias, criando enormes dívidas aos países do Sul Global em prol da propagação dos interesses de produção das nações desenvolvidas, sendo mais um meio de disseminar a colonialidade. Ademais, o melhoramento genético de espécies, o desenvolvimento de híbridos e a utilização de insumos, como agrotóxicos e fertilizantes,

acarretam em problemas de saúde humana e o esgotamento da poluição dos solos e corpos hídricos.

Os países andinos, donos de agriculturas auto suficientes e diversificadas, tornaram-se fortemente dependentes da importação de alimentos, tendo suas produções controladas por corporações internacionais, donas de grande parte das cadeias produtivas e do abastecimento de insumos agrícolas. A agricultura comunitária familiar foi intensamente afetada, devido aos altos custos da agricultura intensiva propagarem desigualdades, concentração de poder, crescimento de monoculturas e desemprego, ocasionando a expulsão de pequenos proprietários e trabalhadores rurais do campo. O êxodo rural forçado e a perda dos modos de produção dos camponeses trouxeram o aumento da pobreza nas cidades, além de fomentarem o abandono dos conhecimentos tradicionais andinos, substituídos por novos valores externos propagados pelas nações capitalistas.

A diversidade é sufocada pela monocultura, uma das máximas da Revolução Verde. A especialização em uma só área de cultivo faz com que a policultura seja abandonada e junto com ela todas as práticas passadas de geração em geração. Compra-se a ração, o agrotóxico, o fertilizante e o próprio alimento e se produz para as necessidades do mercado exterior. Os agricultores não participam mais dos processos de seleção de sementes, melhoramento genético e produção e desenvolvimento dos novos bens de produção, ficando tais funções ao cargo de instituições públicas e privadas que desprezam as técnicas milenares utilizadas pelas populações e vende a alto custo as novas técnicas de modernização que nem todos podem comprar (LAZZARI; SOUZA, 2017).

Este contexto de mudanças, de acordo McMichael (2016), originou o Segundo Regime Alimentar, conhecido como Regime de Excedentes, que visava a recuperação do livre comércio internacional controlado agora pelos norte-americanos, os quais tentavam intervir diretamente no comércio agrícola controlando as instituições reguladoras e subsidiando a agricultura em busca do aumento de excedentes exportáveis. Através de diversos programas e a ilusória defesa das descolonizações, os norte-americanos tentavam criar oportunidades e novos mercados nos Estados pós-coloniais, aspirando constituir alianças que auxiliassem no conflito da Guerra Fria.

O alimento passou a ser um instrumento de poder para as estratégias de geopolítica, influenciando a exportação de excedentes e a difusão de um modelo de produção e consumo definido pelos EUA para assegurar a sua hegemonia global e o seu desenvolvimento nacional. Apesar deste controle do mercado, houve uma reviravolta no jogo competitivo internacional quando o livre comércio possibilitou o crescimento de países em desenvolvimento, tornando-os grandes exportadores de alimentos e provocando uma

mudança de atitude norte-americana e europeia baseada no protecionismo. (McMICHAEL, 2016).

Segundo Goodman & Redclift (1991) as mudanças de hábitos alimentares, além de serem ocasionadas pela industrialização da agricultura e a intensificação do processamento de alimentos, tem relação direta com diversos aspectos sociológicos, tendo sido influenciados pela entrada da mulher no mercado do trabalho, a mudança na divisão doméstica laboral, a evolução das tecnologias e a propagação do hábito de comer fora.

Todas estas mudanças provocaram o aumento do protagonismo das grandes corporações multinacionais, as quais passaram a ter ação livre no mercado devido a ampla desregularização do sistema econômico e financeiro na origem da ordem neoliberal, definidora do terceiro regime alimentar.

### **3.3 O surgimento da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura**

Antes de analisar o Terceiro Regime Alimentar e as contradições existentes entre a ideia de uma soberania alimentar dos povos e o sistema neoliberal, é importante compreender como se deu o surgimento da FAO e quais foram os seus objetivos iniciais, podendo então realizar um estudo crítico do resultado das ações da Organização na região andina.

Como presentes na obra de Cunha (2016), a primeira organização internacional voltada para a questão da alimentação foi criada em 1905, em uma conferência realizada em Roma, na qual foi inaugurado o Instituto Internacional de Agricultura, idealizado por agricultores e empresários. Posteriormente, com o término da Segunda Guerra Mundial e as movimentações antecedentes à formação da ONU, o presidente norte-americano Franklin D. Roosevelt, aproveitando a ascensão do país e visando intensificar a industrialização da agricultura, organizou um encontro para debater a questão agrícola e o perigo de uma insegurança alimentar ao futuro da população e aos seus próprios interesses.

Colocando-se em uma posição de salvador dos povos e responsável por garantir a paz, Roosevelt, chocado com a grande fome que atingiu diversas regiões do mundo durante a Segunda Guerra Mundial, coordenou a elaboração de um organismo especializado da ONU voltado à segurança alimentar, culminando com a criação da FAO em 16 de outubro de 1945. A organização passou a realizar todas as atividades exercidas anteriormente pelo Instituto, encerrado ao final da Segunda Grande Guerra, além de atividades de pesquisa e divulgação de dados e informações, buscando uma agenda para a erradicação da fome no mundo (CUNHA, 2016).

Em relação a atuação, a Organização se faz presente em diversos territórios com o propósito de acompanhar as realidades de cada região e desenvolver projetos, através da elaboração de estratégias para o desenvolvimento de políticas públicas relacionadas às técnicas de produção e armazenamento. Suas decisões, teoricamente, são tomadas em um fórum neutro e igualitário, onde se busca a erradicação da fome, subnutrição e insegurança alimentar, o desenvolvimento sustentável ambiental na agricultura, redução da pobreza no campo, criação de sistemas agrícolas inclusivos e superação da vulnerabilidade social das comunidades rurais.

No entanto, apesar de seu compromisso oficial de construir uma agricultura inclusiva e a soberania alimentar das nações, a FAO sofre diversas influências das grandes potências as quais acabam gerando limitações nas suas ações práticas e na profundidade de suas políticas públicas, impedindo atuações mais eficientes e duráveis, em prol da manutenção do desenvolvimento e do poder das nações desenvolvidas. Grande parte destes entraves estão relacionados às características do sistema neoliberal, responsável por orientar o Terceiro Regime Alimentar (CUNHA, 2016).

Neste sentido, a FAO é acusada de defender os interesses das nações desenvolvidas, donas das grandes corporações transnacionais do setor alimentício que atuam com biotecnologia e propagam a utilização de agrotóxicos e pesticidas, além da produção de alimentos transgênicos. Ademais, o organismo se torna refém das regras de produção e comercialização que constituem um sistema excludente e desigual.

### **3.4 O neoliberalismo e a mudança do sistema alimentar**

No início dos anos 1970, devido à crise fiscal provocada pelas dificuldades em harmonizar os gastos públicos com a economia capitalista, iniciou-se o esgotamento do modelo de bem estar social, baseado em uma visão keynesiana da economia, e a ascensão das ideias neoliberais, formando uma polarização entre aqueles que apoiavam o planejamento central efetuado pelo Estado, e aqueles que defendiam a liberação do poder às corporações transnacionais (GOLDFARB, 2012). A neoliberalização rompia com a lógica keynesiana, na qual o Estado tinha um papel regulador e uma responsabilidade de executar políticas sociais, buscando restaurar as condições de acumulação do capital através de um novo quadro hegemônico internacional, restabelecendo assim as liberdades do mercado, especialmente na órbita financeira (FIGUEIREDO; PAULA, 2021).

Esta nova matriz ideológica defendia que o mercado deveria ser o único alocador de salários e capital, propagando a desregulamentação comercial, as privatizações de empresas

estatais e direitos básicos, a derrubada de barreiras da economia às multinacionais e a livre circulação de bens (PINHEIRO; CARVALHO, 2008). Já a ação do Estado, antes interventor e regulador do mercado, deveria ser mínima, tendo as esferas sociais e políticas desligadas do âmbito econômico, aumentando o poder e a autonomia das instituições privadas (FIGUEIREDO; PAULA, 2021).

Como consequência, as políticas sociais, vistas como geradoras de desequilíbrios, foram reduzidas, causando uma precarização dos serviços públicos e abrindo espaço para uma privatização de direitos, incluindo aqui a garantia a uma alimentação adequada. As mudanças em todas as dimensões do sistema alimentar, converteram sua dinâmica a favor dos interesses de empresas transnacionais, as quais seriam o centro do Regime Alimentar Corporativo (FRIEDMAN, 1993).

Segundo Setti (2004), este terceiro Regime foi fortemente influenciado pela globalização, a qual permitiu a proliferação em diversos meios e locais das ideias neoliberais, provocando o rompimento de barreiras entre os países, o estabelecimento de padrões mundiais de consumo, a descaracterização dos costumes locais e a uniformização dos gostos. Ademais, os interesses das grandes potências marcadas pelas premissas neoliberais encontraram apoio em diversas organizações internacionais, limitadas em prol da consolidação deste regime e do poder de decisão das nações ricas.

A indústria ganhou uma ampla capilaridade geográfica, tornando-se capaz de diluir aspectos sazonais da alimentação, possibilitando a distribuição de alimentos semelhantes em todas as épocas do ano e a padronização do consumo. As empresas multinacionais do setor alimentício se empenharam na construção de um comer formatado baseado na criação de representações sociais do alimento, criando símbolos da modernidade através de empresas de fast food e da propagação da lógica do consumismo exacerbado (PINHEIRO; CARVALHO, 2008). A distribuição alimentar também foi fortemente afetada, visto que o desenvolvimento da indústria alimentícia foi acompanhado pela ascensão dos supermercados, os quais substituíram as tradicionais feiras e atuam até hoje como instrumentos de poder e controle das empresas transnacionais.

Como consequência da propagação de um ambiente de insegurança alimentar, reflexo das desigualdades sociais e precarização do trabalho, houve um empobrecimento das dietas alimentares ocasionando subnutrição, obesidade e anorexia. Dentro deste processo de transformação da saúde e da alimentação em mercadoria, a mídia e o marketing tiveram grande peso, pois além de criarem produtos atrativos, contribuíram com a propagação de

modelos de corpos ditos como ideais, gerando uma padronização na mente da sociedade e influenciando a saúde mental da população (PINHEIRO; CARVALHO, 2008).

O advento do Terceiro Regime Alimentar trouxe a consolidação e o aprofundamento da hegemonia das corporações do setor alimentar, ameaçando a segurança alimentar e a autonomia das nações, em especial do Sul Global, uma vez que as características do sistema neoliberal entram em contradição com a ideia da construção de uma Soberania Alimentar dos povos (ROSSET & MARTINEZ, 2014). As primazias do mercado resultaram em muitas barreiras para o alcance de uma agenda de política de soberania alimentar, pois os governos e as agriculturas nacionais se vêem presos aos interesses dos mercados globais, dominados pelas grandes potências (FIGUEIREDO; PAULA, 2021) .

Políticas neoliberais não contribuíram em nada com a erradicação da fome pois dão prioridade ao comércio internacional, aumentando a dependência dos povos por importações agrícolas e fortalecendo a industrialização da agricultura, colocando em risco a herança genética, cultural e ambiental do nosso planeta. Forçam o abandono de práticas agrícolas tradicionais ( VIA CAMPESINA, 2003, apud McMICHAEL, 2016) .

Como efeito das políticas neoliberais e da formação da ideia do alimento-mercadoria, diversos movimentos de origens distintas se uniram em torno de iniciativas para defender a agricultura orgânica e comunitária (McMICHAEL, 2000). A ação contra hegemônica visa reconstruir a diversidade, retomando o uso consciente da Terra e dignificação do trabalho no campo, através do resgate da harmonia entre a agricultura, natureza e vínculos mercantis locais. Os sistemas alimentares alternativos existentes no interior do regime alimentar corporativo trabalham em sintonia com o conceito de soberania alimentar, o qual tem sido debatido em organizações representativas do campesinato em decorrência de seus ativismos durante a crise agrária, derivada de políticas neoliberais.

O termo Soberania Alimentar surgiu como uma reação ao conceito de Segurança Alimentar, definido pela FAO durante a Conferência Mundial da Alimentação (CMA), em 1996, o qual segundo os camponeses e os movimentos sociais precisava proporcionar formas de combate à fome, atendendo aos interesses dos povos. Sendo assim, o conceito foi definido em 2001, durante o Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar, realizado em Cuba com a organização do movimento internacional Via Campesina, o qual une diferentes organizações camponesas de pequenos e médios agricultores, trabalhadores agrícolas, mulheres rurais e comunidades indígenas e negras da Ásia, África, América e Europa, em defesa do direito dos

povos decidirem sua própria política agrícola e alimentar. A definição do termo postula o direito de todos terem acesso a alimentos saudáveis, de forma regular e sustentável, com base na identidade cultural alimentar de seu próprio povo e região, valorizando a produção e o mercado local, a autossuficiência, a sustentabilidade e a autonomia das comunidades.

Soberania alimentar pode ser entendida como o direito dos povos definirem suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação para toda a população, com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade dos modos camponeses, pesqueiros e indígenas de produção agropecuária, de comercialização e gestão dos espaços rurais, nos quais a mulher desempenha um papel fundamental [...]. A soberania alimentar é a via para erradicar a fome e a desnutrição e garantir a segurança alimentar duradoura e sustentável para todos os povos (FÓRUM MUNDIAL SOBRE SOBERANIA ALIMENTAR, 2001).

No entanto, cabe ressaltar que devido a sua complexidade e ao seu processo ser dinâmico e multidimensional o termo é ainda um conceito em construção, buscando garantir o apoio à agricultura camponesa sustentável e a proteção à produção agrícola. Os movimentos visam corrigir as precariedades no trabalho no campo, reconstruindo ambientes e estilos de vida, através da luta por terras, sementes, economias rurais sustentáveis e diversificadas, educação, representação, mercados incorporados e conexões globais regionais e locais mais justas (McMICHAEL, 2016).

Na região andina, apesar da manutenção do Sistema Neoliberal na maioria dos países, cada vez mais movimentos de organizações camponesas constituídas por pequenos e médios agricultores, trabalhadores agrícolas, mulheres rurais e comunidades indígenas e negras têm se unido, buscando o direito dos povos de decidir sobre a sua própria política agrícola e alimentar. Dentre os pontos defendidos pelos camponeses se destacam a produção de alimentos saudáveis, de boa qualidade e culturalmente apropriados para o mercado interno, possibilitando um sistema de produção diversificado, com biodiversidade, respeito à capacidade produtiva, manutenção dos valores culturais e preservação de recursos naturais.

Como será apresentado nas próximas páginas, a luta dos povos originários, indígenas, negros e camponeses tem uma relação central com o acesso à terra e a transformação do sistema alimentar atual, buscando através de movimentos sociais coletivos e individuais a retomada de sistemas e costumes tradicionais de produção, assumindo novos papéis nos governos dos países e no próprio sistema internacional.

#### **4. AS AÇÕES DA FAO NA REGIÃO ANDINA**

A região andina, assim como a maioria dos países da América Latina e do Caribe, luta há anos contra a problemática da fome, sendo atualmente um dos principais locais de atuação da FAO, a qual tem colaborado, embora com limitações, com a criação de políticas alimentares, apoiando a elaboração e a implementação de estratégias, leis e programas para a erradicação da fome. O trabalho da organização, segundo seus discursos e documentos, visa incentivar a agricultura familiar, o desenvolvimento agrícola e rural e a adaptação das produções às mudanças climáticas, atuando no empoderamento de atores sociais e grupos locais, dando voz a povos indígenas, comunidades originárias e à população feminina.

Para compreender as ações da FAO na região andina, suas vitórias e seus desafios, foi realizado um mapeamento, que servirá de base para análises posteriores, através dos materiais encontrados na página virtual da FAO de cada um dos seis países andinos, Bolívia, Peru, Equador, Chile, Colômbia e Venezuela. Com esta análise busca-se identificar políticas comuns entre os países e compreender as limitações internas e externas das ações da FAO, analisando o papel dos Estados Unidos e do sistema alimentar capitalista na produção, distribuição e consumo de alimentos. Como limitação da pesquisa, percebeu-se a falta de dados anteriores aos anos de 2013/2014, comprometendo uma análise de maior especificidade das ações da FAO na região durante o período dos primeiros mandatos de Evo Morales, no qual foram promovidas diversas políticas alimentares originando um modelo de produção oposto ao do neoliberalismo.

##### **4.1 Anos Internacionais: uma alternativa de agenda para valorização dos alimentos nativos**

Segundo os materiais encontrados, as atuações da FAO nos últimos anos têm sido fortemente baseadas na promoção de Anos Internacionais temáticos, os quais direcionam parte dos projetos da organização na região, alinhando seus objetivos e atuando em conjunto nos territórios dos países. Através destes programas amplos, a FAO tem conseguido sensibilizar os governos e as sociedades sobre a importância dos cultivos locais e da valorização da diversidade de alimentos da região.

Como marco inicial da análise, o ano de 2013 foi declarado pela ONU como o Ano Internacional da Quinoa, grão altamente nutritivo que existe há séculos na América do Sul e se faz presente desde as comunidades pré-colombianas, podendo ser um importante aliado para promover a erradicação da pobreza e da insegurança alimentar na região (FAO, 2013a)

Devido a origem da proposta do ano temático da Quinoa ter sido feita pelos países andinos, o presidente da Bolívia no período, Evo Morales Ayma, foi nomeado como Embaixador Especial para as celebrações do Ano, defendendo em seus discursos a importância da valorização do superalimento como um legado ancestral, símbolo dos sistemas tradicionais de produção andinos (UNGA, 2013).

Después de tantos años Naciones Unidas reconoce este cereal como uno de los alimentos más importantes para la vida. Este reconocimiento no sólo ensalza el valor nutritivo de la quinua como alimento natural sino también el conocimiento y las prácticas tradicionales de los pueblos indígenas que, en armonía con la naturaleza, han mantenido, controlado y preservado la quinua en su estado natural como alimento para las generaciones actuales y venideras. (FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO), 2013b).

Como presente na Resolução 66/221, aprovada pela Assembleia Geral da ONU em 22 de dezembro de 2011, o Ano Internacional da Quinoa é uma forma da FAO reconhecer a importância dos povos indígenas andinos e das práticas tradicionais de viver bem, em harmonia com a natureza, na proteção do cultivo da quinoa como alimento local. Ademais, segundo o documento a biodiversidade do alimento, devido ao seu valor nutritivo, precisa ser valorizada como um meio para apoiar a execução dos objetivos de desenvolvimento acordados internacionalmente (UNGA, 2011).

O esforço para potencializar a quinoa faz parte de uma ampla linha de trabalho que objetiva recuperar cultivos tradicionais esquecidos como uma estratégia para combater a fome, construindo um sistema alimentar baseado na diversidade e na solidariedade. O reconhecimento da contribuição dos povos indígenas como produtores e conservadores deste alimento se faz extremamente necessário no contexto atual, no qual a cooperação entre entidades públicas e privadas envolvidas nos cultivos andinos precisa dar voz aos produtores nativos, construindo um sistema internacional mais igualitário e sustentável.

Dando continuidade ao projeto, em 2014, a FAO promoveu o Ano Internacional da Agricultura Familiar, reconhecendo o impacto profundo dos trabalhadores agrícolas no sistema de produção e alertando para a necessidade do fortalecimento das políticas governamentais para este setor. Como objetivo se buscava sensibilizar os governos e a sociedade sobre a importância da agricultura familiar para a construção de uma segurança alimentar com uma produção de alimentos justa e local (FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO), 2014f).

Neste ano, os países andinos se uniram em uma forte colaboração intersetorial para apoiar o desenvolvimento de políticas adaptadas às dificuldades comuns, visando conscientizar os cidadãos sobre a importância da união para enfrentar os desafios coletivos do setor. Assim, os governos da região criaram novos mecanismos para auxiliar os pequenos agricultores, através de novos marcos legais e melhores políticas sociais que impactassem diretamente a alimentação andina. Como se verá a seguir, foram criados Programas e Lei para a promoção da Agricultura Familiar local, políticas de integração de mercados, projetos de adaptações às mudanças climáticas e estratégias para a construção de um manejo sustentável dos recursos naturais.

Já em 2015, a FAO escolheu celebrar os Solos, valorizando as grandes reservas de terra cultiváveis na região, afirmando a necessidade do cuidado e da preservação dos solos da região andina para a sua meta de erradicar a fome e a pobreza. Segundo a organização, os solos saudáveis estão na base da agricultura, da produção de alimentos e na consequente vitória da luta contra a fome, desempenhando um papel super relevante para a manutenção da biodiversidade. Ademais, os solos fazem parte do ciclo do carbono, sendo relevantes também para enfrentar as mudanças climáticas que tem se intensificado na região andina (FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO), 2014e).

Por fim, em 2016, a ONU lançou o Ano Internacional das Leguminosas dando protagonismo às lentilhas, feijões e grãos, fontes de proteína e de diversos nutrientes que beneficiam a saúde humana e melhoram as condições de produção da pecuária, promovendo solos saudáveis e a biodiversidade. Nesse sentido, olhando para um viés ambiental, os resultados dos cultivos de leguminosas auxiliam na concentração de nitrogênio nas dietas, melhorando o crescimento das plantas e a saúde dos seus consumidores, ajudando no aumento da fertilidade do solo e diminuindo a dependência de fertilizantes sintéticos (FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO), 2015c).

#### **4.2 As ações da FAO nos países andinos entre 2013-2021, uma análise das vitórias e das limitações**

A presente seção visa compreender as semelhanças e especificidades das ações da FAO durante os anos de 2013-2021 na região andina, considerando as transformações econômicas, sociais e políticas sofridas pelo território. Para compreender as vitórias e as limitações que persistem sobre a FAO, será realizada uma análise dos projetos efetuados e apoiados pela organização em cada país andino.

#### 4.2.1 Bolívia

A FAO está presente na Bolívia desde 1978, agindo através de programas e projetos para alcançar a segurança alimentar, a erradicação da fome e a redução da pobreza, nas regiões do Altiplano Norte, Altiplano Sul, Vales, Amazônia e áreas urbanas dos cinco departamentos do país. Através de grandes movimentações financeiras, a organização busca construir uma estreita colaboração com o governo, o qual tem demonstrado grande atenção na elaboração de políticas alimentares, objetivando auxiliar famílias e comunidades a alcançar sistemas agroalimentares interligados, baseados no respeito às territorialidades, saberes, modos e estratégias de vida.

A partir da análise dos dados presentes no endereço virtual da FAO, nota-se que a organização teve uma grande presença no país no período pesquisado, promovendo diversas políticas e apoiando projetos de inclusão social, igualdade de gênero e valorização das comunidades indígenas e dos alimentos cultivados, comercializados e consumidos na região. Grande parte de sua atuação se deve à abertura do governo de Evo Morales a questões sociais, com um foco específico na transformação do Sistema Alimentar neoliberal em um Sistema comunitário, local e sustentável.

Para o país, o Ano Internacional da Quinoa foi um marco que possibilitou o aumento da sua presença no Sistema Internacional, construindo novos mercados para a sua produção e permitindo a continuação da implementação de políticas inovadoras no Sistema Alimentar. Em conjunto com a FAO, o Ministério de Desarrollo Rural y Tierras criou um projeto de estudo para a preparação e criação do Centro Internacional da Quinoa (CIQ) e demais grãos andinos, aumentando a investigação do alimento e seus derivados devido a sua contribuição nutricional em um contexto de crise ambiental e segurança alimentar.

El patrimonio alimentario que los pueblos indígenas andinos han mantenido, controlado, protegido y preservado cuidadosamente, gracias a su conocimiento ancestrales y prácticas de vida en armonía con la madre tierra deben ser conocidos por el mundo. Por esta razón, el CIQ se constituye en la plataforma ideal para la difusión y gestión de conocimientos, la educación de agricultores y la comunicación para el desarrollo ( FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO), 2013c).

Em sintonia com a proposta da ONU de valorizar a Agricultura familiar, em 2014 a Bolívia incrementou seus créditos, destinando milhões de dólares a famílias de pequenos agricultores, artesãos e empresários que receberam capacitações e assistência técnica. Simultaneamente, o país e a FAO investiram na organização de encontros com instituições camponesas indígenas e originárias, como a Confederação Sindical Única de Trabajadores

Campesinos da Bolívia (CSUTCB), Confederação Nacional de Mulheres Campesinas Indígenas Originárias de Bolívia “Bartolina Sisa” e o Centro de Investigação e Promoção do Campesinato (CIPCA), para debater maneiras de fortalecer as políticas públicas em prol da agricultura familiar comunitária (FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO), 2014c).

Já em 2015, o foco das ações da FAO se concentrou na promoção de encontros de produtores de sementes andinas, cacau e algodão, construindo um lugar de fala para os agricultores contarem seus processos de produção e trocarem conhecimentos, interligando os países andinos. Nas comunidades foram incrementadas pela FAO, em conjunto com a UNICEF, hortas comunitárias e a promoção de rodas de conversas para mulheres, procurando entender suas demandas e auxiliando no fortalecimento de organizações de mulheres campesinas e de povos indígenas originários.

Se debe cambiar la forma en que la sociedad trata a los pueblos indígenas originarios, se debe revalorizar el aporte de las mujeres, y recuperar los saberes y diálogos para mejorar el mundo y aportar a una nueva y mejor perspectiva del mundo, sin hambre y con equidad (FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). 2015d.).

A aprovação da Ley de Alimentación Escolar pelo governo boliviano como parte de seu novo sistema alimentar, garantiu, no Artigo 16 da Constituição Política do Estado, o direito a uma alimentação saudável e culturalmente apropriada aos estudantes da região como uma forma de fomentar a produção local, direcionando diversas ações da FAO a esta pauta. A medida foi um avanço significativo para promover a universalização de uma alimentação escolar baseada no consumo interno, incluindo grãos como a Quinoa Real e demais produções locais nas escolas públicas (FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO), 2015a).

Em 2016, a FAO auxiliou na criação da Política Nacional do Café, articulando um comércio justo com a modernização do processo de produção para tentar construir uma comercialização associativa do café no mercado internacional. Ademais, diversos apoios financeiros à produção do café boliviano foram realizados, auxiliando na assistência técnica e na capacitação dos produtores.

Houve uma continuidade da construção do Centro Internacional da Quinoa, unindo-se aos governos da Venezuela, Chile e Equador para a promoção de redes de investigação integrais e colaborativas. Inovações tecnológicas foram fortemente incentivadas, ao mesmo tempo em que se buscou a recuperação de saberes ancestrais para a sustentabilidade do

Sistema Agroalimentar e do cultivo estratégico da Quinoa, tanto em nível nacional como internacional (FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO), 2017a)

Entre os anos 2017-2019, as ações da organização se concentraram na potencialização dos produtores da agricultura familiar, desenvolvendo programas em parceria com a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) para múltiplas associações e organizações familiares internacionalizarem a sua produção. O setor algodoeiro foi bastante incentivado com apoio na criação do “Plan Nacional de los Algodones en Bolivia”, o qual visava auxiliar o complexo produtivo, aumentar as oportunidades comerciais, fortalecer organizações e dar sustentabilidade aos produtores.

Como meta, além de erradicar a fome, a FAO se concentrou na necessidade de acabar com a pobreza rural, investindo em estudos acerca dos efeitos da migração e estratégias para a promoção da inclusão de todos nas comunidades. Ademais, houve uma grande preocupação em impulsionar uma agricultura familiar sustentável e resiliente às mudanças climáticas, garantindo a sobrevivência da biodiversidade e o desenvolvimento rural da economia campesina.

Nos anos de 2020-2021, com as mudanças ocasionadas pela Pandemia do COVID-19, a FAO buscou apoiar as produções locais, incentivando a implementação de Supermercados de Alimentos da Agricultura Familiar, responsáveis por abastecer as populações do campo e reunir pequenos produtores. Além disso, a organização, em conjunto com o governo, proporcionou um apoio financeiro a diversas famílias, trabalhando para prevenir uma intensificação da crise alimentar (FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO), 2020d).

#### **4.2.2 Peru**

Desde 1956, a FAO opera no território peruano, orientando suas ações em promover a erradicação da fome e da má nutrição, através do incentivo ao consumo de alimentos locais e nutritivos, eliminação da pobreza e no impulsionamento socioeconômico das produções sustentáveis. Atualmente, ela busca atuar em parceria com o governo, considerando as prioridades do país e as políticas nacionais já existentes para a construção de uma cooperação com os países da região andina.

No ano de 2014, em harmonia com o Ano Internacional da Agricultura Familiar, as ações da organização se concentraram no Proyecto Semillas Andinas, o qual reconhecia a importância das associações de produtores e das sementes nativas, valorizando alimentos locais como as batatas andinas. Com o apoio de diversas instituições regionais, o projeto

impulsionou a união de agricultores de sistemas produtivos comunitários, tornando-os protagonistas do desenvolvimento agrário e da segurança alimentar do país (FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO), 2014a).

Neste contexto, o governo peruano, com o apoio da FAO, aprovou a Lei de Promoção da Agricultura Familiar, organizando estratégias nacionais para o setor, incluindo temáticas como integração dos mercados, transformações ocasionadas pelas mudanças climáticas, manejos sustentáveis de recursos, dotação de bens públicos, fortalecimento institucional público e privado e gestão de conhecimento ancestral agrário (FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO), 2014b). Ademais, a organização incentivou a cooperação Sul-Sul, acreditando que em conjunto poderiam se encontrar soluções para vencer os desafios similares na luta da fome e da desigualdade de gênero (FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO), 2015b).

Nos anos seguintes, a cooperação se fortificou, atingindo diversos setores agrícolas, como o algodoeiro, e promovendo a competitividade e sustentabilidade na agricultura familiar, através de projetos que equilibravam a introdução de novas tecnologias com o uso de sementes locais, diversificadas e de qualidade. Em relação à temática da desigualdade de gênero, houve um grande avanço devido aos esforços da FAO e do governo na formalização de associações femininas, permitindo uma maior valorização do papel da mulher na produção, sementeira, colheita, transformação e comercialização dos produtos nativos.

A partir de 2019, além de manter suas ações no campo, a FAO passou a investir na criação de uma “Agenda Urbana”, participando de encontros das redes municipais sobre temáticas alimentares e buscando meios para impulsionar novos projetos urbanos. A organização começou a apoiar cidades do mundo inteiro em busca do desenvolvimento de sistemas alimentares sustentáveis, eficientes e inclusivos, criando espaços de informação para trocas de experiências e conhecimentos entre os países com o objetivo de fortalecer cadeias locais e reduzir os desperdícios de alimentos.

#### **4.2.3 Chile**

A representação da FAO no Chile se estabeleceu em 1978, iniciando um período de diversos projetos que fariam o país ser reconhecido como um exemplo na luta da fome, devido aos seus baixos índices de desnutrição infantil alcançados. Em grande parte, suas ações têm o apoio do governo, o qual demonstra-se aparentemente comprometido com o desenvolvimento da agricultura familiar, reconhecendo na teoria a importância do setor e dos pequenos agricultores como atores-chaves para a erradicação da fome. Como principais

objetivos a parceria visa gerar empregos, construir um consumo de alimentos saudáveis, preservar a biodiversidade e resgatar o desenvolvimento, através de programas de longo prazo, alinhados com as características específicas de cada setor da agricultura familiar (FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO), 2014d).

Em 2014, em prol do Ano Internacional da Agricultura Familiar, o Ministério da Agricultura e o Serviço Nacional da Mulher, apoiados pela FAO, enfatizaram a importância da valorização da mulher para o desenvolvimento do país, investindo na criação de uma agenda de gênero que auxiliasse a vencer os desafios que as mulheres dos campos sofrem. Diversas estratégias foram promovidas pelo governo e pela organização para empoderar mulheres rurais, possibilitando a elas maior acesso a créditos, assistências técnicas, titularidades de terras e empregos rurais.

Considerando o grande problema que o Chile enfrenta com a degradação dos solos, em 2015, o país se uniu ao lançamento do Ano Internacional dos Solos, promovendo chamados para a construção de políticas para diminuir a erosão e a conservação dos recursos naturais. A erosão é um dos maiores desafios para as atividades agrícolas e a produção de alimentos nacionais, sendo necessário buscar um equilíbrio entre a preservação e a expansão da produção.

Em 2016, em celebração ao Ano Internacional das Leguminosas, a FAO e o governo chileno realizaram oficinas apoiadas pela academia, sociedade civil, empresas e agricultores familiares, possibilitando a construção de projetos com diferentes visões do papel das leguminosas para a construção de uma produção sustentável de alimentos no país. Ademais, a organização investiu em Acordos para combater atividades ilegais, como a pesca, e promoveu projetos para auxiliar as populações de polinizadores, explicando práticas de preservação e sustentabilidade e desenvolvendo o “Plan de gestión del servicio ambiental de polinización para el desarrollo sostenible de la producción y fortalecimiento de la seguridad alimentaria”.

No ano de 2017, em continuação aos programas iniciados em 2015, a FAO auxiliou o Chile, Peru, Bolívia, Equador e Colômbia a desenvolverem um sistema nacional de informação dos solos, medindo o carbono orgânico nas produções destas regiões e melhorando as informações sobre o estado e a saúde dos solos, visando assim restaurar os solos para gerar sistemas agrícolas produtivos e sustentáveis. Simultaneamente, o governo chileno promoveu diversas políticas contra a obesidade, um dos maiores problemas do país, tendo o apoio da organização na criação de uma agenda de trabalho conjunta para posicionar a segurança alimentar e melhorar a nutrição da população.

O Plano de combate à obesidade se estendeu para os anos seguintes, investindo na preservação de cultivos ancestrais e práticas sustentáveis, como possibilidades de substituição para as grandes compras de ultraprocessados e produtos ricos em gorduras, açúcares e sal. Como efeito, em 2019, a FAO apoiou a Ley do Etiquetado, a qual visava alertar a população sobre a composição dos alimentos e os efeitos da publicidade no consumo. Através dela, tornou-se obrigatório aos produtores a transparência em relação ao conteúdo nutricional dos alimentos, por meio da incorporação de etiquetas que alertassem para altas quantidades de calorias, açúcares, gorduras saturadas e sódio.

Com os efeitos da pandemia, a FAO passou a promover encontros com os países da região na tentativa de pensar soluções conjuntas para transformar os sistemas alimentares e superar a crise gerada pelo Coronavírus, na qual o PIB estava caindo, o desemprego subindo, empresas fechando e a pobreza aumentando. Devido a intensificação do número de pessoas em situação de fome no Chile, os representantes da organização passaram a fortalecer a ideia de que as inovações trazidas para superar os desafios da pandemia poderiam impulsionar a construção de um mundo com sistemas alimentares mais inclusivos, sustentáveis e igualitários.

#### **4.2.4 Equador**

Desde 1952, a FAO tem estado presente no Estado Equatoriano, apoiando os processos implementados para melhorar a nutrição, aumentar a produtividade agrícola, elevar ao nível da vida da população rural e contribuir com o crescimento da economia local e nacional. O trabalho da organização ocorre em conjunto com as instâncias do governo, a sociedade civil e os organismos internacionais de cooperação, através da implementação de projetos e programas que auxiliem a garantir a segurança e soberania alimentar dos cidadãos.

Em 2016, a organização investiu no fortalecimento da Alianza para las Montañas, grupo de união dos produtores agrícolas andinos, impulsionando uma etiqueta especial para os produtos das montanhas com o objetivo de gerar novos canais de negócio e uma maior valorização dos produtos originários da região. Segundo a FAO, a produção agrícola das regiões das montanhas por ser em pequena escala não pode competir com a produção intensiva das terras baixas, acarretando na perda de uma fração do preço final de seus produtos devido aos altos custos de transporte e a grande quantidade de intermediários. Desse modo, os alimentos diversificados e de alta qualidade são muitas vezes desconhecidos fora da região em que são cultivados, demorando ou não chegando ao mercado internacional (FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO), 2016d).

Durante o Ano Internacional das Leguminosas, a FAO, em conjunto com o Ministério Coordinador del Conocimiento y Talento Humano (MCCTH), o Ministerio de Agricultura, Acuacultura, Ganadería y Pesca (MAGAP) e o Instituto Nacional de Investigaciones Agropecuarias (INIAP), realizou o “Simpósio Regional del Chocho”, visando promover a investigação científica, produção e consumo deste importante produto da agricultura familiar (FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO), 2016c). Ademais, foram promovidas diversas feiras, organizadas por instituições públicas e privadas, para oportunizar o intercâmbio de sementes, conhecimentos e experiências entre agricultores e produtores.

Em 2018, a FAO e o Ministério do Ambiente fortaleceram o trabalho para a conservação dos bosques e das florestas, construindo ações relacionadas ao manejo florestal sustentável, como a criação de manuais para os plantadores de banana trabalharem de forma mais saudável e segura e a promoção de capacitações para os produtores e comerciantes de cacau (FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO), 2016a). No mesmo período, a organização buscou apoiar a nova Rede Andina de Produtores de Quinoa, formada por associações de produtores do Equador, Bolívia, Chile, Argentina e Peru, buscando dar voz aos camponeses e representantes das produções sustentáveis de alimentos (FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO), 2016b).

O esforço pela erradicação da fome resultou na implementação de Guias Alimentares, elaboradas pela articulação de atores multidisciplinares da academia, sociedade civil, instituições governamentais, cooperação internacional e sociedade equatoriana. O material foi fruto do fortalecimento de um processo de diálogo de saberes que permitiu criar orientações à população sobre como escolher diariamente alimentos naturais, diversificados e locais, culturalmente apropriados, facilitando as decisões dos consumidores em trocar seus hábitos alimentares para evitar a má nutrição (FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO), 2018a).

Em 2020, no contexto da pandemia, a FAO criou a iniciativa Mano a Mano, para acelerar o processo de transformação agrícola, visando contribuir com o desenvolvimento rural sustentável, a erradicação da pobreza e a intensificação da fome. Por este meio, a organização buscou fortalecer a união internacional, em especial a cooperação Sul-Sul, criando meios de informação digitais para auxiliar na identificação de vazios e oportunidades na região, facilitando a organização de projetos e programas específicos adaptados às distintas realidades do campo (FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO), 2017b).

Ademais, a FAO apoiou a aprovação da Lei de Alimentação Escolar, um esforço Interinstitucional que auxiliou no estabelecimento de políticas de Estado para fortalecer o vínculo entre nutrição, educação e sistemas alimentares, garantindo a alimentação como um pilar de desenvolvimento na sociedade equatoriana. A medida, constituiu um marco normativo nacional, promovendo a entrega de comidas saudáveis às escolas, auxiliando e integrando a agricultura familiar campesina e criando uma economia popular e solidária (FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO), 2020a).

#### **4.2.5 Colômbia**

A representação da FAO foi estabelecida na Colômbia em 1977, com a proposta de manter um diálogo direto e contínuo com o Estado colombiano através de processos de cooperação técnica para o melhoramento da agricultura e da alimentação da população. Para atingir seus objetivos, a organização trabalha, atualmente, de maneira articulada com os Ministérios Governamentais, entidades e agências do Governo Nacional relacionadas a área da alimentação e do meio ambiente, buscando alianças com a cooperação internacional e o setor privado.

No ano de 2014, a FAO apoiou o Projeto Regional para o fortalecimento e desenvolvimento do setor algodoeiro e da agricultura familiar, dentro da proposta regional de Cooperação Sul-Sul, proporcionando o encadeamento produtivo, assistência técnica e articulação setorial da região. Diversas feiras agroalimentares, com espaços para trocas de experiências entre os produtores, e seminários sobre aprendizagens de extensão rural foram promovidos, além do desenvolvimento de hortas escolares, para incentivar o ensino de cuidados que devemos ter com o meio ambiente, e capacitações sobre economias familiares e práticas de alimentação e saúde.

Entre os projetos do governo em parceria com a organização se teve muito presente a ideia de fortalecer a Segurança Alimentar em zonas de fronteira, incrementando a produção agrária, com a construção de centros de capacitação e oficinas, e intensificando os mercados através do programa “Plan Fronteras para la Prosperidad”. Com os acordos de paz, assinados em 2016 pelo governo colombiano e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), a FAO passou a apoiar ações de desenvolvimento com foco territorial, estimulando a produtividade agropecuária nas regiões afetadas por conflitos e pela pobreza.

Em conjunto com a União Europeia, a organização desenvolveu na região o projeto “Nuevos Territorios de Paz”, visando implementar, após cinco décadas de conflito armado, modelos produtivos e sustentáveis como estratégia para melhorar a segurança alimentar e a

resiliência em zonas rurais do país. Com este auxílio se espera que a Colômbia consiga nos próximos anos cultivar e espalhar as sementes da paz, tendo colheitas abundantes em forma de emprego rural digno, reafirmação de identidades e a construção de um campo produtivo sustentável para gerações futuras.

Ademais, a FAO e outras instituições nacionais elaboraram um cadastro para a formalização das terras, visto que é de extrema importância reativar o potencial agrícola em um país que utiliza apenas um quarto de sua superfície agrícola cultivável devido aos conflitos passados e ao cultivo estendido para a produção de coca. Em relação à planta mencionada, o governo colombiano tem trabalhado em conjunto com a organização para incentivar os agricultores a abandonarem o cultivo da folha e substituí-lo por cultivos agrícolas.

No contexto do COVID-19, a oficina da FAO na Colômbia realizou diálogos com produtores, organizadores e comerciantes nacionais para conhecer as dificuldades das cadeias de abastecimento de alimentos, tanto em relação à oferta como à demanda (FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO), 2020c). Visando superar os desafios, como a falta de transporte dos produtos rurais, a organização passou a incentivar o governo a realizar compras públicas locais, oportunizando os pequenos produtores sobreviverem às dificuldades econômicas da pandemia (FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO), 2020b).

Neste contexto, o Congresso aprovou a Lei de Compras Públicas, visando promover a participação de pequenos produtores no mercado de compras em todo o território nacional, declarando como direito fundamental à boa alimentação e nutrição adequada de todos os colombianos. Para garantir a participação da sociedade, a lei ordena que as instituições públicas devem adquirir 30% de suas compras de alimentos de pequenos produtores agropecuários da Economia Campesina, Familiar e Comunitária (FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO), 2020e).

Para fortalecer a política de restituição da terra e a integração socioeconômica em territórios afetados pelos conflitos e pela pandemia, a FAO em conjunto com o World Bicycle Relief, passou a entrega bicicletas aos moradores das áreas rurais, proporcionando o acesso à educação e ao desenvolvimento econômico.

#### **4.2.6 Venezuela**

Nas pesquisas realizadas, a página da FAO da Venezuela não foi encontrada, limitando o acesso a maiores dados sobre a atuação da organização no país. Os materiais achados foram apenas em pesquisas gerais da FAO, nos quais os dados demonstram que a

Venezuela , nos últimos anos, é o segundo país da América Latina e do Caribe que mais sofre com a fome, ficando atrás somente do Haiti.

### **4.3 Limitações da atuação da FAO na região andina em um sistema neoliberal**

A partir da análise realizada nota-se que a atuação da FAO na região andina possui muitos programas e projetos semelhantes, devido aos desafios enfrentados pelos países andinos para atingir a soberania e a segurança alimentar serem similares. Como solução, a organização tem investido principalmente em ações nas áreas rurais, através da retomada de cultivos e tradições nativas, além da incorporação de novas tecnologias e capacitações para as comunidades.

As populações indígenas e originárias têm sido bastante valorizadas pela organização, sendo incluídas na grande maioria dos projetos e ganhando voz nas instituições nacionais e no próprio sistema internacional. A cooperação Sul-Sul é outro ponto que tem sido tratado como um foco da FAO na região andina, ganhando grandes incentivos para promover intercâmbios de experiências e cultivos entre as nações.

No entanto, apesar de realizar diversos projetos nos países andinos e tentar agir em parceria com os governos, a organização enfrenta desafios locais e internacionais que limitam as suas ações na região, devido à influência dos interesses empresariais, encobertos sob a ideia da liberdade de circulação do capital e das mercadorias, em um Sistema Alimentar Neoliberal. Como presente na obra de Stedile (2011), estes atores, donos de grandes empresas dos países desenvolvidos, defendem apenas políticas governamentais compensatórias, em que a fome e desnutrição não se transformem em tragédias sociais, não permitindo grandes mudanças estruturais nos países do Sul Global. Assim, há uma falta de políticas que se opunham à privatização dos recursos nacionais e de ações que diminuam o poder das multinacionais na região andina e promovam o desenvolvimento em conjunto da agricultura, construindo uma maior autonomia das nações.

No Sistema Neoliberal, as grandes empresas transnacionais têm se tornado as responsáveis por definir e implementar as macropolíticas estratégicas de abastecimento alimentar, controlando as principais cadeias alimentares e os produtos de interesse da agroindustrialização. Neste contexto, as multinacionais têm promovido a padronização dos alimentos, interferindo internamente em dezenas de países através do comércio e das cadeias multinacionais de supermercados (STEDILE, 2011).

Devido a estas limitações, a FAO tem se transformado em um organismo burocrático de pesquisa e registro dos volumes da fome e da desnutrição, ajudando a denunciar

problemas e prestando assistências imediatas às populações, mas não tendo forças para combater as causas do problema e agir em questões mais profundas. Como desafio externo, a organização enfrenta os interesses das grandes potências, em especial dos Estados Unidos, que influencia na região através de sua participação na ONU e de sua coordenação do Programa Mundial de Alimentos (PMA) (DIAS; SANTANA, 2021).

No plano internacional, a ajuda alimentar começou a ser institucionalizada na década de 1950, devido às dificuldades enfrentadas pelos países no contexto do Pós Guerra, originando em 1961 o PMA, como alternativa para resolver os problemas da fome dos países periféricos e promover objetivos humanitários e desenvolvimentistas. Os Estados Unidos, potência que havia sido fortalecida no conflito, ficou com o papel de principal arquiteto e contribuinte da elaboração do Programa Institucionalizado, sendo inicialmente responsável por aproximadamente 90% da ajuda alimentar internacional produzida e fornecida na época (LIMA; DIAS, 2016) .

No entanto, além das questões humanitárias, os Estados Unidos enxergavam a institucionalização das políticas de assistência alimentar como um meio estratégico para atingir interesses geopolíticos e econômicos, promovendo a sua influência e controle mundial. Em relação às questões econômicas, as políticas assistenciais serviam como um meio para o escoamento de excedentes agrícolas, impulsionando a economia norte-americana e criando novos mercados. Simultaneamente, o Plano poderia auxiliar na projeção da influência norte-americana na periferia, atraindo simpatizantes em um contexto de disputa com a União Soviética (DIAS; SANTANA, 2021).

Atualmente o país continua desempenhando um papel muito relevante na ajuda internacional, possuindo uma hegemonia na instituição devido ao fato de ser o maior doador de recursos voltados a este fim, doando cerca de 40% do que compõem o Programa Mundial de Alimentos. (LIMA; DIAS, 2016). A atuação dos países desenvolvidos como financiadores indispensáveis para o funcionamento deste e demais programas da FAO, forma uma situação de dependência, na qual os países periféricos se veem presos a limitações políticas devido aos interesses geopolíticos e econômicos das grandes nações. (DIAS; SANTANA, 2021)

Como tentativas para diminuir as influências externas nas ações da FAO, reformas para tornar os programas mais efetivos e menos custosos foram realizadas, no entanto, as mudanças enfrentam resistências de interesses de produtores e processadores agrícolas dos países desenvolvidos, de empresas de transporte marítimo que lucram com os trajetos das doações e de ONGS que utilizam a monetização das doações como forma de sobrevivência. Para os norte-americanos, transformar as doações em apenas recursos financeiros, iria

desvincular a ajuda do arsenal estadunidense, prejudicando uma importante ferramenta de soft power do país que propaga a sua bandeira em alimentos doados, servindo como propaganda da imagem do país como o salvador dos países periféricos (LIMA; DIAS, 2016).

Por outro lado, se a ajuda fornecida com alimentos fosse transformada em recursos para a produção, manuseio, preparo, conservação, transporte e distribuição dos alimentos por instituições locais, diversos problemas como as altas despesas de transporte e os custos logísticos poderiam ser evitados. As doações financeiras incentivariam o desenvolvimento nacional da região e possibilitariam a FAO ir além de uma ajuda imediatista às populações, podendo atuar não apenas de forma arbitrária para amenizar as contradições do sistema alimentar, mas promovendo de fato a Soberania Alimentar Mundial em oposição à ordem mundial vigente (LIMA. DIAS, 2016).

## **5. ALTERNATIVAS AO SISTEMA: UMA ANÁLISE A PARTIR DO CASO ESPECÍFICO BOLÍVIA**

Ao longo das décadas de 1980 e 1990, surgiram regimes neoliberais na maioria dos países andinos, priorizando os direitos individuais no lugar dos coletivos, liberalizando mercados e pondo fim ao ciclo das reformas agrárias vivido em diversas regiões. Houve a perda das terras e dos programas estatais desenvolvidos anteriormente, além de um novo impulso capitalista que colocou em perigo espaços de autonomia e de fala conquistados pelas comunidades indígenas.

Este Sistema de produção neoliberal, cheio de contradições e inseguranças, provocou nos países andinos o surgimento de movimentos de resistência, com mudanças governamentais, fortificação da organização social dos grupos comunitários, formação de associações e o aumento dos debates, em ambientes urbanos e rurais, acerca da necessidade de mudanças no modo de produção, distribuição e consumo alimentar. Cada país andino lidou de uma maneira diferente pela busca da Soberania Alimentar durante o período analisado, promovendo mudanças de pequena escala e resultados desiguais.

Ao contrário da maioria dos países, a Bolívia construiu uma grande alternativa ao Sistema, rompendo com princípios neoliberais através de políticas nacionais e mudanças em sua Constituição. No âmbito governamental, o país foi o primeiro a revolucionar a maneira de construir uma Soberania Alimentar, dando espaço a novas vozes e construindo um forte diálogo entre o campo e a cidade.

Neste sentido, o presente capítulo visa compreender, através de uma análise comparativa, quais foram os fatores que possibilitaram que surgisse na Bolívia uma proposta contrária ao tradicional Sistema Neoliberal Alimentar. A alternativa, baseada em transformações no campo e práticas agrícolas em diversos âmbitos, permitiu uma ressignificação da questão agrária e do movimento campesino, promovendo a união da população indígena.

As variáveis utilizadas foram escolhidas considerando a importância dos aspectos políticos, sociais e culturais na construção de uma Soberania Alimentar, entendendo que elementos relacionados a essas categorias refletem os avanços da erradicação da fome nas nações andinas. As questões econômicas, embora estejam presentes nas demais categorias, foram deixadas em segundo plano buscando uma análise mais social da questão estudada.

Ademais, a partir de uma análise dos movimentos presentes no endereço virtual da Via Campesina, o capítulo visa valorizar as ações comunitárias e campesinas que têm surgido

nos países como resistências, defendendo a agroecologia em equilíbrio com aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais. Em oposição a agricultura imperialista baseada nos transgênicos, multinacionais e latifundiários, o movimento fortalece a união dos pequenos e médios agricultores, que em associações e cooperativas adotam a diversidade biológica, utilizando eficientemente os recursos e auxiliando no equilíbrio do meio ambiente.

Partindo de uma análise social e entendendo que a maioria dos movimentos de resistência ao Modelo Neoliberal são constituídos por mulheres e povos originários, a primeira seção da análise comparativa terá como objetivo investigar quais são os direitos que as populações indígenas e femininas possuem em cada país andino, assim como os papéis que têm executado na sociedade, baseado na abertura que o governo de cada país dá a diversidade e a igualdade de gênero. Como base serão utilizadas as constituições nacionais e análises acerca da ocupação de espaços e conquistas destas populações, nos âmbitos políticos, econômicos e sociais.

Na categoria política, a atenção é dada à soberania e segurança alimentar, através de pesquisas na Constituição de cada país e em análises acerca das ações dos governos andinos. Se buscará investigar a presença das políticas alimentares e ambientais nas constituições, em prol de uma descolonização epistêmica e política da agricultura. Em um segundo momento, o foco será compreender quais as associações camponesas, indígenas e femininas existentes e a união das comunidades ligadas a Via Campesina.

Por fim, a categoria cultural visa entender as práticas de cultivo dos costumes antigos nas produções culturais existentes em cada região, tanto no campo como nas cidades. Como escolha de variáveis, se procurará entender qual a presença das culturas dos povos originários nas produções de rádio, nas artes plásticas, incluindo pinturas, cerâmicas e desenhos, nas produções audiovisuais e nas obras musicais.

Reitera-se que apesar da análise ser realizada nos seis países andinos, o foco do trabalho será a Bolívia, tendo uma seção especial para a mesma, visto que o objetivo é compreender o que permitiu que no país surgissem novas políticas alimentares e um novo modelo econômico, construído com o apoio dos povos indígenas e originários e dos camponeses andinos.

## **5.1. Questões Sociais**

Devido a dificuldade de acesso a decretos e leis e visando manter uma igualdade de pesquisa, a seguinte análise consistirá na utilização das constituições de países andinos, além de trabalhos acerca do respeito às diversidades, às culturas indígenas e à igualdade de gênero.

### 5.1.1. Questões sociais nos países andinos

Embora haja uma grande quantidade de indígenas residentes no Peru, é difícil saber exatamente a porcentagem desta população, pois ao longo dos anos houve muitas manipulações de dados por parte das autoridades, as quais visavam reduzir os contingentes indígenas por razões políticas. Dentre estas motivações se destacam as heranças deixadas pelas políticas de embranquecimento, apoiadas por determinados governos e parcelas da sociedade, além do incentivo a criação de estigmas negativos sobre as identidades indígenas (DUVAL, 2014).

Segundo a obra de Duval (2014), este atraso em relação ao reconhecimento formal de suas identidades originárias nas estruturas políticas, institucionais e estatais, teve forte influência da constituição de uma estrutura de dominação e polarização entre as região costeira e a serra, expressas de maneira intensa nas décadas finais do século XX. Ademais, o encobrimento dos elementos indígenas se relaciona com os efeitos das Guerrilhas do Sendero Luminoso<sup>3</sup>, do Movimento Revolucionário Tupac Amaru (MRTK) e das políticas de cooptação das organizações indígenas, as quais dificultaram a formação de espaços e partidos étnicos.

Como consequência, se criou na sociedade peruana uma caracterização classicista de camponeses, na qual as populações autóctones andinas foram incorporadas à política e a instituições estatais com uma identidade indígena comumente relacionada aos povos da selva peruana. Agrega-se a isto, o fato de muitos indígenas buscarem encobrir suas identidades ao migraram para as cidades, evitando ser alvo do conservador e discriminatório caráter negativo atribuído aos índios por elites peruanas.

Sendo assim, o renascimento indígena é muito recente, se intensificando em decorrência das transformações neoliberais, com a valorização dos saberes e costumes nativos, além da ampliação dos direitos dos povos originários e comunidades indígenas. No caso dos aymaras, os movimentos peruanos se concentram na reafirmação de um nacionalismo étnico que perpassa o espaço do país, unindo a região andina e se concentrando na região do altiplano.

No final de 1997, os movimentos indígenas iniciaram o processo que viria a originar a primeira organização dos povos autóctones estabelecida em nível nacional, unindo

---

<sup>3</sup> Grupo de Guerrilha Peruano, criado ao longo dos anos 60, com inspiração maoísta, formado por um grupo de intelectuais que visavam inicialmente acabar com as instituições capitalistas e burguesas do país por meio de revoluções lideradas por camponeses. Posteriormente, suas ações passaram a ganhar um caráter agressivo, atacando propriedades rurais para recrutar novos membros entre as comunidades indígenas e camponesas. Ao impor o rompimento das relações familiares e dedicação exclusiva ao movimento, os militantes passavam a viver sujeitos ao terror e a coerção em casos de desvios de conduta.

movimientos indígenas até então desenvolvidos em bases regionais e étnicas restritas. Com a Conferência Permanente de los Pueblos Indígenas del Perú (COPPIP), representantes de associações e organizações de níveis locais, regionais e nacionais, se uniram com o objetivo de criar um espaço de interação propício à construção da “voluntad colectiva indígena”.

Gradativamente, a base geográfica e étnica da COPPIP foi se ampliando, atraindo e inspirando a construção de novas organizações como a Unión de Comunidades Aymara (UNCA), a Coordinadora Nacional de Comunidades Campesinas y Indígenas del Perú (CAMACCIP); a Asociación de Defensa y Desarrollo de las Comunidades Andinas del Perú (ADECAP); o Consejo Aguaruna Huambisa; a Comisión de Emergencia Asháninka; o Taller Permanente de Mujeres Indígenas Andinas y Amazónicas (CHIRAPAQ); a Federación Puquina; a Organización de Comunidades Aymaras, Amazonenses y Quechuas (OBAAQ); a Comunidad Indígena Asháninka Marankiari Bajo (CIAMB); a Federación Provincial de Comunidades Campesinas de Huaral; a Federación Departamental de Comunidades Campesinas de Pasco; e a Coordinadora Nacional de Comunidades Afectadas por la Minería (CONACAMI).

Analisando a Constituição Peruana, implementada em 1993, nota-se que a palavra indígena não aparece nenhuma vez no documento, retratando a realidade de exclusão enfrentada pelos povos originários nas instâncias de representação. Por outro lado, há a presença de trechos destinados às comunidades campesinas e nativas, ressaltando que o Estado apoia o desenvolvimento agrário, garantindo a propriedade de terra e respeitando as identidades culturais das comunidades.

A palavra "mujer" aparece apenas 1 vez, no Artículo 5, destacando que a união estável entre um homem e uma mulher dá lugar a uma comunidade de bens, sujeita ao regime da sociedade de ganancias (PERU, 1993, p.7). Procurando outras maneiras do documento se referir a temáticas de gênero, foi investigada a presença das palavras gênero e sexo, aparecendo ambas somente uma vez.

Artículo 2. 2. A la igualdad ante la ley. Nadia debe ser discriminado por motivo de origen, raza, sexo, idioma, religión, opinión, condición económica o de cualquiera otra índole (PERU, 1993, p.3)

Artículo 191, La ley establece porcentajes mínimos para hacer accesible la representación de género, comunidades nativas y pueblos originarios en los Consejos Regionales. Igual tratamiento se aplica a los Concejos Municipales (PERU, 1993, p. 61)

Devido a esta realidade e a falta de políticas focadas na promoção dos direitos femininos, percebe-se uma forte desigualdade de gênero em múltiplas facetas da vida diária da sociedade peruana, tendo dificuldades em avanços lineares e enfrentando diversas resistências. Como principais desafios se encontra a violência de gênero, expressa em diferentes âmbitos, e a inequidade de direitos e oportunidades.

Em um contexto semelhante ao Peru, a crise financeira enfrentada pelo Equador na década de 1990, trouxe diversas instabilidades políticas, econômicas e sociais ao país, provocando o fortalecimento de movimentos de oposição ao Sistema Neoliberal. O modo de produção deste sistema havia destruído as agriculturas campesinas, resultando em um crescente êxodo de agricultores para os centros urbanos do país.

Em 2006, em meio a este contexto, surgiu o partido Alianza PAIS, o qual prometia a reestruturação do Equador, com a construção de uma nova Constituição, apoiando os movimentos de organizações ecologistas, indígenas, femininas, afro equatorianas, campesinas e estudantis. O novo documento, que seria implementado em 2008, trazia a natureza como sujeito de direito, com políticas ambientais e a promoção de direitos indígenas e femininos, assumindo uma nova perspectiva capaz de enfrentar o sistema econômico e político marcado pelo poder das oligarquias e a alta dependência dos mercados internacionais (LESSA, 2018).

Esta mudança teve grande influência dos movimentos indígenas e campesinos, os quais foram atores fundamentais na luta pela plurinacionalidade, defendendo os direitos dos povos baseados na ideia de comunidade e união. Destaca-se a conscientização dos povos acerca da realidade vivida pelo país, tendo conhecimento das riquezas naturais da região e das dificuldades de se viver em um sistema capitalista, integrado e globalizado (TAVARES, 2019).

Analisando a Constituição de 2008, nota-se que o termo “indígena” aparece 19 vezes, reconhecendo os povos como parte do Estado equatoriano, assim como afirmando que os idiomas indígenas são oficiais do país, em conjunto do castelhano.

Art. 2.- La bandera, el escudo y el himno nacional, establecidos por la ley, son los símbolos de la patria.

El castellano es el idioma oficial del Ecuador; el castellano, el kichwa y el shuar son idiomas oficiales de relación intercultural. Los demás idiomas ancestrales son de uso oficial para los pueblos indígenas en las zonas donde habitan y en los términos que fija la ley. El Estado respetará y estimulará su conservación y uso (ECUADOR, 2008, p.9).

Art. 56.- Las comunidades, pueblos, y nacionalidades indígenas, el pueblo afroecuatoriano, el pueblo montubio y las comunas forman parte del Estado ecuatoriano, único e indivisible (ECUADOR, 2008, p.27).

No Artículo 57, são trazidos diversos direitos coletivos das comunidades, povos e nações indígenas, como o direito de manter, desenvolver e fortalecer suas identidades e tradições, não sofrer nenhum tipo de racismo ou discriminação por questões de identidade étnica ou cultural, a conservação da propriedade de suas terras comunitárias e territórios ancestrais, a garantia de participação no uso, administração e conservação dos recursos naturais renováveis de suas terras, a consulta sobre os planos e programas de exploração e comercialização dos produtos renováveis (ECUADOR, 2008, p.27).

Posteriormente, o documento ainda garante a preservação das culturas dos povos ancestrais, indígenas e afro equatorianos, reconhecendo o direito a executar funções com uma jurisdição própria em seus territórios.

Art. 60.- Los pueblos ancestrales, indígenas, afroecuatorianos y montubios podrán constituir circunscripciones territoriales para la preservación de su cultura. La ley regulará su conformación. Se reconoce a las comunas que tienen propiedad colectiva de la tierra, como una forma ancestral de organización territorial (ECUADOR, 2008, p.28).

Em relação a história da luta das mulheres para enfrentar diversos obstáculos e conquistas de seus direitos em meio a relações de poder conflituosas, a Constituição foi um elemento transcendental ao determinar a representação paritária de mulheres e homens em cargos públicos, nas instâncias de decisão e nos partidos e movimentos políticos (VITERI, 2022). Sendo assim, a palavra “mujer” aparece 39 vezes no documento, garantido os direitos individuais e coletivos, tendo como foco a promoção de medidas para construir a igualdade de condições entre homens e mulheres.

Artículo 57

El Estado garantizará la aplicación de estos derechos colectivos sin discriminación alguna, en condiciones de igualdad y equidad entre mujeres y hombres (ECUADOR, 2008, p.27).

Art. 65.

El Estado promoverá la representación paritaria de mujeres y hombres en los cargos de nominación o designación de la función pública, en sus instancias de dirección y decisión, y en los partidos y movimientos políticos. En las candidaturas a las elecciones pluripersonales se respetará su participación alternada y secuencial.

El Estado adoptará medidas de acción afirmativa para garantizar la participación de los sectores discriminados (ECUADOR, 2008, p.30).

Com o novo documento foram estabelecidos os Conselhos Nacionais para a Igualdade de Gênero, investindo em órgãos responsáveis por assegurar a plena vigência e o exercício dos direitos femininos presentes na Constituição. Ademais, várias instituições nacionais

passaram a incluir em suas pautas a proteção e tutela dos direitos humanos, garantindo a não discriminação de gênero e buscando criar novas ferramentas e espaços plurais.

A Constituição colombiana de 1991, ganhou destaque por ter sido uma das primeiras a reconhecer a natureza pluriétnica e multicultural de sua nação, trazendo trechos específicos para as comunidades indígenas. Sua criação visava encaminhar o processo de paz interno ao país, ampliando interlocutores e fazendo frente a guerrilha, sendo fortemente influenciada por organizações indígenas que se mobilizaram desde a década de 1960, em defesa da vida, território, democracia e paz (ARRUTI, 2000).

Analisando o documento, nota-se que a palavra “indígena” aparece 20 vezes, focando na garantia da participação política das comunidades indígenas e no direito à existência de uma jurisdição própria dos povos, conforme suas normas e procedimentos.

Artículo 171. El Senado de la República estará integrado por cien miembros elegidos en circunscripción nacional. Habrá un número adicional de dos senadores elegidos en circunscripción nacional especial por comunidades indígenas. Los representantes de las comunidades indígenas que aspiren a integrar el Senado de la República, deberán haber ejercido un cargo de autoridad tradicional en su respectiva comunidad o haber sido líder de una organización indígena, calidad que se acreditará mediante certificado de la respectiva organización, refrendado por el Ministro de Gobierno (COLOMBIA, 1991, p.66).

A constituição também tem como foco abordar as questões econômicas, garantindo o direito a territórios indígenas e a exploração de recursos que estejam nestas regiões, intensificando a integridade cultural, social e econômica das comunidades indígenas.

Artículo 330  
La explotación de los recursos naturales en los territorios indígenas se hará sin desmedro de la integridad cultural, social y económica de las comunidades indígenas. En las decisiones que se adopten respecto de dicha explotación, el Gobierno propiciará la participación de los representantes de las respectivas comunidades (COLOMBIA, 1991, p.123).

Em relação aos direitos femininos no país, sabe-se que as mulheres têm conquistado importantes vitórias na promoção de igualdade e empoderamento feminino nas últimas décadas, no entanto, em sua Constituição a palavra “mujer” aparece apenas 6 vezes. Os trechos se referem principalmente à garantia de participação feminina, ao matrimônio e à igualdade de direitos e oportunidades entre os gêneros.

Artículo 43. La mujer y el hombre tienen iguales derechos y oportunidades. La mujer no podrá ser sometida a ninguna clase de discriminación. Durante el embarazo y después del parto gozará de especial asistencia y protección del Estado, y recibirá de éste subsidio alimentario si entonces estuviere desempleada o

desamparada. El Estado apoyará de manera especial a la mujer cabeza de familia (COLOMBIA, 1991, p. 22).

Na prática, os movimentos femininos têm se intensificado na Colômbia, buscando romper com a ausência de mulheres nas esferas de governo e com os estereótipos de gênero enraizados na sociedade. Historicamente, a exclusão das mulheres dos processos de paz fez com que os direitos femininos e o papel da mulher fossem negligenciados, principalmente por governos de extrema direita.

Por outro lado, o Estado chileno possui uma Constituição fortemente criticada, devido ao fato de ter sido criada no regime militar de Augusto Pinochet, priorizando o interesse econômico sobre as necessidades humanas básicas. Ao contrário dos demais países da América Latina, o documento chileno não foi substituído após o final da ditadura, sofrendo apenas pequenas modificações ao longo dos anos (ALVERNAZ, 2021).

Como consequência, analisando a Constituição Política da República do Chile nota-se uma ausência de temáticas relacionadas aos povos indígenas e aos direitos femininos, sendo que a palavra “indígena” é inexistente em todo o texto do documento, assim como campesino, nativo ou qualquer outro vocábulo relacionado aos povos originários. O termo “mujer”, aparece duas vezes no documento, defendendo a igualdade perante a lei entre homens e mulheres, e em uma nota de rodapé que traz a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher (CHILE, 1980).

Devido a diversas reivindicações e protestos que tomaram as ruas do Chile na última década, nos quais milhares de pessoas foram às ruas pedir por uma vida com igualdade e melhores condições de vida, houve a elaboração de um novo documento, que está em aprovação para substituir a antiga Constituição. Comparado com o anterior, o novo texto consagra a promoção dos direitos sociais e da igualdade, construindo uma maior participação feminina e indígena em diversos âmbitos e defendendo a importância da representatividade (CARDOSO, 2022).

A intensificação dos movimentos femininos e da valorização da participação da mulher ao longo da história chilena nos espaços acadêmicos teve grande relevância para o surgimento de uma nova Constituição, pois uniram as mulheres das cidades e do campo, defendendo a importância da igualdade e da revolução feminista. Nesse sentido, o novo documento foi redigido de forma paritária entre homens e mulheres, buscando construir na prática a igualdade de gênero (ALVERNAZ, 2021).

No texto proposto, a palavra “mujer” aparece 13 vezes, defendendo a igualdade de participação e de gênero em âmbito público e privado, o fim dos diversos tipos de violência e a garantia de acesso à informação, saúde, educação e serviços básicos, diminuindo as desigualdades enfrentadas pelas mulheres e meninas.

#### Artículo 6

1. El Estado promueve una sociedad donde mujeres, hombres, diversidades y disidencias sexuales y de género participen en condiciones de igualdad sustantiva, reconociendo que su representación efectiva es un principio y condición mínima para el ejercicio pleno y sustantivo de la democracia y la ciudadanía (CHILE, 2022, p. 10).

Em relação às comunidades indígenas, o documento prevê a autonomia e autodeterminação dos povos originários, garantindo a jurisdição própria nos territórios indígenas. O termo “indígena” aparece agora 78 vezes, demonstrando como o Estado está disposto a se comprometer com a promoção de direitos fundamentais e coletivos e com o reconhecimento da existência dos povos e nações indígenas, demonstrando o comprometimento em incentivar a valorização dos símbolos, costumes e práticas indígenas.

#### Artículo 5

1. Chile reconoce la coexistencia de diversos pueblos y naciones en el marco de la unidad del Estado.  
2. Son pueblos y naciones indígenas preexistentes los Mapuche, Aymara, Rapanui, Lickanantay, Quechua, Colla, Diaguita, Chango, Kawésqar, Yagán, Selk'nam y otros que puedan ser reconocidos en la forma que establezca la ley.  
3. Es deber del Estado respetar, promover, proteger y garantizar el ejercicio de la libre determinación, los derechos colectivos e individuales de los cuales son titulares y su efectiva participación en el ejercicio y distribución del poder, incorporando su representación política en órganos de elección popular a nivel comunal, regional y nacional, así como en la estructura del Estado, sus órganos e instituciones (CHILE, 2022, p. 10).

#### Artículo 190

Las entidades territoriales y sus órganos deben actuar coordinadamente en cumplimiento de los principios de plurinacionalidad e interculturalidad; respetar y proteger las diversas formas de concebir y organizar el mundo, de relacionarse con la naturaleza; y garantizar los derechos de autodeterminación y de autonomía de los pueblos y naciones indígenas (CHILE, 2022, p. 69).

Por fim, nota-se uma ênfase na promoção da participação indígena nas esferas políticas, como uma tentativa de abordar as desigualdades históricas e proteger grupos minoritários, incentivando a atuação dos povos com vagas garantidas aos indígenas e aos camponeses.

Em contraste a realidade chilena, a Constituição Venezuelana, implementada em 1999 durante o governo de Hugo Chávez, é marcada por uma intensa abordagem das questões

indígenas, trazendo diversos direitos à população com o aparecimento do termo “indígena” 96 vezes ao longo do documento. O texto reconhece a Venezuela como multiétnica e pluricultural, tendo um marco jurídico vigente em torno dos direitos indígenas de modo bastante complexo (BELLO; CASTRO, 2022).

Logo no início, nos princípios fundamentais do documento, já há o reconhecimento das línguas dos povos indígenas como idiomas oficiais do país, igualando a sua importância e afirmando que os idiomas indígenas serão empregados em todos os processos administrativos e judiciais que sejam necessários. A medida em um país com aproximadamente 51 povos indígenas têm extrema relevância, pois trás às esferas de governo novas vozes, provocando um renascimento cultural no país.

O Capítulo VIII, é totalmente dedicado aos direitos dos povos indígenas, trazendo inicialmente um histórico das comunidades, reconhecendo os seus antepassados que habitaram a região e desenvolveram formas de organização social, política e econômica, diversas culturas, idiomas e tecnologias. Ademais, o texto valoriza as lutas indígenas para defender suas terras e costumes dos colonizadores europeus, resistindo e modificando a perspectiva política e cultural que orienta a condução do Estado venezuelano, o qual possui caráter multiétnico, pluricultural e multilíngue.

Em diversas partes do texto, nota-se a valorização da contribuição dos povos na formação do Estado Venezuelano e de suas instituições sociais básicas, reconhecendo a ampla existência dos povos e seus direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocuparam, dando continuidade biológica e sociocultural nos locais sagrados e históricos. Nesse sentido, ele garante a integridade dos habitats indígenas e o conhecimento sobre as atividades de aproveitamento dos recursos naturais, consultando as populações e considerando os benefícios como coletivos.

Artículo 120

El aprovechamiento de los recursos naturales en los hábitats indígenas por parte del Estado se hará sin lesionar la integridad cultural, social y económica de los mismos e, igualmente, está sujeto a previa información y consulta a las comunidades indígenas respectivas. Los beneficios de este aprovechamiento por parte de los pueblos indígenas están sujetos a esta Constitución y a la ley (VENEZUELA, 1999, p.213).

Há também a consagração do direito de cada povo desenvolver sua identidade étnica e cultural, cosmovisão, valores espirituais e o comprometimento do Estado em incentivar a valorização do patrimônio cultural e linguístico dos povos, mantendo, enriquecendo e reproduzindo as culturas originárias em diversos âmbitos.

De los derechos de los pueblos indígenas:

Artículo 119

El Estado reconocerá la existencia de los pueblos y comunidades indígenas, su organización social, política y económica, sus culturas, usos y costumbres, idiomas y religiones, así como su hábitat y derechos originarios sobre las tierras que ancestral y tradicionalmente ocupan y que son necesarias para desarrollar y garantizar sus formas de vida. Corresponderá al Ejecutivo Nacional, con la participación de los pueblos indígenas, demarcar y garantizar el derecho a la propiedad colectiva de sus tierras, las cuales serán inalienables, imprescriptibles, inembargables e intransferibles de acuerdo con lo establecido en esta Constitución y en la ley (VENEZUELA, 1999, p. 212).

Em relação às questões econômicas, o documento defende o direito dos povos em promover práticas econômicas baseadas em seus princípios tradicionais, desenvolvendo seus programas específicos e garantindo o cumprimento da legislação laboral.

Artículo 123.

Los pueblos indígenas tienen derecho a mantener y promover sus propias prácticas económicas basadas en la reciprocidad, la solidaridad y el intercambio; sus actividades productivas tradicionales, su participación en la economía nacional y a definir sus prioridades. Los pueblos indígenas tienen derecho a servicios de formación profesional y a participar en la elaboración, ejecución y gestión de programas específicos de capacitación, servicios de asistencia técnica y financiera que fortalezcan sus actividades económicas en el marco del desarrollo local sustentable. El Estado garantizará a los trabajadores y trabajadoras pertenecientes a los pueblos indígenas el goce de los derechos que confiere la legislación laboral (VENEZUELA, 1999, p. 214).

Por fim, se destaca a presença de artigos que garantem a participação política dos povos, com representações na Assembleia Nacional nos corpos deliberantes das entidades federais e locais, estando presente na elaboração de leis e regulamentos do país, além das instâncias de tomada de decisão dos poderes públicos.

Artículo 125

Los pueblos indígenas tienen derecho a la participación política. El Estado garantizará la representación indígena en la Asamblea Nacional y en los cuerpos deliberantes de las entidades federales y locales con población indígena, conforme a la ley (VENEZUELA, 1999, p. 215).

Por outro lado, os direitos femininos não ganham tanta ênfase na Constituição, sendo que a palavra “mujer” aparece apenas 4 vezes no documento. Os principais pontos destacados se referem a proibição de escravidão, a igualdade de direitos e deveres dos homens e mulheres em matrimônio e a igualdade de direito de trabalho entre os gêneros.

Artículo 54

Ninguna persona podrá ser sometida a esclavitud o servidumbre. La trata de personas y, en particular, la de mujeres, niños, niñas y adolescentes en todas sus formas, estará sujeta a las penas previstas en la ley (VENEZUELA, 1999, p. 179).

#### Artículo 77

Se protege el matrimonio entre un hombre y una mujer, fundado en el libre consentimiento y en la igualdad absoluta de los derechos y deberes de los cónyuges. Las uniones estables de hecho entre un hombre y una mujer que cumplan los requisitos establecidos en la ley producirán los mismos efectos que el matrimonio (VENEZUELA, 1999, p. 191).

#### Artículo 88

El Estado garantizará la igualdad y equidad de hombres y mujeres en el ejercicio del derecho al trabajo. El Estado reconocerá el trabajo del hogar como actividad económica que crea valor agregado y produce riqueza y bienestar social. Las amas de casa tienen derecho a la seguridad social de conformidad con la ley (VENEZUELA, 1999, p. 196).

No entanto, nota-se que apesar de não haver referências às mulheres, as condições sociais começaram a mudar a partir das políticas impulsionadas pelos governos de Hugo Chávez, nas quais as mulheres passaram a receber apoios para empreendimentos e desenvolvimento de projetos relacionados à agricultura familiar. Ademais, os ministérios intensificaram a participação feminina, aumentando os espaços de liderança ocupados por mulheres, apesar de ainda estarem presentes em um pequeno número.

### **5.1.2. Questões sociais na Bolívia**

A sociedade boliviana se caracteriza por possuir uma das maiores populações de indígenas da América Latina, os quais constituem cerca de trinta e três povos indígenas e originários, se distribuindo em todo o território do país e compartilhando uma forte luta pela conquista de direitos e espaços em diferentes âmbitos.

Segundo Freitas (2013), às mudanças implementadas durante a Revolução de 1952 tiveram uma grande relevância para auxiliar na construção de transformações, pois possibilitaram o acesso de muitos indígenas às universidades, construindo uma intelectualidade indígena nos espaços acadêmicos. Além disso, elas estimularam o estudo da história dos povos, fomentando discussões sobre etnicidade, raça e lutas anticoloniais.

Ao mesmo tempo, as comunidades passaram a se articular em movimentos baseados na etnicidade e ancestralidade, cultivadas ao longo dos anos pelas populações indígenas. A criação de uma identidade comum, permitiu a união de diferentes associações visando o cultivo dos modos de viver tradicionais dos povos originários andinos (COSTA, 2011).

Com a implementação do neoliberalismo, os movimentos passaram a se conectar com a defesa dos recursos naturais do país e dos territórios indígenas, unindo pautas dos povos indígenas dos campos às lutas das grandes cidades. Como principais eventos, as comunidades

se mobilizaram em conjunto na Guerra da Água, ocorrida em 2000, e na Guerra do Gás, em 2003, lutando contra a privatização dos recursos nacionais (FREITAS, 2013).

A chegada inédita de Evo Morales ao poder, em 2006, como primeiro presidente indígena, trouxe uma nova abordagem à temática dos povos originários e as comunidades campesinas, criando um Estado Plurinacional através do reconhecimento da diversidade de povos que compõem a unidade estatal e da incrementação dos direitos dos povos indígenas e originários em uma nova constituição. Como exemplos de elementos, houve a incorporação das visões do mundo e cosmologias andino-amazônicas, o reconhecimento da natureza (Pachamama) como sujeito de direitos e a inauguração de um constitucionalismo voltado aos valores ecológicos e o cultivo das tradições ancestrais (LESSA, 2018).

Analisando a Constituição implementada por Evo, em 2009, nota-se que a palavra “indígena” aparece 130 vezes no documento, estando presente desde o preâmbulo, no qual a um destaque da composição plural do povo boliviano, e tendo um capítulo dedicado inteiramente aos direitos dos povos indígenas originários.

Como principais direitos políticos, a Constituição traz à participação nos processos eleitorais e a possibilidade de ter as instituições e as vozes indígenas como parte do Estado, se comprometendo a proteger suas culturas, terras, títulos e locais sagrados.

Artículo 31.

I. Las naciones y pueblos indígena originarios en peligro de extinción, en situación de aislamiento voluntario y no contactados, serán protegidos y respetados en sus formas de vida individual y colectiva.

II. Las naciones y pueblos indígenas en aislamiento y no contactados gozan del derecho a mantenerse en esa condición, a la delimitación y consolidación legal del territorio que ocupan y habitan (BOLIVIA, 2009, p.10).

Em relação às questões sociais e culturais, o documento defende o direito a cultivar a identidade indígena, incluindo sua espiritualidade, costumes, práticas e cosmovisão, valorizando os saberes, idiomas, conhecimentos tradicionais, símbolos e vestimentas indígenas através de investimentos em uma educação intercultural.

Artículo 2.

Dada la existencia precolonial de las naciones y pueblos indígena originario campesinos y su dominio ancestral sobre sus territorios, se garantiza su libre determinación en el marco de la unidad del Estado, que consiste en su derecho a la autonomía, al autogobierno, a su cultura, al reconocimiento de sus instituciones y a la consolidación de sus entidades territoriales, conforme a esta Constitución y la ley (BOLÍVIA, 2009, p.2).

Outra pauta que recebeu grande atenção durante a construção do novo documento foi o papel da mulher na sociedade boliviana e a necessidade de se estabelecer e garantir novos direitos à população feminina. A mulher boliviana se caracteriza como grande participante dos movimentos sociais em busca da valorização das culturas indígenas e da construção de uma soberania alimentar, tendo exercido um papel muito relevante para a promoção de mudanças no país.

No documento a palavra “mujer” aparece 18 vezes, defendendo a igualdade de condições entre homens e mulheres, a proteção contra qualquer tipo de violência, a participação equitativa na formação educacional, exercício e controle do poder político, direito a uma maternidade segura, remuneração igualitária entre os gêneros, garantia dos direitos sexuais e reprodutivos, direito à educação e a promoção de políticas para eliminar todas as formas de discriminação contra as mulheres no acesso, posse e herança de terra.

## **5.2 Questões Políticas**

Considerando a perda de autonomia dos Estados no Sistema Neoliberal Alimentar, a presente categoria visa analisar como os governos dos países andinos agiram em relação à construção de um Soberania Alimentar, durante o período analisado. Para o estudo serão utilizados trabalhos sobre os governos e seus determinados projetos, além de uma pesquisa nas constituições de cada nação, em relação a presença dos termos “soberanía alimentaria” e “seguridad alimentar”.

Ademais, serão analisadas as atuações dos movimentos sociais e políticos formados por camponeses e povos indígenas, procurando compreender os seus papéis na elaboração de agendas para a soberania alimentar da região. As organizações analisadas serão as que constituem o movimento da Via Campesina, a qual une camponeses, pequenos agricultores, trabalhadores do campo e comunidades indígenas de todas as regiões do mundo em busca da garantia a uma alimentação soberana, segura, diversificada, local e sustentável.

### **5.2.1. Questões políticas nos países andinos**

Apesar do governo polêmico de Alejandro Toledo, entre 2001-2006, o financiamento em programas alimentares no Peru se intensificou nesta época, resultando na implantação de ações relacionadas à soberania e segurança alimentar, como a formulação da Estratégia Nacional de Segurança Alimentar. Os principais objetivos eram promover a integração de

ações e políticas setoriais com enfoque integral em aspectos relacionados à disponibilidade, estabilidade de ofertas e o uso e acesso dos alimentos (DUVAL, 2014).

Embora os programas de alimentação tenham representado 55% dos recursos direcionados ao conjunto de programas sociais do Peru, o orçamento destinado à construção de uma soberania alimentar foram insignificantes comparados aos outros projetos do governo. Ademais, o impacto dos programas de alimentação não trouxeram resultados consideráveis no cumprimento de seus objetivos (DUVAL, 2014).

Em 2006, com a entrada de Alan García Pérez ao poder, as pautas defendidas pela direita conservadora e as elites peruanas ganharam força, resultando na denúncia de movimentos sociais, povos indígenas, ambientalistas e grupos de esquerda como inimigos da modernização do país. Sua vitória havia sido fortalecida pelo apoio dos centros urbanos, os quais concentram até hoje elites brancas e criollas que rejeitam os discursos indígenas e camponeses, considerando-os como símbolo de atraso e primitivismo (DUVAL, 2014).

Foram realizadas mudanças de ação em relação aos recursos nacionais como a assinatura de acordos com os EUA para a privatização de diversos bens naturais e energéticos, concessões de florestas para capital privado e vendas de terras resididas por comunidades camponesas e indígenas. Como foco, o governo investiu na mineração, passando por cima dos direitos dos povos indígenas e seguindo as ideias criadas por Fujimori, implementando a criminalização de movimentos sociais e a impunidade às forças armadas.

Como demonstrado na obra de Piraquê e Dá Avila (2012), os discursos de Alan Garcia apresentaram em diversos momentos uma visão eurocentrista, afirmando que a Europa seria uma potência muito mais forte que os demais continentes, por sua inteligência, tecnológica, organização humana e justiça social, estando assim mais preparada para vencer seus obstáculos.

Em 2011, com a eleição de Ollanta Humala, líder da esquerda nacionalista, houve o rompimento com a agremiação de origem e matizou os discursos indigenistas, fundando o Partido Nacionalista Peruano. Entre suas atuações, o governo deu voz aos esquecidos pela economia e política, promovendo programas com os indígenas, andinos e amazônicos. Dentro de suas metas, visava repartir o crescimento através da divisão das riquezas com os indígenas, colocando-os como tema nas agendas políticas e sociais, causando uma revolta das elites. (ANGULO, 2014).

Com o apoio das elites e empresários, em 2016, Pedro Pablo Kuczynski assumiu o governo, afastando novamente os projetos relacionados às questões indígenas, femininas e alimentares. Após dois anos e um mandato marcado por denúncias de corrupção, o presidente

renunciou o cargo, dando início a um período de instabilidades marcado pelo Impeachment de Martin Vizcarra, seu vice, e diversas mudanças no congresso

Em 2021, surge uma esperança para o país, com a vitória do candidato de esquerda, Pedro Castillo, professor e ativista que estava disposto a dialogar com diversas forças políticas peruanas, incluindo sindicatos e Rondas Campesinas, propondo acordos e políticas conjuntas. Apesar de sua abertura a novas pautas, devido às pressões das elites e dos comerciantes, Castillo tem demonstrado suas ideias de forma mais moderada, visando combater os radicalismos (AQUINO; ROCHABRUN, 2021).

Entre suas promessas, afirmou que não iria promover nacionalizações e que apoiaria a extração de minerais no Peru até onde a natureza e população permitissem, se declarando aberto aos investimentos internacionais relativos a estes projetos. Por outro lado, propôs tornar o Peru menos dependente da importação de bens agrícolas e incentivar a utilização de produtos alimentares locais em vez de promover a produção de bens exclusivamente para a exportação.

Como retrato desta realidade e das mudanças tardias, nota-se que na Constituição Peruana praticamente não há a presença de direitos e políticas relacionadas à alimentação, sendo inexistente os termos “soberania alimentar” e “seguridad alimentaria”. Já as palavras “alimentarios” e "alimentar" aparecem em dois trechos do documento.

Derechos fundamentales de la persona, Artículo 2. 24. No hay prisión por deudas. Este principio no limita al mandato judicial por incumplimiento de deberes alimentarios Artículo 2. 2. A la igualdad ante la ley. Nadia debe ser discriminado por motivo de origen, raza, sexo, idioma, religión, opinión, condición económica o de cualquiera otra índole (PERU, 1993, p.3).

Capítulo 2: De Los derechos sociales y económicos, artículo 6, Es deber y derecho de los padres alimentar, educar y dar seguridad a sus hijos. Los hijos tienen el deber de respetar y asistir a sus padres (PERU, 1993, p.8).

Nota-se que apesar das dificuldades e da falta de atenção à questão alimentar por parte dos governos, os movimentos sociais têm se articulado fortemente, intensificando as suas estratégias discursivas com foco em pautas de etnicidade e proteção ambiental. Muitas das organizações se ligam à atividade mineira, devido aos efeitos de degradação provocados por ela nos ciclos produtivos e na saúde, buscando com a união mudanças que promovam a proteção dos direitos coletivos e individuais dos indígenas e campesinos.

A Confederación Nacional Agraria (CNA), fundada em 1974 em um contexto de Reforma Agrária, se destaca pelo trabalho em lutar por uma sociedade democrática,

equitativa e solidária que reconheça os camponeses peruanos e as comunidades indígenas que pertencem ao país, respeitando seus direitos e dignidade. Como suas principais pautas nota-se as questões de gênero, direitos humanos, criminalização, educação e saúde intercultural, identidade, reconhecimento, participação, cambio climático, terra e território (CONFEDERACIÓN NACIONAL AGRARIA, s.d).

Como foco há a construção de uma agricultura sustentável e da soberania alimentar através da promoção de sistemas de produção agropecuária florestal sustentável como base para as mudanças alimentares. Ademais, se busca incentivar a criação de mercados locais, a formulação de políticas sustentáveis a favor dos pequenos produtores e a organização de capacitações e formações com conscientização dos malefícios dos transgênicos e agrotóxicos para a biodiversidade dos ecossistemas e a saúde humana (CONFEDERACIÓN NACIONAL AGRARIA, s.d).

A Confederación Campesina del Perú (CCP), fundada em 1947 por representantes de comunidades campesinas e povos originários, constitui atualmente uma das maiores associações de camponeses agricultores, trabalhadores rurais, indígenas, pescadores, mulheres, juventudes, consumidores e movimentos de ecologia do Peru. Defendendo a soberania alimentar como um direito dos povos, o movimento busca criar um comércio transparente, com uma produção de forma sustentável e ecológica que valorize o papel feminino e garanta uma alimentação nutritiva e acessível para todos, com alimentos adequados a suas culturas e ecossistemas (CARTA DE LOS PUEBLOS POR EL DERECHO A LA ALIMENTACIÓN, 2017).

Por fim, se destaca os movimentos femininos das mulheres das áreas rurais peruanas, em especial a Federación Nacional de Mujeres Campesinas, Indígenas, Nativas y Asalariadas del Perú (FENMUCARINAP), que agrupa ações de 19 regiões do país organizadas em associações, federações, sociedades produtivas, sindicatos, cooperativas e comitês visando representar, empoderar e brindar cobertura legal às mulheres.

O início dos anos 2000 no Equador, foi marcado pelas crescentes mobilizações indígenas, a fundação do Movimento Alianza PAIS, que possibilitou a eleição de Rafael Correa como presidente em 2007, e o começo de uma transformação na política equatoriana. A postura nacionalista de seu governo e a habilidade de Correa para comunicar-se com as populações indígenas em seus idiomas nativos foram um grande diferencial do candidato e auxiliaram na criação da Constituição de MonteCristi (LESSA, 2018).

A Nova Carta Magna, implementada em 2008, trouxe uma abordagem ambiental fortemente relacionada com a soberania alimentar, promovendo uma tutela ecológica e

alimentar para mudanças nas relações entre a economia e os recursos naturais. Assim, o documento representou um avanço por considerar a terra como um sujeito, simbolizada como mãe que a todos os seres alimenta, trazendo a soberania alimentar como um objetivo e uma obrigação do Estado para garantir a autossuficiência permanente entre os povos.

Neste contexto, similarmente a Bolívia, a temática da alimentação aparece diversas vezes ao longo do texto, focando na preservação da agrobiodiversidade local e na dimensão plurinacional no cultivo dos alimentos. Sendo assim, o termo “soberania alimentaria” aparece 15 vezes no documento, garantindo o direito de todos a acessar uma alimentação saudável e nutritiva, valorizando os diversos costumes e culturas locais (LESSA, 2018).

Art. 13.- Las personas y colectividades tienen derecho al acceso seguro y permanente a alimentos sanos, suficientes y nutritivos; preferentemente producidos a nivel local y en correspondencia con sus diversas identidades y tradiciones culturales. El Estado ecuatoriano promoverá la soberanía alimentaria (ECUADOR, 2008, p.14).

Nota-se um comprometimento do Estado em promover políticas e estratégias alimentares igualitárias, relacionando o direito à alimentação ao acesso dos recursos naturais do país. Ademais, o governo se mostra empenhado em investir na ciência e nas inovações tecnológicas em equilíbrio com a natureza, utilizando-as como método para reduzir a desigualdade interna.

Art. 15.- El Estado promoverá, en el sector público y privado, el uso de tecnologías ambientalmente limpias y de energías alternativas no contaminantes y de bajo impacto. La soberanía energética no se alcanzará en detrimento de la soberanía alimentaria, ni afectará el derecho al agua (ECUADOR, 2008, p.14).

Art. 281.- La soberanía alimentaria constituye un objetivo estratégico y una obligación del Estado para garantizar que las personas, comunidades, pueblos y nacionalidades alcancen la autosuficiencia de alimentos sanos y culturalmente apropiados de forma permanente.

8. Asegurar el desarrollo de la investigación científica y de la innovación tecnológica apropiadas para garantizar la soberanía alimentaria (ECUADOR, 2008, p.91).

Art. 304.- La política comercial tendrá los siguientes objetivos:

4. Contribuir a que se garanticen la soberanía alimentaria y energética, y se reduzcan las desigualdades internas (ECUADOR, 2008, p.97).

Art. 410.- El Estado brindará a los agricultores y a las comunidades rurales apoyo para la conservación y restauración de los suelos, así como para el desarrollo de prácticas agrícolas que los protejan y promuevan la soberanía alimentaria (ECUADOR, 2008, p.124).

Em relação aos países latino- americanos, o documento revela um esforço para promover a integração, impulsionando uma conexão econômica, solidária e complementar

visando uma união para a superação dos desafios através da fortificação do comércio regional.

Art. 423.- La integración, en especial con los países de Latinoamérica y el Caribe será un objetivo estratégico del Estado. En todas las instancias y procesos de integración, el Estado ecuatoriano se comprometerá a:

1. Impulsar la integración económica, equitativa, solidaria y complementaria; la unidad productiva, financiera y monetaria; la adopción de una política económica internacional común; el fomento de políticas de compensación para superar las asimetrías regionales; y el comercio regional, con énfasis en bienes de alto valor agregado.

2. Promover estrategias conjuntas de manejo sustentable del patrimonio natural, en especial la regulación de la actividad extractiva; la cooperación y complementación energética sustentable; la conservación de la biodiversidad, los ecosistemas y el agua; la investigación, el desarrollo científico y el intercambio de conocimiento tecnología; y la implementación de estrategias coordinadas de soberanía alimentaria (ECUADOR, 2008, p.127).

Já a palavra seguridad alimentaria aparece apenas uma vez, reforçando que os governos regionais autônomos têm a competência de fomentá-la regionalmente, sem prejudicar as outras competências que determinem a lei que regula o sistema nacional.

Posteriormente ao período de Correa, em 2017, Lenin Moreno assumiu o governo do país, adotando um discurso de continuidade, que seria modificado com a aprovação de reformas neoliberais. Sua escolha pelo rompimento com o correísmo provocou uma intensa impopularidade, provocando protestos em todo o país e a expulsão do presidente do Alianza PAIS.

Em continuidade a suas mudanças econômicas neoliberais, com o apoio da elite, Guillermo Lasso subiu ao poder em 2021, assinando acordos comerciais com os Estados Unidos, China e Coreia para promover o investimento estrangeiro através da redução de imposto e da privatização de recursos nacionais e o aumento dos impostos de consumo. Sobre a temática da alimentação não se encontra nenhuma política robusta, deixando a pauta em segundo plano.

Em contrapartida, os movimentos sociais equatorianos estão renascendo, constituindo importantes meios de ação para a promoção da soberania alimentar e das produtividades sustentáveis, locais e coletivas. A Federación Única de Afiliados al Seguro Social Campesino del Ecuador (FEUNASSC) se destaca por idealizar um projeto unitário e popular, comprometido com a reativação do campo, buscando uma reforma integral com a redistribuição da terra e das águas e da garantia da Soberania Alimentar. Como demanda a luta aspira uma produção que satisfaça primeiramente o mercado interno, sem tratados de livre comércio, privilegiando a agricultura familiar em defesa da biodiversidade da natureza e

da plurinacionalidade do país (FEDERACIÓN NACIONAL DE TRABAJADORES AGROINDUSTRIALES, CAMPESINOS E INDÍGENAS LIBRES DEL ECUADOR, s.d.).

Paralelamente, a Confederación Nacional de Campesinos, Indígenas y Negras atua em prol da valorização de toda a diversidade do povo equatoriano, visando a superação das desigualdades para descolonizar, despatriarcar e democratizar o país. Suas organizações buscam incidir politicamente nas políticas nacionais, regionais e locais para impulsionar o desenvolvimento sustentável com interculturalidade, promovendo uma nova forma de vida unindo o rural e o urbano (CONFEDERACIÓN NACIONAL DE ORGANIZACIONES CAMPESINAS INDIGENAS Y NEGRAS, s.d).

Aspirando melhores condições de trabalho e vida, a Federación Nacional de Trabajadores Agroindustriales, Campesinos e Indígenas Libres del Ecuador ( FENACLE), tem centrado suas ações em impulsionar a união de associações e cooperativas campesinas para pressionar ao Estado a implementação de programas de desenvolvimento comunitário, proporcionando terra, crédito, tecnologia e canais de comercialização justos. Entre as organizações se destacam as associações de cultivo de bananas, de cortadores de cana e pequenos produtores de arroz, milho e soja.

Por último, se destaca a Confederación de Pueblos, Organizaciones Indígenas Campesinas do Equador (FEI), a mais antiga organização de indígenas do Equador com tendências esquerdas que anteriormente participou dos processos de Reforma Agrária e da constituição de escolas bilíngues. Atualmente, tentam construir um diálogo com o governo, lutando por uma profunda transformação agrária e uma sociedade democrática e igualitária, sem a exploração latifundista (CONFEDERACIÓN DE PUEBLOS Y ORGANIZACIONES INDÍGENAS CAMPESINAS DEL ECUADOR, s.d).

Em contrapartida, no início da década de 2000 a população colombiana vivia um período de tensão, cheio de instabilidades e conflitos entre as FARC e as elites oligárquicas, as quais dominavam os poderes e lucravam secretamente através do narcotráfico. Neste contexto, Álvaro Uribe, apoiado pelas elites, se elegeu como presidente em 2002, propagando em seus discursos o comprometimento em combater as FARC e recuperar a legitimidade, legalidade e a governabilidade do Estado colombiano, defendendo como principal foco a elaboração de uma Política de Segurança Democrática. (SANTOS, 2006).

Em seu governo, manteve uma linha dura, recusando o diálogo com as guerrilhas e preferindo optar por soluções exclusivamente militares, não contemplando questões referentes ao desenvolvimento econômico e social que são fundamentais para a resolução dos conflitos e a consolidação de um Estado democrático. Por suas ações frequentemente sofreu

críticas, sendo acusado de disseminar um clima de intolerância e perseguições na sociedade e ferir com os direitos humanos. Para lidar com as guerrilhas, contou com o apoio das Autodefesas Unidas da Colômbia de extrema direita, sendo as principais responsáveis pelos crimes cometidos durante os conflitos. (SANTOS, 2006).

Como base, investiu no Plano Colômbia, o qual havia tido como linha mestra a política-norte americana que se dizia lutar contra o narcotráfico, quando na realidade procurava contemplar sua preocupação política com o surgimento de movimentos extremistas e opostos aos interesses dos EUA . Sendo assim, na prática o plano significou mais de 38 mil opositores desaparecidos, a desarticulação de movimentos sociais, assassinatos de sindicalistas e a cooptação de organizações de direita (ALVAREZ, 2022).

O campo colombiano viveu no período uma contrarreforma agrária, utilizando a desculpa de combate à guerrilha para que estruturas paramilitares deslocassem à força os camponeses de suas terras, provocando intensas migrações e o aumento da pobreza. Em diversos destes territórios o governo, próximo dos Estados Unidos, auxiliou no estabelecimento de bases norte-americanas com a justificativa de conter as “ameaças” existentes no continente.

Internacionalmente, apesar do controle das mídias colombianas pelas elites e oligarquias, seu governo foi acusado de estar ligado ao narcotráfico e de ter interesse em manter os conflitos com a FARC para isolar as oposições, dando continuidade aos seus interesses políticos e econômicos. Após sair do poder, Juan Manuel Santos e Iván Duque Marquez buscaram prosseguir com suas ações, entregando grandes porções do território colombiano para o extrativismo, mineração e exploração externa, ignorando as comunidades e seus sistemas de produção alimentar presentes nestas regiões.

Como fruto desses anos, o tópico da alimentação é praticamente inexistente na Constituição colombiana, não estando presente nenhum dos dois termos analisados. Investigando o documento nota-se que a palavra “alimentación” aparece uma vez, assim como o vocábulo “alimentos”

Artículo 44. Son derechos fundamentales de los niños: la vida, la integridad física, la salud y la seguridad social, la alimentación equilibrada, su nombre y nacionalidad, tener una familia y no ser separados de ella, el cuidado y amor, la educación y la cultura, la recreación y la libre expresión de su opinión. Serán protegidos contra toda forma de abandono, violencia física o moral, secuestro, venta, abuso sexual, explotación laboral o económica y trabajos riesgosos (COLOMBIA, 1991, p.22).

Artículo 65. La producción de alimentos gozará de la especial protección del Estado. Para tal efecto, se otorgará prioridad al desarrollo integral de las actividades

agrícolas, pecuarias, pesqueras, forestales y agroindustriales, así como también a la construcción de obras de infraestructura física y adecuación de tierras (COLOMBIA, 1991, p. 30).

Em contrapartida a este cenário, no ano de 2022, Gustavo Petro foi eleito como novo presidente do país, representando uma esperança de transformação com a unidade de setores alternativos de esquerda, progressistas, movimentos sociais e populares, comunidades indígenas e afrodescendentes. Sua figura é vista como uma possibilidade para enfrentar as classes dominantes e a burguesia emergente, aliadas dos setores latifundiários e mafiosos do narcotráfico, que se conjuga no partido Centro Democrático, representado pelo ex-presidente Álvaro Uribe (ALVAREZ, 2022).

Para a sociedade colombiana, que não aguenta mais políticas de repressão, medo, controle, terrorismo de Estado e tensões baseada em uma polarização extremamente autoritária, a busca pela soberania e a paz entre as FARCS é de extrema relevância para a construção de uma democracia. Neste sentido, as propostas de Petro, caracterizadas por um forte nacionalismo, visam romper com o capitalismo agressivo e as reformas neoliberais consolidadas nos governos anteriores (ALVAREZ, 2022).

Entre suas metas, o novo governo propõe retomar a soberania colombiana, incluindo a alimentar, fazendo do campo um local produtivo e diversificando a economia com base nas produções locais, não deixando que as multinacionais explorem os recursos naturais do país. Como desafio enfrenta a necessidade de superar a dependência econômica dos EUA, através da revitalização das instituições do Estado e do estabelecimento de políticas públicas sociais.

Este novo espaço tem permitido a retomada de movimentos antigos, os quais tem se fortalecido na defesa dos direitos dos camponeses e das comunidades nativas. Como destaque há a Asociación Nacional de Zonas de Reserva Campesina (ANZORC), que busca promover a união das comunidades e o reconhecimento do camponês como sujeito político, digno de direitos e de autonomia para produzir seus alimentos, protegendo e conservando os recursos naturais (ASOCIACIÓN NACIONAL DE ZONAS DE RESERVA CAMPESINA, s.d.).

Nas sub-regiões do Ocidente e do norte da Colômbia, a organização Rios Vivos tem atuado auxiliando as famílias de pescadores, barqueiros, agricultores e comerciantes em suas atividades rurais visando diminuir os impactos dos megaprojetos de mineração e energia, assim como dos conflitos armados (MOVIMIENTO RIOS VIVOS, s.d.). Similarmente, o movimento Coordinador Nacional Agrário (CNA), constituído por camponeses e camponesas produtores agrícolas, indígenas e afro colombianos, buscam promover o planejamento de

iniciativas agrárias no campo colombiano, refletindo os interesses populares e construindo uma forte base social (COORDINADOR NACIONAL AGRARIO DE COLOMBIA, s.d).

A Federación Nacional Sindical Unitaria Agropecuaria (FENSUAGRO-CUT) também é um movimento de grande visibilidade, unificando sindicatos agrários e ligas de pequenos camponeses de toda a Colômbia. Atualmente, está presente em praticamente todas as zonas agrárias do país e tem sido uma das organizações mais ativas na luta por uma verdadeira reforma agrária no país,

Já a conjuntura chilena, desde 2006, se caracteriza por uma política de alternância entre os governos de Michelle Bachelet, socialista que colocou em prática uma série de programas e reformas destinados a melhorar a qualidade de vida da população ao atenuar os efeitos do neoliberalismo, e Sebastian Piñera, defensor do liberalismo econômico. Os mandatos de ambos foram marcados por avanços socioeconômicos, crises políticas graves, denúncias de corrupção e violações de direitos humanos.

O último governo de Piñera promoveu uma convulsão social no país, sobretudo após os protestos de 2019, que levaram o Chile a iniciar a reescrita de sua Constituição, ainda em aprovação. As principais motivações para os descontentamentos foram a desaceleração econômica sofrida pelo país, os baixos salários e aumentos dos preços da saúde, educação e moradias, provocando endividamentos das famílias e práticas de crédito abusivas (HEISS, 2021).

Em março deste ano, Gabriel Boric, ex-líder estudantil ligado ao Partido Convergência Social, se elegeu como o novo presidente trazendo ao povo o sonho de uma mudança de perspectiva para o desenvolvimento do país. Como principais pautas, Boric defende uma sociedade socialista, libertária e feminista, criticando a aliança entre o patriarcado e o capital e defendendo um projeto continuamente integrado (CARMO, 2021).

Analisando a constituição antiga do país nota-se que o termo “soberania alimentaria” ou “seguridad alimentaria” não aparecem em nenhum trecho do documento, demonstrado a inexistência de uma preocupação com esta temática. Indo mais além a palavra agricultura, aparece apenas uma vez, sendo ela apenas para indicar o Ministro da Agricultura (CHILE, 1980).

Por outro lado, a proposta da nova constituição apresenta o Chile como um país ecológico, no qual o Estado tem o papel de adotar medidas em prol da prevenção, adaptação e diminuição dos riscos causados pela crise climática e ecológica, incluindo regulamentos para garantir a proteção dos ecossistemas do país. Ademais, o documento visa promover a quebra de monopólios corporativos dos recursos naturais, diminuindo a presença das privatizações.

No novo texto, os termos “soberania” e “seguridad alimentária” aparecem uma vez, afirmando o papel do Estado em assegurar a soberania a todos, garantindo o direito à alimentação saudável, adequada e sustentável.

Artículo 54

1. Es deber del Estado asegurar la soberanía y seguridad alimentaria. Para esto promoverá la producción, la distribución y el consumo de alimentos que garanticen el derecho a la alimentación sana y adecuada, el comercio justo y sistemas alimentarios ecológicamente responsables.
2. El Estado fomenta la producción agropecuaria ecológicamente sustentable.
3. Reconoce, fomenta y apoya la agricultura campesina e indígena, la recolección y la pesca artesanal, en tanto actividades fundamentales para la producción de alimentos.
4. Del mismo modo, promueve el patrimonio culinario y gastronómico del país (CHILE, 2022, p. 27).

Em continuação, o documento traz mais um artigo dedicado à temática da alimentação, reafirmando o papel do Estado em garantir alimentos em todas as regiões do país, inclusive as isoladas geograficamente.

Artículo 56

1. Toda persona tiene derecho a una alimentación adecuada, saludable, suficiente, nutricionalmente completa y pertinente culturalmente. Este derecho comprende la garantía de alimentos especiales para quienes lo requieran por motivos de salud.
2. El Estado garantiza en forma continua y permanente la disponibilidad y el acceso a los alimentos que satisfagan este derecho, especialmente en zonas aisladas geográficamente (CHILE, 2022, p. 27).

Em relação aos movimentos sociais, extremamente importantes para o incremento das novas mudanças, se destaca a Asociación Nacional de Mujeres Rurales e Indígenas (ANAMURI) que luta contra o sistema econômico capitalista, extrativista e patriarcal que fere os direitos das mulheres campesinas e indígenas a viver em um lugar livre de contaminação, em harmonia com o meio ambiente. Como metas, o movimento visa garantir o acesso a terra, água, alimentação saudável e nutritiva, saúde, trabalho e a igualdade de gênero, considerando os aspectos laborais, econômicos, sociais e culturais.

Em relação aos trabalhadores, a Confederación Nacional Sindical Campesina, del Agro y Pueblos Originarios (RANQUIL), fundada em 08 de maio 1968, representa a busca por uma vida digna do povo, reivindicando direitos os campesinos e trabalhadores do campo e da cidade que desempenham trabalhos agrícolas. A luta pela soberania alimentar e o trabalho decente, assim como a recuperação da água nacional, são alguns dos principais focos do movimento (CONFEDERACIÓN NACIONAL SINDICAL CAMPESINA DEL AGRO Y PUEBLOS ORIGINARIOS, s.d.).

Por fim, se destaca a Asamblea Nacional Mapuches de Izquierda, que busca defender os direitos coletivos do povo Mapuche e seus descendentes, através de uma oposição aos avanços neoliberais liderados por Sebastian Piñera, que promoveu o monocultivo das terras e gerou escassez hídricas prejudicando a fauna e a flora. Além disso, os mandatos de Piñera, segundo a organização, promoveram a desregularização do trabalho e a prejudicação do sistema de saúde, ignorando as demandas sociais que protestaram contra os abusos do governo.

O ano de 2005, na Venezuela, foi marcado pela eleição de Hugo Chávez como presidente do país, iniciando uma transformação histórica social e política no país, representando para alguns a esperança pela redistribuição de rendas e para outros a ameaça à propriedade privada e aos interesses neoliberais. Seu projeto de governo moveu a política venezuelana para esquerda, estabelecendo uma política nacionalista dos setores energéticos e um ataque aos latifundiários, diminuindo os investimentos estrangeiros no país, tornando-se uma das principais ameaças aos interesses norte-americanos na região (JARDIM, 2013).

Em relação à produção de alimentos, Chávez criticou diversas vezes o modelo econômico do capitalismo, assumindo o controle de várias empresas para construir uma soberania alimentar, incomodando empresários da iniciativa privada. Promoveu a estatização de empresas do setor alimentício, agroquímicas e produtoras de utensílios para redes de supermercado. Ademais, recuperou terras, auxiliando a produção de agricultores e camponeses e fomentando o cultivo local para diminuir as altas importações do país (AFP, 2011).

Após sua morte, seu vice, Nicolás Maduro, assumiu o poder, no entanto sua tentativa de dar continuidade aos projetos de Chávez enfrentaram diversos problemas, como denúncias de corrupção e uma forte crise econômica. Este contexto promoveu o abandono das políticas de soberania alimentar e a falta de alimentos básicos para a população, a qual tem tentado lidar com a situação de diversas maneiras, intensificando os processos migratórios da América Latina.

Apesar de ter passado por diversas mudanças sociais e econômicas nos últimos anos em defesa da soberania, em especial no governo de Hugo Chávez, sua constituição não apresenta em nenhum trecho o termo “soberania alimentária”. Por outro lado, “seguridad alimentaria” aparece cinco vezes ao longo do documento, defendendo a importância da inclusão da temática nas políticas para modificar a realidade social, ao reforçar o papel do Estado em investir na agricultura sustentável e em estratégias para o desenvolvimento rural

#### Artículo 305

El Estado promoverá la agricultura sustentable como base estratégica del desarrollo rural integral a fin de garantizar la seguridad alimentaria de la población; entendida como la disponibilidad suficiente y estable de alimentos en el ámbito nacional y el acceso oportuno y permanente a éstos por parte del público consumidor. La seguridad alimentaria se alcanzará desarrollando y privilegiando la producción agropecuaria interna, entendiéndose como tal la proveniente de las actividades agrícola, pecuaria, pesquera y acuícola. La producción de alimentos es de interés nacional y fundamental para el desarrollo económico y social de la Nación (VENEZUELA, 1999, p. 317).

Em relação aos movimentos sociais, a organização Frente Nacional Campesina Ezequiel Zamora (FNCEZ) se destaca pelo sua expressiva organização em todo o território nacional, abarcando o movimento campestino e pesqueiro dos mares, selvas e montanhas. Como principais lutas o movimento concentra seus esforços em conquistas os direitos do povo campestinos, construindo um Poder Popular socialista,

#### **5.2.2 Questões políticas na Bolívia**

A chegada de Evo Morales ao poder, representou um renascimento na política boliviana, abrindo espaço para a presença dos campestinos e das mulheres em diversas esferas de poder. A ascensão ao governo de um partido com base rural, o Movimento Ao Socialismo, permitiu a união das associações do campo e das cidades, além da valorização da identidade indígena (ALTO, 2011).

O Movimento Ao Socialismo (MAS), foi fundado por Evo em 1999, visando unir os sindicatos agrários e a esquerda boliviana, através da promoção da ruralização da política e da identidade boliviana pelas vozes campestinas. O partido foi fruto de movimentos populares originados do sindicalismo mineiro, o qual foi altamente prejudicado com as reformas neoliberais que ocasionaram a privatização dos recursos estatais (ALTO, 2011).

Com o Sistema Neoliberal, os dirigentes campestinos passaram a debater sobre a possibilidade de construir um partido próprio, diretamente vinculado com os sindicatos agrários, orientados pela auto-representação política em defesa de seus interesses. Nos anos anteriores a 2005, a união entre os campestinos promoveu a intensificação das manifestações populares de contestação ao modelo econômico e às políticas dos governos neoliberais, intensificando as guerras pelos recursos naturais.

Através da evolução de movimentos, como a Guerra da Água, Guerra do Gás e as Marchas Cocaleiras, a causa indígena ganhou força, tornando a defesa dos povos nativos e dos campestinos o tema central das ações. O preconceito enraizado pelas elites, era apontado como a raiz das contradições do país, necessitando ser superado para construir um Estado

igualitário e plurinacional, com o reconhecimento da diversidade dos povos que compõem a unidade estatal (ALTO, 2011).

Após vencer as eleições de 2005, Evo Morales iniciou um mandato em conjunto com movimentos sociais, procurando organizar um processo de mudança radical no país, resultando na Nova Constituição Política do Estado Boliviano, promulgada em 7 de fevereiro de 2009. O documento, legitimado diretamente pelo povo, tinha a identidade das lutas sociais, em especial das comunidades indígenas, desagradando a muitos setores conservadores e dominantes da sociedade boliviana que não desejavam abrir mão de seus privilégios (LESSA, 2018).

Os princípios da nova constituição haviam sido discutidos com o apoio de indígenas e camponeses como resposta da população à crise estatal provocada pelas consequências da colonização e das pressões neoliberais, substituindo as privatizações e expropriações dos recursos naturais pela nacionalização e a concepção ecológica e soberana dos recursos. Como exemplo, o texto aprovou a nacionalização dos hidrocarbonetos, obrigando empresas estrangeiras a contribuir com 80% de sua produção com o Estado (LESSA, 2018).

Com o documento, o Estado buscava a pluralidade dialética, incentivando as convivências entre as diversidades e promovendo a descolonização do país através de novos mecanismos de uma justiça comunitária, política e cultural. Nesse sentido, Evo visava se contrapor a influência dos Estados Unidos e das grandes corporações nas questões políticas internas da Bolívia.

Ao propor um modelo ecológico para a economia, com respeito a diferentes formas de vida, saberes ancestrais, territórios e soberania alimentar como requisitos de Bem Viver<sup>4</sup>, o governo incorporou na Constituição novos princípios relacionados a Pachamama, reconhecendo a natureza como sujeito de direito e criando uma identificação com os princípios das populações indígenas. As concepções milenares sobre a natureza, silenciadas e menosprezadas pela colonização ganham um espaço de fala, inaugurando uma ecologia jurídica (LESSA, 2018).

El pueblo boliviano, de composición plural, desde la profundidad de la historia, inspirado en las luchas del pasado, en la sublevación indígena anticolonial, en la independencia, en las luchas populares de liberación, en las marchas indígenas, sociales y sindicales, en las guerras del agua y de octubre, en las luchas por la tierra y territorio, y con la memoria de nuestros mártires, construimos un nuevo Estado. [...] En tiempos inmemoriales se erigieron montañas, se desplazaron ríos, se

---

<sup>4</sup> Bem Viver é o nome novo dado para conceitualizar a cosmovisão de comunidades tradicionais que se organizavam a partir do coletivo. Assim, é um modo de vida que abarca a relação entre as pessoas, a natureza e o modelo econômico em sociedades que não tinham no capitalismo o modo possível de se organizar. Embora nascido na região andina, tem correspondências em muitas comunidades e seus modos de organização, não sendo um conceito exclusivo ou propriedade indígena (ACOSTA, 2016).

formaron lagos. Nuestra amazonia, nuestro chaco, nuestro altiplano y nuestros llanos y valles se cubrieron de verdes y flores. Poblamos esta sagrada Madre Tierra con rostros diferentes, y comprendimos desde entonces la pluralidad vigente de todas las cosas y nuestra diversidad como seres y culturas. Así conformamos nuestros pueblos, y jamás comprendimos el racismo hasta que lo sufrimos desde los funestos tiempos de la colonia (BOLIVIA, 2009, p.2).

Neste sentido, a Lei Boliviana nº 300, aprovada em 2012, contribuiu para fortalecer o papel da Mãe Terra no Estado Boliviano, definindo a Pachamama como um sistema vivente, dinâmico, conformado pela comunidade, indivisível de todos os sistemas de vida e de seres vivos, inter-relacionados, interdependentes e complementares, os quais compartilham de um destino comum. A Pachamama é considerada sagrada, sendo ela que alimenta, que contém, sustenta e reproduz os seres vivos, os ecossistemas, a biodiversidade, as sociedades orgânicas e os indivíduos que a compõem (LESSA, 2018).

O marco da soberania alimentar aparece como uma condição para o Bem Viver, respeitando os direitos a Pachamama e garantindo aos povos indígenas o acesso aos territórios e recursos naturais. O termo é conceituado como o direito dos povos de definir as suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos, garantindo o direito à alimentação para toda a população, com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidades dos modos camponeses, pesqueiro e indígenas de produção agropecuária, de comercialização e de gestão de espaços rurais, no qual a mulher desempenha um papel fundamental (BOLÍVIA, 2009).

Analisando a constituição nota-se que o termo “soberania alimentaria” aparece 3 vezes ao longo do texto, defendendo a importância dela para toda a população, sendo um princípio importante para as relações internacionais, demonstrando o seu papel para a democracia econômica e afirmando o compromisso do Estado em promover um desenvolvimento rural integral sustentável, com ênfase na soberania alimentar.

Artículo 255

8. Seguridad y soberanía alimentaria para toda la población: prohibición de importación, producción y comercialización de organismos genéticamente modificados y elementos tóxicos que dañen la salud y el medio ambiente (BOLIVIA, 2009, p. 63).

Artículo 309:

4. Promover la democracia económica y el logro de la soberanía alimentaria de la población (BOLIVIA, 2009, p. 83)

Artículo 405: El desarrollo rural integral sustentable es parte fundamental de las políticas económicas del Estado, que priorizará sus acciones para el fomento de todos los emprendimientos económicos comunitarios y del conjunto de los actores rurales, con énfasis en la seguridad y en la soberanía alimentaria, a través de:

1. El incremento sostenido y sustentable de la productividad agrícola, pecuaria, manufacturera, agroindustrial y turística, así como su capacidad de competencia comercial.
2. La articulación y complementariedad interna de las estructuras de producción agropecuarias y agroindustriales.
3. El logro de mejores condiciones de intercambio económico del sector productivo rural en relación con el resto de la economía boliviana.
4. La significación y el respeto de las comunidades indígenas originario campesinas en todas las dimensiones de su vida.
5. El fortalecimiento de la economía de los pequeños productores agropecuarios y de la economía familiar y comunitaria (BOLIVIA, 2009, p.103).

Já a expressão “seguridad alimentar” aparece 6 vezes ao longo do texto, garantindo o direito de todas as pessoas a uma alimentação segura e saudável, afirmando o esforço do Estado em promover fontes alternativas de energia preservando a segurança alimentar e os recursos naturais.

Artículo 16.

- I. Toda persona tiene derecho al agua y a la alimentación.
- II. El Estado tiene la obligación de garantizar la seguridad alimentaria, a través de una alimentación sana, adecuada y suficiente para toda la población (BOLIVIA, 2009, p.6 )

Artículo 300

- I. Son competencias exclusivas de los gobiernos departamentales autónomos, en su jurisdicción:
  16. Proyectos de fuentes alternativas y renovables de energía de alcance departamental preservando la seguridad alimentaria (BOLIVIA, 2009, p. 75).

Artículo 302.

- I. Son competencias exclusivas de los gobiernos municipales autónomos, en su jurisdicción:
  12. Proyectos de fuentes alternativas y renovables de energía preservando la seguridad alimentaria de alcance municipal (BOLIVIA, 2009, p.77 ).

Artículo 375.

- I. Es deber del Estado desarrollar planes de uso, conservación, manejo y aprovechamiento sustentable de las cuencas hidrográficas.
- II. El Estado regulará el manejo y gestión sustentable de los recursos hídricos y de las cuencas para riego, seguridad alimentaria y servicios básicos, respetando los usos y costumbres de las comunidad (BOLIVIA, 2009, p. 97 ).

Artículo 402.

El Estado tiene la obligación de:

1. Fomentar planes de asentamientos humanos para alcanzar una racional distribución demográfica y un mejor aprovechamiento de la tierra y los recursos naturales, otorgando a los nuevos asentados facilidades de acceso a la educación, salud, seguridad alimentaria y producción, en el marco del Ordenamiento Territorial del Estado y la conservación del medio ambiente (BOLIVIA, 2009, p. 102).

Artículo 407.

Son objetivos de la política de desarrollo rural integral del Estado, en coordinación con las entidades territoriales autónomas y descentralizadas:

1. Garantizar la soberanía y seguridad alimentaria, priorizando la producción y el consumo de alimentos de origen agropecuario producidos en el territorio boliviano (BOLIVIA, 2009, p.104).

Em conjunto com as mudanças na Constituição Boliviana, Evo Morales e sua equipe de governo trabalharam na criação de um Novo Modelo Econômico, indo contra os princípios neoliberais e suas desigualdades, levando em conta a rica herança cultural dos povos indígenas e as ações coletivas e comunitárias. A elaboração do modelo partiu de análises acerca da crise estrutural do capitalismo e do compromisso com a transformação da realidade, caracterizada pela exclusão econômica e social, derivada dos processos de colonização e aprofundada no período neoliberal (BOLÍVIA, 2011).

Como demonstrado na Tabela 2, o Modelo Social Comunitário Econômico Produtivo se diferenciava em diversos pontos do neoliberalismo, tendo como base a busca pela soberania através da recuperação do controle dos setores estratégicos da economia e da apropriação do excedente econômico que antes se externalizava, aplicando-o em políticas de distribuição de renda. Com isso, haveria o fortalecimento do Estado, responsável por dirigir a economia, transferir excedentes dos setores e articular diversas formas de organização econômica no país, fundamentando-se em princípios de complementaridade, reciprocidade, solidariedade, redistribuição, igualdade, segurança, sustentabilidade, equilíbrio, justiça e transparência (BOLÍVIA, 2011).

Tabela 2: Modelo Neoliberal X Modelo Econômico Social Comunitário Produtivo

<b>Modelo Neoliberal</b>	<b>Modelo Econômico Social Comunitário Produtivo</b>
Livre mercado	Estado intervém na economia
Estado observador	Estado planejador, empresário, intervencionista, regulador, promotor e banqueiro
Modelo privatizador	Modelo nacionalizador
Externalização do excedente econômico	Apropriação do excedente econômico
Dependência da demanda externa	Crescimento em função da demanda interna e externa
Concentração de renda	Estado redistribuidor de renda
Economia centralizada na iniciativa privada	Estado promotor da economia plural e articulador de formas de organização econômica estatal, comunitária, privada e social cooperativa

Objetivo: controlar a inflação	Objetivo: crescimento econômico com redistribuição de renda
Estabilidade macroeconômica com fim em si mesma	Estabilidade macroeconômica como patrimônio social
Dependência de organismos internacionais	Soberania na definição da política econômica
Política fiscal, monetária inexistente (contínuos déficits e alta dolarização)	Política fiscal, monetária, cambial e financeira orientada ao crescimento com redistribuição.
Pobreza e desigualdade	Desenvolvimento econômico e social
Modelo primário exportador	Modelo industrializador

Fonte: Dados retirados de *El Nuevo Modelo Económico Social, Comunitario y Productivo* (BOLÍVIA, 2011).

O documento inicia apresentando as crises estruturais do Capitalismo, incluindo a crise financeira, energética, climática, alimentícia, hídrica, institucional e das políticas macroeconômicas, mostrando uma proposta de desenvolvimento e crescimento baseado no aproveitamento dos recursos naturais para o benefício dos bolivianos. O projeto, se baseava na valorização das riquezas do país, no qual o Estado iria se apropriar dos excedentes estratégicos, sendo responsável por dirigir a economia e regular os processos de produção, distribuição e comercialização de bens e serviços (BOLÍVIA, 2011)

O modelo seria social pois promoveria políticas de distribuição e redistribuição justa de renda, erradicando a pobreza e reduzindo as desigualdades, através da implementação de políticas orientadas a eliminar a exclusão social e econômica, priorizando o Viver Bem Coletivo e os direitos dos povos e nações indígenas. Nesse sentido, buscava complementar o interesse individual com o comunitário, articulando as diferentes formas de organização econômica sobre os princípios de sustentabilidade e respeito a Pachamama. Já a sua vertente econômica, promovia a ampliação e a diversificação da matriz produtiva, visando superar o modelo primário exportador e desenvolver uma economia de base produtiva, valorizando os recursos do país e fortalecendo sua soberania econômica (BOLÍVIA, 2011).

Como resultados, ao longo dos mandatos de Evo, o modelo promoveu o crescimento do PIB impulsionado pela demanda interna e a intensificação do surgimento de novas empresas ativas. Ademais, auxiliou no aumento das exportações, da competitividade da produção no mercado internacional, das reservas internacionais e do salário mínimo, uma balança econômica favorável e uma diminuição das taxas de desemprego e dos níveis de pobreza.

No mesmo período, procurando aprofundar a construção de uma Bolívia digna, soberana, produtiva e democrática para Viver Bem, o governo boliviano construiu o Plano Nacional de Desenvolvimento, pensado em conjunto com oficinas de todo o país, incluindo organizações sociais indígenas, originárias e camponesas, produtores, empresários, cidadãos e acadêmicos. Suas propostas tinham como base o desmonte do colonialismo e do neoliberalismo, construindo uma sociedade para os bolivianos, com uma convivência equilibrada entre a Economia Estatal, a Economia Comunitária, a Economia Mista e a Economia Privada (BOLÍVIA, 2007).

Como objetivos, o Plano visava construir uma Bolívia Digna, Soberana, Produtiva e Democrática, erradicando a pobreza e promovendo a distribuição de renda, através da construção de um Estado Plurinacional Sócio comunitário, no qual o povo exerceria o seu poder social e comunitário, participando das decisões sobre o desenvolvimento do país. O projeto era orientado para a transformação, tentando empreender trocas integradas e diversificadas na matriz produtiva, gerando excedentes para modificar o setor exportador e desenvolver a economia do país (BOLÍVIA, 2007).

Nessa perspectiva, o Estado seria um ator internacional soberano, autodeterminado, com identidade própria, responsável por elaborar uma política exterior com a participação dos povos indígenas e camponeses, defendendo a convivência sustentável com o meio ambiente. Ele seria responsável por remover a profunda desigualdade social e exclusão que oprimem a maioria da população boliviana, mudando o atual padrão de desenvolvimento primário exportador, caracterizado pela exploração e exportação de recursos naturais (BOLÍVIA, 2007).

El cambio del patrón de desarrollo se inicia con la transformación de la matriz productiva nacional, el desmontaje del colonialismo neoliberal, la descolonización del Estado y la construcción de la nueva identidad boliviana, basada en institucionalidad multinacional con enfoque comunitario (BOLÍVIA, 2007).

Considerando que a desigualdade e a exclusão social são produtos do colonialismo e do modelo primário exportador, que nega o acesso aos meios produtivos e a possibilidade de participação das populações indígenas, o Plano visa ir além das questões econômicas, descolonizando todas as esferas que ainda permanecem no Estado (BOLÍVIA, 2007).

Es decir, desmontar, no sólo los dispositivos económicos, sino también los políticos y culturales, coloniales y neoliberales erigidos por la cultura dominante, que se encuentran diseminados en los intersticios más profundos de la organización del Estado y también en la mente de las personas a través de la práctica social

individual en detrimento de la solidaridad y la complementariedad (BOLÍVIA, 2007)..

Este cambio del patrón de desarrollo y de los dispositivos de dominación requiere de la intervención del Estado como promotor y protagonista del desarrollo nacional, porque no basta su presencia como conductor del desarrollo, sino que es indispensable su participación en la producción y en la actividad comercial de los sectores estratégicos que garanticen la acumulación interna, al mismo tiempo que proteja y aliente la innovación y la expansión de la producción en el resto de los sectores productivos, en los cuales los pequeños productores son los mayores generadores de empleo e ingresos y requieren del apoyo estatal para modificar su productividad e introducirse ventajosamente en los mercados internos y externos, a fin de que el empleo y los ingresos sean estables y dignos (BOLÍVIA, 2007).

Como fundamento do Plano, a Bolívia defende que as ações do Estado e da comunidade devem se basear nos princípios do Viver Bem, próprios das culturas originárias e indígenas, construindo um país multiétnico e pluricultural, postulando uma visão cosmocêntrica que supera os conteúdos etnocêntricos tradicionais.

El Vivir Bien expresa el encuentro entre pueblos y comunidades, respeta la diversidad e identidad cultural. Significa “Vivir Bien entre nosotros”, es una convivencia comunitaria con interculturalidad y sin asimetrías de poder, “no se puede Vivir Bien si los demás viven mal”. Se trata de vivir como parte de la comunidad, con protección de ella, en armonía con la naturaleza, “vivir en equilibrio con lo que nos rodea”. También significa “Vivir Bien contigo y conmigo”, que es diferente del “vivir mejor” occidental, que es individual, separado de los demás e inclusive a expensas de los demás y separado de la naturaleza (BOLÍVIA, 2007).

Es la expresión cultural que condensa la forma de entender la satisfacción compartida de las necesidades humanas, más allá del ámbito material y económico. A diferencia del concepto occidental de “bienestar”, que está limitado al acceso y a la acumulación de bienes materiales, incluye la afectividad, el reconocimiento y prestigio social (BOLÍVIA, 2007).

La nueva propuesta de desarrollo, enraizada en la pluralidad cultural, el encuentro y en la complementariedad de conocimientos, tienen el objetivo de acabar con el mito del progreso lineal que pretende dividir a las culturas entre modernas y atrasadas o primitivas y avanzadas (BOLÍVIA, 2007).

Um dos pilares que orienta a estratégia nacional de desenvolvimento produtivo, é a busca pela soberania alimentar, sendo um direito do país definir as suas próprias políticas e estratégias de produção, consumo e importação de alimentos, conservando e restaurando a diversidade de produção e culturas existentes no território boliviano. A garantia de acesso a quantidade e qualidade de alimentos saudáveis, nutritivos e culturalmente apropriados é de extrema importância para a segurança alimentar nacional sustentável, baseada em tecnologias ancestrais e ideias modernizadoras.

Para cumplir el paradigma Vivir Bien es necesario lograr seguridad alimentaria, complementada con la soberanía alimentaria. En este sentido, el Estado, como

promotor y protagonista del desarrollo, establecerá esta política como un instrumento de desarrollo y fortalecimiento de la capacidad productiva para dotar oportunamente alimentos básicos y de consumo masivo a precios justos (BOLÍVIA, 2007).

En el marco de esta política, se dará prioridad a la producción diversificada de alimentos para el autoconsumo y para el mercado nacional, basada en la producción agropecuaria y de transformación, con énfasis en la producción agroecológica y acorde con las necesidades de la población y el potencial de los ecosistemas. También se impulsará la asociatividad, el comunitarismo y todas las formas socioeconómicas de Organización de los productores (BOLÍVIA, 2007).

Por fim, cabe ressaltar que ao mesmo tempo em que o governo abriu possibilidades para um renascimento do Estado, os movimentos indígenas se fortaleceram, estando cada vez mais presentes nas diversas esferas de atuação da Bolívia, dando continuidade às mudanças realizadas por Evo Morales e aprofundadas pelo atual presidente Luis Arce (BOLÍVIA, 2007).

Em relação aos movimentos femininos, merece destaque a Confederação Nacional de Mujeres Campesinas Indígenas Originárias de Bolivia Bartolina Sisa<sup>5</sup>, fundada em 1980, em um contexto de recuperação da democracia da Bolívia, no qual as mulheres da área rural passaram a intensificar a sua luta por um por espaço com organização própria, demonstrando a valentia da mulher boliviana em enfrentar os desafios (BARTOLINA SISA, s.d).

La “doble discriminación” que sufrimos por ser mujeres y por ser campesinas e indígenas tanto en nuestras familias, comunidades, organizaciones y la sociedad en su conjunto, nos han impulsado a la lucha contra la violación de nuestros derechos fundamentales y la defensa de nuestra participación plena y equitativa en la toma de decisiones (BARTOLINA SISA, s.d).

O movimento luta por uma pátria descolonizada, livre de racismo e toda forma de discriminação, defendendo os direitos individuais, coletivos e comunitários da mulher buscando a justiça, igualdade, transparência, honestidade e a participação ativa das mulheres na elaboração e planificação das políticas públicas. Como princípios, visa garantir o respeito e exercício da cultura indígena, através da recuperação das terras e territórios e promoção do desenvolvimento econômico plural, produtivo e local (BARTOLINA SISA, s.d).

Através de suas ações de união, o movimento tenta mudar o papel da mulher na sociedade, abrindo portas para a educação e o mercado de trabalho, rompendo com as ideias propagadas pelas elites, as quais limitavam as mulheres indígenas a servirem como empregadas, cozinheiras e agricultoras. A sua atuação foi de extrema relevância para as transformações sociais, econômicas e alimentares ocorridas a partir da Nova Assembleia

---

<sup>5</sup> Bartolina Sisa foi uma mulher indígena boliviana que viveu no século XVIII, sendo atualmente um símbolo de resistência anticolonial e inspiração para as mulheres bolivianas, devido às suas histórias de lutas contra os invasores.

Constituinte de 2006, sendo a primeira organização campestre de toda a América do Sul e a única organização de mulheres membro fundador do Movimento Al Socialismo (MAS-IPSP).

Outras associações que se destacam em suas atuações são a Confederación Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Bolivia (CSUTCB), a Confederación Sindical de Comunidades Interculturales de Bolivia (CSCIB) e o Movimiento de Trabajadores Sin Tierra (MST), presente em diversos países da América Latina. Ambas, lutam pelos direitos dos campestres e estão ligadas a Via Campestre, representando as lutas das populações indígenas neste território.

A CSUTCB, formada em 1979, é a principal organização sindical dos Povos Originários Quechuas, Aymaras, Tupi Guaranis e outros trabalhadores do campo, sendo reconhecida na Bolívia e internacionalmente pelo forte trabalho de seus dirigentes, suas mobilizações sociais, suas alianças e seus processos de capacitação e informação. Como seu principal objetivo buscam construir com os povos indígenas um desenvolvimento econômico sustentável equitativo e coletivo, mantendo a identidade originária, através da gestão sustentável de recursos naturais com a participação indígena e campestre, garantindo o acesso à terra e ao território a todos (CONFEDERACIÓN SINDICAL ÚNICA DE TRABAJADORES CAMPESINOS DE BOLIVIA, s.d.).

### **5.3. Questões culturais**

Considerando que a região andina é o lar de diversos povos indígenas que tem uma grande participação na produção, distribuição e consumo dos alimentos na região, é de extrema importância para análise investigar como estas culturas são preservadas nos países andinos e quais são os grupos sociais que desejam a perpetuação do sistema neoliberal e a ocultação das tradições dos povos originários.

#### **5.3.1. Questões culturais nos países andinos**

Em oposição ao forte preconceito indígena enraizado na sociedade peruana, o país tem apresentado recentes iniciativas para trazer as vozes indígenas aos meios de telecomunicação, resultando na criação de programas informativos de rádio e televisão para dar às culturas o acesso às plataformas nacionais. As ações têm valorizado os idiomas nativos, em especial o quechua, aymara e asháninka, exaltando os povos indígenas, assim como os seus costumes alimentares, o meio ambiente e as lutas e vitórias das comunidades, as quais tem participado da construção destes programas interculturais (NALVARTE, 2018).

Na produção audiovisual, houve um intenso crescimento em suas obras a partir dos anos 2000, produzindo em maior quantidade e alargando a sua distribuição. Como experiências motivadoras dos projetos nacionais destaca-se a Escola de Cine Amazônico, a qual recolhe relatos de comunidades indígenas amazônicas, apresentando suas histórias ao mundo e incentivando os cinemas comunitários (GUMUCIO, 2017).

As músicas e danças peruanas carregam uma mistura de características herdadas das civilizações antigas, fundindo costumes indígenas, andinos e espanhóis, resultando em ritmos de resistência cultural como o Huyno, Marinera, Son de los Diablos e a Cumbia. Similarmente, seus instrumentos incluem elementos de sopro e percussão inca, combinados com o sons das cordas introduzidas pela colonização (MÚSICA, 2020).

Já a arte é composta por diferentes movimentos, sendo os âmbitos urbanos dominados por artes contemporâneas com poucas ligações aos símbolos indígenas, e as rurais com forte presença das culturas originárias. Como destaque, há a cerâmica, que registra e narra parte do passado peruano, através de produções relacionadas a tradições indígenas e ao meio ambiente, estando presentes principalmente em Chulucanas, Pucará, Quinoa, Cusco e Shipiba. (LA, 2013)

Por fim, destaca-se a arte neo amazônica, cultivada na Amazônia peruana, na qual diversos artistas em contato com medicinas tradicionais começaram a construir trabalhos com diferentes propostas artísticas, retratando as realidades das comunidades da região. Neste local, os povos indígenas do Equador, Peru e Colômbia se encontram e promovem diálogos de interculturalidade (GONZÁLEZ, 2020).

Neste sentido, a cultura equatoriana, mantém muito das culturas indígenas e dos costumes ancestrais, sendo marcado por um grande amor pela terra e seus frutos e uma ampla diversidade. Grande parte de sua população é mestiça, refletindo em uma cultura originada de duas fontes, além de incluir as tradições dos negros escravizados trazidos do continente africano (LONGSDON,2013).

Desde 2009, o Equador tem investido no projeto “Red de Radios, Públicas, Privadas e Comunitárias”, entregando rádios a comunidades indígenas de diferentes nacionalidades para abrir espaço a estas comunidades. Apesar de terem sido entregues equipamentos e transmissores e ter ocorrido a promoção de capacitações, o programa enfrenta diversos problemas atualmente, como a falta de construções de instalações adequadas e trocas de pessoas capacitadas. Reitera-se que na pesquisa não foi encontrada nenhuma lista de rádios ativas na região, prejudicando uma análise mais detalhada da situação (RÁDIOS, 2016).

Sua música é composta por muitos ritmos folclóricos, misturando costumes andinos e fortes influências europeias resultando em diversos estilos como Merengue, Salsa, Cumbia e Reggaeton, ritmo contemporâneo e globalizado (LONGSDON, 2013).

Com o apoio do governo, a produção audiovisual do país começou a se intensificar em 2010, abordando questões sociais como a imigração de equatorianos para a Europa e Estados Unidos. O fenômeno da migração aumentou na região devido a uma grave crise financeira que atingiu o país no final da década de 1990 e continua sendo um fator importante presente nos debates do país (CINEMA, 2010).

Já em relação às artes plásticas, o Equador possui um forte legado histórico da presença de movimentos indígenas e denúncias das condições de vida das comunidades em suas obras. Como destaque há o pintor Gonzalo Endara Crow, o qual apresenta em seus trabalhos a estética da cultura andina e do povo, sobrepondo paisagens e valorizando a agricultura equatoriana. Por outro lado, há uma intensa arte contemporânea que através de pinturas, murais e instalações aborda assuntos negligenciados, dando atenção a aspectos nacionais e sociais (NORMAN, 2022).

Atualmente, a Colômbia vive um processo de renascimento da cultura indígena, construindo espaços para a participação política de jovens, mulheres e idosos e fortalecendo as emissoras e comunidades indígenas, através da valorização de costumes e a reafirmação de identidades. Como resultado, houve o fortalecimento das dinâmicas comunicativas, permitindo ao país contar com mais de 10 rádios indígenas, espalhadas em diversas regiões do seu território nos municípios de Silvia, Caldono, Morales, Puracé, Belalcazar, Almaguer, Santander, Totoró, Jambalo, Toribio e Caloto (PUEBLOS, 2019).

Suas músicas carregadas de alegria, empoderamento e traços culturais que exaltam suas raízes, refletem uma mistura de influências nativas e europeias, tendo além das influências indígenas, uma forte contribuição africana, em seus ritmos tradicionais como a Cumbia. Internacionalmente, o país tem aumentado o seu reconhecimento pela produção de músicas do pop latino e do reggaeton, com influências caribenhas e norte-americanas (OLIVEIRA, 2018c).

Por muito tempo, as produções cinematográficas não eram consideradas uma indústria lucrativa pelo país, recebendo pouquíssimo investimento público e privado, sendo deixadas em segundo plano. A partir de 2003, com a implementação da Lei de Cinema, houve uma intensificação das iniciativas em torno da atividade, permitindo um renascimento do cinema colombiano. No entanto, a maioria dos filmes produzidos e divulgados no mercado

internacional ainda focam em abordar as temáticas indígenas no contexto do tráfico de drogas, retratando-as com uma imagem negativa.

Como resistência a esta realidade, muitas comunidades indígenas têm se organizado para promover projetos locais, criando uma luta cinematográfica para mostrar suas realidades, histórias e culturas. Dentre estas iniciativas destacam-se o programa audiovisual da Universidad Autonomia Indígena Intercultural, a Red de Comunicaciones del Pueblo Wayuu e a Escuela de Comunicación Indígena de la Amazonia Ka Jana Uai (VARGAS, 2021).

Nas artes plásticas, as temáticas indígenas também se fazem presentes na realidade colombiana, principalmente nas obras de artistas indígenas que têm conquistado seu espaço dentro e fora do país. O pintor indígena Carlos Jacanamijoy, originário do departamento de Putumayo, retoma as próprias raízes culturais, criando um diálogo entre suas lembranças de infância e sua vida adulta. Desse modo, mantém a problemática social dos indígenas como uma constante em sua obra, trabalhando questões de educação, cultura e discrepâncias entre o Ocidente e as culturas originárias.

Eliana Muchachasoy, artista plástica da comunidade Camëntša do Vale do Sibundoy, no departamento do Putumayo na Amazônia colombiana, reflete em suas pinturas e fotografias as lutas dos povos originários pelos territórios e direitos individuais e coletivos. Nessa perspectiva, a artista analisa os efeitos do capitalismo e suas obras nas reservas indígenas, investigando os impactos ambientais e as dificuldades de deslocamento das comunidades, buscando fazer um chamado para fortalecer a identidade e os valores culturais indígenas, sobretudo em crianças e jovens que têm perdido suas tradições (GONZALEZ, 2020).

Por outro lado, a cultura chilena, como reflexo de suas políticas conservadoras e do poder das elites e oligarquias, ainda sofre resistências a valorização e inclusão das tradições indígenas em diversos âmbitos culturais. Em relação aos povos andinos, não foi encontrado material acerca da presença das comunidades nas produções culturais do país, sendo que o foco das notícias e matérias está nas ações dos mapuches, os quais representam uma forte luta pela autonomia de terras e garantia de direitos e igualdade.

Atualmente, a única rádio apresentada pelos povos indígenas é a Rádio Mapuche Aukinko, sendo uma emissora online que transmite a cultura mapuche ao mundo, difundindo os projetos artísticos e musicais da comunidade indígena. Esta realidade se deve às dificuldades das rádios comunitárias sobreviverem à burocracia exigidas pelo país, as quais prejudicam os processos sociais de comunicação horizontal e a difusão das informações a

respeito das comunidades indígenas. Como exemplo, a rádio comunitária Kimche Mapu e a Rádio Ercilla tiveram suas transmissões paradas, em 2011 e 2015 respectivamente, após punições por parte do governo, o qual temia que as realidades de exclusão dos direitos e da cultura indígena fossem conhecidas pelo mundo. (WILLIAMSON; SENEGAL, 2019).

A música chilena, assim como as demais culturas analisadas, reflete a combinação de elementos coloniais espanhóis, indígenas e africanos, originando gêneros como a Tonada e variações entre pop, folk, rock e reggaeton (OLIVEIRA, 2018a). Destaca-se que as palavras indígenas do povo mapuche têm estado presentes em diferentes gêneros, especialmente no hip hop através de misturas do idioma mapuche com o espanhol e outros idiomas, mesclando as realidades urbanas e o dia a dia tradicional dos indígenas (PAIXÃO, 2019).

A história do cinema chileno é marcada por sucessivas tentativas de implementar uma indústria cinematográfica, intensificando suas produções após o fim da ditadura, focando em temas acerca do retorno da democracia. Dentre as temáticas fortes destaca-se as opressões, autoritarismo, desilusões políticas, traumas do passado, processos de superação, memórias de exilados, lembranças de desaparecidos e o desenvolvimento de mecanismos de autoconhecimento (NUÑEZ, 2010).

Em relação às produções indígenas o país ainda tem uma produção pequena, mas os espaços para a visibilidade das obras indígenas tem se intensificado, resultando por exemplo na criação da Mostra Indígena de Cinema e Vídeo de 2005, visando valorizar as culturas indígenas e promover aos povos o acesso ao uso de meios audiovisuais. As principais questões são a identidade, o conhecimento ancestral, os direitos humanos e a proteção, com a utilização de línguas indígenas em obras produzidas em conjunto com os povos Aymara, Guaraní, Mapuche e Quechua (COMEÇA, 2021).

Nas pesquisas relacionadas às artes plásticas não foram encontradas matérias acerca de artistas e obras indígenas, sendo que a maioria dos artistas plásticos chilenos seguem em seus trabalhos linhas com fortes influências de movimentos europeus, como o realismo, surrealismo e hiper realismo. Muito provavelmente, isto se deve a grande influência espanhola presente no país e a estrutura de poder dominada na maior parte do período analisado por elites conservadoras, as quais possuem grande influências nas mídias nacionais trabalhando para ocultar questões e produções indígenas.

Por fim, nas pesquisas acerca da cultura venezuelana não foram encontradas informações sobre rádios indígenas e comunitárias no país, apenas reportagens acerca dos Waraos em rádios brasileiras, em função da intensificação das migrações nos últimos anos.

Nesse sentido, a comunidade Warao tem representado uma parcela significativa de venezuelanos que optam por migrar para regiões vizinhas em busca de uma vida mais digna,

No âmbito musical, percebe-se uma forte influência espanhola e africana, as quais se incorporaram à cultura indígena e resultaram em diversos estilos musicais regionais, como a Zualina e o Bambuco, típicos da região andina. Já na costa do país, os ritmos com influências africanas são predominantes, e na capital, Caracas, há uma mistura de todos os gêneros presentes na região. Os festivais e procissões são celebrações muito comuns, ocorrendo em diversas épocas do ano em comemoração a datas religiosas, tanto cristãs como nativas, representando crenças populares e proporcionando momentos de interação de toda a comunidade (HISTÓRIA, 2019).

O cinema venezuelano tem aumentado suas produções auxiliado pela legislação, a qual implementou uma reforma da Lei Nacional de Cinematografia, proporcionando cotas para as produções e uma maior participação das empresas privadas na atividade cinematográfica, por meio de diversos impostos e incentivos fiscais. O primeiro filme venezuelano produzido em uma língua indígena estreou em 2015, gravado no idioma Warao, trazendo a história de mulheres, os direitos femininos e os costumes dos povos as telas de cinema, proporcionando ao espectador compreender a interculturalidade e a importância da valorização da mulher em todos os espaços e comunidades (PRIMEIRO, 2014)

Nas artes se destacam obras com temáticas religiosas, resultantes das heranças trazidas pelos missionários e espanhóis, além de pinturas e esculturas que abordam a história do país. Há também uma grande produção de cerâmica, incluindo diversos utensílios domésticos, em diversas técnicas cultivadas pelos povos indígenas e tradicionais da Venezuela (HISTÓRIA, 2019).

### **5.3.2. Bolívia**

Apesar de ter sofrido influências culturais com a chegada dos colonizadores, na Bolívia os povos indígenas lutam fortemente pela legitimação de suas próprias culturas, reivindicando o direito de cultivar suas línguas originárias e tradições. Com o governo de Evo, este espaço se intensificou auxiliando na consolidação da cultura política das populações indígenas e do papel que exercem como agentes de mudança para fortalecer a identidade étnica como instrumento de ação (FREITAS, 2013).

Neste sentido o país tem em sua cultura uma grande riqueza de costumes ancestrais, passados de geração em geração, que permitiram a união da população a favor da liberdade e do controle de suas terras, provocando uma multiculturalidade e diversas festividades na

Bolívia. O povo Aymara é uma parte fundamental para a construção de uma coletividade do povo, sendo até hoje a língua mais falada na região (COMEGNA, 2006).

Como destaque na comunicação indígena, o país conta com uma Unidade de Rádio de Pueblos Originário da Bolívia, apoiada pelo governo, dando espaço a rádios comunitárias que visam dar visibilidade aos indígenas e suas atividades, incluindo a cultura, lógica e filosofia ancestrais. Atualmente, o país conta com mais de 30 rádios comunitárias indígenas, em diferentes línguas, nos departamentos de Tarija, Oruro, La Paz, Santa Cruz, Potosí, Pando, Cochabamba, Chuquisaca, e Beni (BOLÍVIA, s.d.)

Adaptando-se às novas tecnologias, surge um novo espaço para a propagação da cultura andina através do Quipus Podcast, apresentado por uma jornalista boliviana, que busca desatar um nó dos costumes e acontecimentos andinos a cada episódio. Neste sentido, o programa conta com a participação de convidados andinos e latinos para compartilhar experiências e informações sobre suas culturas e trajetórias, passando a produzir agora em São Paulo devido a presença da comunidade boliviana na cidade brasileira (QUIPUS, 2022).

Na música boliviana há a presença de elementos caracteristicamente andinos, os quais cruzam livremente a fronteira entre Peru, Bolívia e Equador, como as tradicionais flautas de bambu e os tambores. O Carnaval do país é um dos mais expressivos da América, pois mobilizam milhões de pessoas de diferentes grupos sociais em uma festa que fala de sua cultura e de sua história, trazendo personagens que unem as lendas indígenas, o passado colonial e as festas católicas trazidas pelos espanhóis (GIOVANI, 2015).

No país, há uma forte presença de músicas andinas, que valorizam as comunidades quéchuas e aymaras, conservando suas tradições culturais com pouca influência ocidental, marcadas por estruturas relacionadas às cosmovisões milenares, como Los Kjarkas, banda tradicional boliviana que utiliza instrumentos e vestimentas nativas (OLIVEIRA, 2018b). Por outro lado, há uma grande presença de músicas e danças que retratam uma mistura de ritmos derivados dos encontros entre os andinos e os europeus, incluindo músicas folclóricas como la cueca, la morenada e o taquirari. Estes gêneros de música e dança, contam as histórias das diferentes culturas que participaram do processo de formação do país, incluindo a trajetória dos escravos africanos, na Morenada, a espiritualidade dos Yungas da comunidade afro-boliviana, as tradições incas e as cerimônias religiosas indígenas, presentes na famosa Diablada (JEFFERSON, 2022).

Em relação à produção audiovisual, o cinema boliviano é marcado por diversos estilos de narrativas, passando por mitos dos povos andinos, histórias de criminosos, vivências dos períodos ditatoriais e relatos em locais turísticos e simbólicos, como Copacabana. Ademais,

nota-se uma presença de indígenas nas obras como atores, produtores e cineastas, voltando o cinema para as comunidades originárias e construindo um espaço de fala para indígenas, camponesas e movimentos populares (PITA, 2017).

Nas artes bolivianas, há também uma vigorosa presença das identidades indígenas, valorizando a Pachamama e os costumes dos povos, incluindo as vestimentas dos camponeses, as práticas agrícolas do campo e o respeito e valorização da natureza. No campo da pintura se destaca Cristian Cleto Laime Yujra, que retrata em suas telas os diversos contextos urbanos e locais do país, exaltando a presença das mulheres campesinas nas sociedades.

Outro pintor altamente reconhecido é o indígena Aymara Mamani Mamani, o qual apresenta a Bolívia em cores vibrantes e coloridas, utilizando os simbolismos andinos para contar a história das suas fascinantes tradições indígenas. Suas obras são repletas de elementos andinos como cholitas, condores, montanhas e lhamas, representando de uma maneira única e moderna as heranças indígenas. Recentemente, o artista realizou o projeto de gigantes murais em fachadas de prédios habitacionais para a comunidade Wiphala em El Alto, retratando elementos indígenas e camponeses e estabelecendo fortes relações com o governo do país (SCHNEIDER, 2016).

#### **5.4. Análise dos resultados**

Após realizar a pesquisa das três categorias, é possível concluir que as políticas alimentares bolivianas e o novo modelo econômico proposto durante o Governo de Evo Morales, não foram fruto de apenas um fator, mas sim uma junção de variáveis. Dentre elas se destacam os movimentos camponeses, a identificação do presidente com o povo, a valorização das culturas originárias e a união do governo com a população indígena, a qual permitiu construir alternativas às desigualdades do Sistema Neoliberal e resistir às tentativas das elites de tomar o poder.

Analisando os resultados sociais, percebe-se na Tabela 3 que as eleições de presidentes ligadas às causas indígenas, caso do Equador e da Bolívia, e a união com os movimentos sociais foram os diferenciais que permitiram a criação e a aprovação de uma nova constituição, baseada na inclusão de temáticas indígenas. Nota-se que a Bolívia se destaca na abordagem da temática, devido à histórica eleição de um presidente indígena e representante de um partido rural, o que incentivou além da valorização da cultura e do meio ambiente, a participação campesina em todas as esferas de governo, fortificada pela identificação do povo com Evo Morales. Esta atuação contribuiu para a crescente união dos

movimentos, que já vinham crescendo, intensificando a politização urbana e rural dos camponeses e os estudos acadêmicos acerca da valorização da cultura, do modo de produção e do modo de viver indígena.

Por outro lado, nota-se que no Peru e no Chile, houve nos últimos anos uma permanência do histórico poder das elites e oligarquias, as quais não permitiram uma mudança nas estruturas sociais e econômicas do país, buscando manter o sistema de produção neoliberal e ocultar as vozes indígenas. No mesmo sentido, a Colômbia, apesar de apresentar a palavra em sua constituição, na prática tem grandes dificuldades na inclusão dos indígenas, devido às elites propagarem a ideia de inferioridade dos camponeses, ligando-os a produção de cocaína. A Venezuela enfrenta desafios para garantir os direitos indígenas na prática, devido às instabilidades políticas que acarretaram em uma realidade constituída por fortes movimentos migratórios em busca de vidas mais dignas.

Tabela 3: Termos “Indígena” e “Mujer” na constituição dos países andinos

TERMOS	PAÍSES					
	Bolívia	Peru	Equador	Colômbia	Chile	Venezuela
<b>Indígena</b>	130	0	19	20	0	96
<b>Mujer</b>	18	1	39	6	13	4

Em relação à presença do termo *mujer*, percebe-se que na maioria dos países há na teoria a presença do reconhecimento dos direitos femininos, enfrentando maiores resistências no Peru, Colômbia e Venezuela, fruto da falta de políticas práticas para romper com o machismo incorporado nestas sociedades. Por outro lado, na Bolívia e no Equador, ambos governados por partidos de esquerda, houve a defesa da inclusão da mulher nas diversas esferas somada ao incentivo da união feminina nos movimentos camponeses.

A análise política, apresentada na Tabela 4, demonstra em primeiro lugar que o tema da soberania e da segurança alimentar é ainda muito recente nas políticas de Estado e nos documentos oficiais dos países andinos, não sendo um foco da grande maioria. Em países governados por partidos de esquerda por um longo período de tempo nas décadas dos anos 2000, a questão alimentar foi trabalhada em conjunto com a valorização das populações indígenas e dos direitos do meio ambiente. Ademais, se destaca a força das mobilizações, em níveis locais, regionais e nacionais, formando redes comunitárias e fomentando a união das

comunidades indígenas isoladas, permitindo ações em conjunto com os governos para a abertura de espaço para vozes indígenas.

Tabela 4: Termos "Soberanía alimentaria" e "Seguridad alimentaria" nos países andinos

TERMOS	PAÍSES					
	Bolívia	Peru	Equador	Colômbia	Chile	Venezuela
<b>Soberanía Alimentaria</b>	3	0	15	0	0	0
<b>Seguridad Alimentaria</b>	6	0	1	0	0	5

Por outro lado, países com regimes neoliberais e progressistas ou com instabilidades políticas, tiveram dificuldades em abordar políticas alimentares consistentes, devido a isto não ser uma meta de seus governos. A Venezuela é um caso aparte, considerando que até o final do governo de Hugo Chávez havia uma atenção às políticas alimentares, a qual foi deixada em segundo plano pelo governo de Maduro, não permitindo a evolução dos programas criados.

Já os aspectos culturais permitem perceber que na Bolívia e no Equador, a valorização da cultura indígena é muito maior que nos demais países, estando presente em todos os âmbitos analisados. Na Bolívia, nota-se que devido ao governo de Evo Morales ter durado mais tempo e ter continuado com Luis Arce, as iniciativas culturais ganharam um intenso apoio do governo, trabalhando em conjunto para a promover o conhecimento internacional da cultura andina até os dias atuais.

O Peru e o Chile, mais uma vez sofrem com o poder das elites e seus interesses na manutenção dos padrões externos nos âmbitos culturais, em especial nas grandes cidades do país, tendo o cultivo das tradições indígenas concentrado em regiões distantes dos centros urbanos. Do mesmo modo, a Colômbia preserva sua cultura mas sofre diversas influências externas, mesclando seus costumes com a cultura norte-americana e caribenha.

A partir destes dados, conclui-se que os fatores que permitiram o desenvolvimento de novas políticas alimentares e um modelo econômico oposto ao neoliberalismo, na Bolívia, foi a união de três elementos essenciais: 1. A ascensão e a permanência de um presidente indígena, de um partido de base rural; 2. A força e a politização dos movimentos camponeses

e femininos, tanto nos âmbitos urbanos como rurais; 3. O cultivo da cultura indígena em diversas esferas por toda a população, incluindo as elites.

Sem dúvidas a eleição de Evo Morales foi histórica para a região, pois permitiu que a população indígena e campesina tivesse pela primeira vez um representante de suas causas no poder, valorizando os seus direitos e enfrentando as elites minoritárias que haviam dominado o país ao longo de anos. A identificação do povo com o presidente, permitiu a ligação duradoura do governo com movimentos indígenas, femininos e campesinos para construir políticas anticolonialistas, promovendo uma Revolução Democrática e Cultural (KA RIBAS, 2008).

Em comparação com as mudanças ocorridas no Equador, nota-se que na Bolívia foi estabelecida uma maior identificação entre o povo e o presidente, baseada principalmente em questões étnicas, que viabilizaram um governo contínuo, não permitindo que as tentativas das elites de retomar o sistema neoliberal fossem colocadas em prática. Nesse sentido, a união e a força dos movimentos campesinos em resistir e defender o governo foi fruto da politização ocorrida no campo e nas cidades, as quais permitiram enfrentar as dificuldades em conjunto, mantendo a esperança de mudanças e transformações concretas.

Juntamente com o povo, o governo de Evo promoveu a nacionalização dos hidrocarbonetos e dos recursos nacionais, os quais estavam na mão de empresas estrangeiras, iniciando um fluxo milionário de recursos que possibilitaram a criação de bônus sociais e o desenvolvimento do país, através de uma economia plural. Com um novo modelo econômico, intensificaram-se as políticas alimentares voltadas ao cultivo das práticas campesinas, valorizando o modo de produção indígena e a diversidade dos alimentos locais, auxiliando as comunidades a se desenvolverem. Ademais, no campo internacional seu governo buscou construir um diálogo com as ações da FAO na região andina, procurando valorizar as produções locais dentro do organismo e romper com as limitações da organização, derivadas dos interesses das grandes potências em manter o Sistema Alimentar Neoliberal.

Suas ações sociais e econômicas, proporcionaram o congelamento de vínculos com os Estados Unidos, devido a sua atuação ir na direção contrária aos interesses das multinacionais norte-americanas. Por outro lado, manteve boas relações com a maioria dos países da América Latina, em especial com os governos de esquerda, lutando pela cooperação do Sul Global e pela valorização das tradições indígenas.

O modelo de gestão de Evo teve como objetivo declarado acabar com a exclusão dos camponeses e trabalhadores rurais, promovendo a abertura de espaços de fala para as populações indígenas, incluindo-as em diversas esferas de poder para elaborar, em conjunto,

políticas que garantissem os direitos das comunidades e a valorização dos costumes originários. Através deste renascimento, houve a intensificação do cultivo das tradições indígenas no dia a dia de todos os grupos sociais, fortalecendo uma realidade na qual tanto os camponeses como as elites consomem alimentos locais, frequentam feiras e mercados de produtores rurais, celebram festas indígenas e cultivam as músicas, artes e demais tradições em seu cotidiano, mesmo que inconscientemente.

Considerando este histórico, apesar dos mandatos de Evo Morales terem tido alguns problemas internos, assim como qualquer outro governo, é inevitável reconhecer os resultados econômicos, sociais e políticos que suas ações tiveram, proporcionando ao país uma posição de destaque no continente. A nova Constituição implementada trouxe avanços e conquistas fundamentais para a Bolívia, promovendo uma maior autonomia da região em diferentes níveis, além do reconhecimento constitucional do sujeito “indígena originário camponês”, o qual foi incluído na estrutura estatal e no âmbito público-político, auxiliando na construção de um Estado Plurinacional. Além disso, Evo possibilitou a redução de brechas da desigualdade e o avanço em matéria de equidade de gênero, através de políticas para a igualdade de oportunidades e da garantia da presença paritária das mulheres em todos os níveis dos órgãos legislativos.

Como apresentado na obra de Boaventura de Souza Santos (2019), sua queda resultou de um golpe de Estado, fruto de um plano de diversos componentes bem sincronizados entre as elites locais e o imperialismo norte-americano. Os Estados Unidos, insatisfeitos com o surgimento de um modelo que ia contra aos seus interesses econômicos e alimentares, tentou agir em conjunto com as elites, assim como havia feito anteriormente no Brasil e no Equador, visando a permanência de seus interesses e a manutenção do Sistema Alimentar Neoliberal, além de tentar neutralizar as ações da China na região andina. Apesar deste esforço, após um pequeno período de instabilidade, o MAS unido a força dos movimentos indígenas e camponeses conseguiu recuperar o poder elegendo Luis Arce, ex-ministro da economia de Morales, como novo presidente, dando continuidade e aprofundando as ações realizadas no período anterior.

Como efeitos destas políticas alimentares e econômicas da Bolívia, além da melhora dos índices sociais e econômicos nacionais já mencionados, as transformações bolivianas estimularam o surgimento de novas políticas nos países vizinhos, focadas na valorização dos recursos locais e na construção de um desenvolvimento independente da região. Em inspiração, os movimentos indígenas e camponeses se fortaleceram e passaram a intensificar as suas lutas, iniciando uma nova onda de governos nos países andinos. Este ressurgimento

de mandatos de esquerda, está formando uma nova correlação de forças com Boric no Chile, Arce na Bolívia, Castillo no Peru e Petro na Colômbia, podendo originar em um futuro breve a retomada de um projeto de integração dos povos do nosso continente, superando as suas diferenças e trabalhando em conjunto para a construção de uma soberania alimentar, baseada nas produções locais e no respeito aos valores e cultivos tradicionais andinos.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho pretendeu compreender como a Soberania e a Segurança Alimentar estão sendo construídas nas diversas realidades andinas, investigando quais as alternativas ao Sistema Neoliberal que têm surgido na região, através da força dos movimentos camponeses e da valorização do modo de viver e produzir indígena. Neste sentido, procurou-se analisar quais foram os elementos que permitiram que ao longo do governo de Evo Morales fosse desenvolvido, na Bolívia, um novo sistema econômico, baseado em uma produção alimentar comunitária, inclusiva, sustentável, ecológica e respeitosa às diversas culturas originárias e ao meio ambiente.

O mapeamento inicial dos povos andinos pré colombianos possibilitou refletir sobre as diversas lições deixadas pelas comunidades andinas e a sua relevância para a transformação do modo de produção alimentar atual. Como principais elementos, se destacam a importância de uma ética ecológica, os princípios de relacionalidade e reciprocidade, a organização solidária, o respeito à natureza e a consciência de uma ecologia profunda e integral.

A chegada dos colonizadores e o desenvolvimento do capitalismo na região, afetaram a organização dos povos originários, desorganizando os sistemas alimentares existentes em prol dos interesses capitalistas das grandes nações. Em consequência, houve a intensificação da fome, fenômeno praticamente inexistente na região, e a propagação das desigualdades, promovendo um modelo de produção, distribuição e consumo alimentar baseado nos interesses externos.

Analisando as ações da FAO na região, notou-se que a organização vive presa em uma contradição de sua própria natureza, na qual os interesses das grandes nações se contrapõem com as ideias dos Estados em desenvolvimento, prejudicando a ocorrência de mudanças estruturais que rompam com o Sistema de Produção defendido pelos norte-americanos e europeus. Como reflexo, nos países andinos a FAO busca auxiliar na construção de políticas alimentares fundamentadas na valorização da diversidade e na produção local, no entanto, mantém-se presa a promover a internacionalização dos produtos e a permanência do modo de produção neoliberal, tendo dificuldades em realizar mudanças profundas.

Por outro lado, durante o período estudado, os movimentos sociais fortaleceram as suas lutas de transformação, unindo-se através da Via Campesina para garantir os direitos de camponeses e indígenas e construir uma soberania alimentar em harmonia com as diversidades e costumes locais. Como consequência, sua atuação tem provocado mudanças

na região, permitindo a ascensão de novos governos ligados às causas indígenas e camponesas, dando voz a novos atores e enfrentando as elites dominantes da região.

Como caso de destaque, a Bolívia, durante o governo do MAS, conseguiu desenvolver uma alternativa ao Sistema Neoliberal de produção, com políticas econômicas e alimentares baseadas na garantia dos direitos indígenas e no cultivo de tradições dos povos originários. O seu novo modelo econômico unificou a busca pelo desenvolvimento da nação e a valorização da cultura e dos princípios indígenas, construindo um Estado Plurinacional e uma economia mista, dando voz aos camponeses e possibilitando a sua participação em todas as esferas do governo.

Através dos dados coletados, durante a análise comparativa acerca de aspectos sociais, políticos e culturais, percebeu-se que a Bolívia se diferenciou dos demais países andinos devido a ter sido o único em que houve a histórica eleição de um presidente indígena e representante de um partido rural, permitindo uma duradoura união com os movimentos camponeses, baseada principalmente na identificação étnica. A estreita relação permitiu uma forte resistência contra as elites bolivianas, defensoras da manutenção do sistema neoliberal e de suas desigualdades, e incentivou a valorização da cultura indígena e do modo de produção dos povos originários em diversos ambientes.

Este renascimento boliviano abriu espaço para o início de uma mudança na América Latina, baseada na valorização das diversidades e riquezas da região, e na busca pela construção de uma soberania alimentar que promova a autonomia dos povos e a união das culturas em prol de uma sociedade mais sustentável, igualitária, coletiva e ecológica.

## REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016. Disponível em: <https://base.socioeco.org/docs/bemviver.pdf>. Acesso em: 14 set. 2022.

AFP. O Governo Chávez agora determina dieta dos venezuelanos. **G1**, nov. 2011. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia-e-negocios/noticia/2010/11/governo-chavez-agora-determina-dieta-dos-venezuelanos.html> Acesso em: 03 set. 2022.

ALTO, Hervé. Un partido campesino en el poder, Una Mirada sociológica del MAS boliviano. **Nueva Sociedad** N. 234, jul-ago 2011. Disponível em: <https://biblat.unam.mx/hevila/Nuevasociedad/2011/no234/8.pdf> Acesso em: 28 ago. 2022.

ALVAREZ, Maurício. Colômbia: mídia polariza e tenta criar ambiente de medo para impedir vitória de Petro. **Diálogos do Sul**, São Paulo, 23 mar. 2022. Disponível em: <https://dialogosdosul.operamundi.uol.com.br/eleicoes-na-colombia-22/73759/colombia-midia-polariza-e-tenta-criar-ambiente-de-medo-para-impedir-vitoria-de-petro>. Acesso em: 03 set. 2022.

ALVERNAZ, Mariana. A força das mulheres no Chile: a elaboração da primeira Constituinte com paridade de gênero do mundo. **Revista 180, Narrativas femininas**, 2021. Disponível em: <https://revistaumitozero.com.br/a-forca-das-mulheres-no-chile-a-elaboracao-da-primeira-constituente-com-paridade-de-genero-do-mundo/> Acesso em: 27 ago. 2022.

ANGULO, Julia. Indicadores e políticas de segurança alimentar e nutricional no Brasil e no Peru. **Locus UFV**, Viçosa, 2014. Disponível em: <https://www.locus.ufv.br/bitstream/123456789/2943/1/texto%20completo.pdf> . Acesso em: 01 set. 2022.

AQUINO, Marco; ROCHABRUN, Marcelo. Pedro Castillo, da infância no campo à Presidência do Peru. **O Globo**, 28 de jul. de 2021. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/pedro-castillo-da-infancia-no-campo-presidencia-do-peru-25130238> Acesso em: 03 set. 2022.

ARRUTI, José. Direitos étnicos no Brasil e na Colômbia: notas comparativas sobre hibridização, segmentação e mobilização política de índios e negros. **Horizontes Antropológicos**, v.6 n.14, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/FxfqPgMpjjiSQtfRQKWqf9t/?lang=pt> Acesso em: 28 ago. 2022.

ASOCIACIÓN NACIONAL DE ZONAS DE RESERVA CAMPESINA; Objeto Social. **Asociación Nacional de Zonas de Reserva Campesina**. [s.d.] Disponível em: <https://anzorc.com/quienes-somos.php> . Acesso em: 14 set. 2022.

BARTOLINA SISA. Quiénes somos. **Bartolina Sisa**. [s.d.] Disponível em: <https://www.bartolinasisa.org/quienes-somos/> . Acesso em: 14 set. 2022.

BELLO, Luis; CASTRO, Vladimir. El Mundo Indígena 2022: Venezuela. **IWGIA** 12 mai. 2022. Disponível em: <https://iwgia.org/es/venezuela/4799-mi-2022-venezuela.html> Acesso em: 28 ago. 2022.

BOLÍVIA. Sistema Nacional de Radios de los Pueblos Originarios, [s.d], Disponível em: <http://www.rpo.bo/es/lista-de-rpos> . Acesso em: 15 set. 2022.

BOLÍVIA. Constitución Política del Estado de 2009. Bolívia. Disponível em: [https://www.oas.org/dil/esp/constitucion\\_bolivia.pdf](https://www.oas.org/dil/esp/constitucion_bolivia.pdf) . Acesso em: 15 set. 2022.

BOLÍVIA. Decreto Supremo Nº 29.272/2007, de 12 de setembro de 2007. Plan Nacional de Desarrollo. Bolívia. Disponível em: [https://siteal.iiep.unesco.org/sites/default/files/sit\\_accion\\_files/bo\\_0255.pdf](https://siteal.iiep.unesco.org/sites/default/files/sit_accion_files/bo_0255.pdf) . Acesso em 14 set. 2022.

BOLÍVIA. El Nuevo Modelo Económico, Social, Comunitario y Productivo, setembro de 2011. Economía Plural. Disponível em: [https://medios.economiayfinanzas.gob.bo/MH/documentos/Materiales\\_UCS/Revistas/Revista\\_01.pdf](https://medios.economiayfinanzas.gob.bo/MH/documentos/Materiales_UCS/Revistas/Revista_01.pdf) . Acesso em: 16 set. 2022.

BRAUDEL, Fernand. A dinâmica do capitalismo. Tradução: Álvaro Cabral. Rio de Janeiro, Rocco, 1987.

BURCH, David & LAWRENCE, Geoffrey. Towards a third food regime: behind the transformation. **Agricultural Human Values**, no 26, pg. 267 – 279, 2009.

CARDENAS, Maritza. Cultura Mochica, pre-Inca en el norte peruano. **Sobre Peru**, 11 set 2009. Disponível em: <https://sobre-peru.com/2009/09/11/cultura-mochica-pre-inca-en-el-norte-peruano/> Acesso em: 22 jun. 2022.

CARDOSO, Jessica. Entenda o que muda no Chile com a possível nova Constituição. **Poder 360**, 2022. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/internacional/entenda-o-que-muda-no-chile-com-a-possivel-nova-constituicao/> . Acesso em: 27 ago. 2022.

CARMO, Maria. Gabriel Boric: quem é o ex-líder estudantil eleito presidente do Chile aos 35 anos. **BBC**, Buenos Aires, 12 dez. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-59606543>. Acesso em: 04 set. 2022.

CARTA DE LOS PUEBLOS POR EL DERECHO A LA ALIMENTACIÓN, Lima, 2017. Disponível em: <https://www.movimientos.org/sites/default/files/11398.pdf> . Acesso em: 14 set. 2022.

CASTRO, Josué. **Geopolítica da fome**: ensaio sobre os problemas de alimentação e população do mundo. 5.ed. São Paulo: Brasiliense, 1959, 2 vols.

CINEMA do Equador desponta com foco em imigração e ajuda do governo. **BBC News**, 27 dez. 2010. Disponível em:

[https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2010/12/101227\\_equador\\_migracao\\_cinema\\_cc](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2010/12/101227_equador_migracao_cinema_cc). Acesso em: 05 set. 2022.

CHILE. Constitución Política de la República de Chile de 1980. Chile. Disponível em: [https://siteal.iiep.unesco.org/sites/default/files/sit\\_accion\\_files/constitucion.pdf](https://siteal.iiep.unesco.org/sites/default/files/sit_accion_files/constitucion.pdf). Acesso em: 16 set. 2022.

CHILE, Propuesta: Constitución Política de la República de Chile de 2022. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2022/07/Texto-Definitivo-CPR-2022-Tapas.pdf>. Acesso em: 04 set. 2022.

COLOMBIA. Constitución Política de la República de Colombia. Colombia. Disponível em: [https://siteal.iiep.unesco.org/sites/default/files/sit\\_accion\\_files/siteal\\_colombia\\_2000.pdf](https://siteal.iiep.unesco.org/sites/default/files/sit_accion_files/siteal_colombia_2000.pdf). Acesso em: 16 set. 2022.

COMEÇA no Chile XV Mostra de Cinema Indígena. Pátria Latina, uma voz a serviço da integração dos povos, 19 jun. 2021. Disponível em: <https://patrialatina.com.br/comeca-no-chile-xv-mostra-de-cinema-indigena/> Acesso em: 07 set. 2022.

COMEGNA, Maria. Comunidades locais e conhecimentos tradicionais na Bolívia. **Diálogos**, v.10, n.3, 2006. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/38971> . Acesso em: 04 set. 2022.

CONFEDERACIÓN DE PUEBLOS Y ORGANIZACIONES INDÍGENAS CAMPESINAS DEL ECUADOR. Quiene somos. **Confederación de Pueblos y Organizaciones Indígenas Campesinas del Ecuador**. [s.d.] Disponível em: <https://confederacionfei.org/organizacion/> . Acesso em: 14 set. 2022.

CONFEDERACIÓN NACIONAL AGRÁRIA. Agricultura sostenible y Soberanía Alimentaria. **CNA**. [s.d.] Disponível em: <https://www.cna.org.pe/nuestro-trabajo-agricultura-sostenible-y-soberania-alimentaria/> . Acesso em: 14 set. 2022.

CONFEDERACIÓN NACIONAL DE ORGANIZACIONES CAMPESINAS INDIGENAS Y NEGRAS. Quienes somos. **FENOCIN**. [s.d.] Disponível em: <https://www.fenocin.org/sample-page/#:~:text=Somos%20una%20Confederaci%C3%B3n%20Nacional%20de,a%C3%B1os%20de%20vida%20y%20lucha>. Acesso em: 14 set. 2022.

CONFEDERACIÓN NACIONAL SINDICAL CAMPESINA DEL AGRO Y PUEBLOS ORIGINARIOS [s.d.]. Disponível em: <http://confederacionranquil.cl/#> Acesso em: 16 set. 2022.

CONFEDERACIÓN SINDICAL ÚNICA DE TRABAJADORES CAMPESINOS DE BOLIVIA. Quiénes Somos. **Confederación Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Bolivia**. [s.d.] Disponível em: <http://www.csutcb.org/quienes-somos/>. Acesso em: 14 set. 2022.

COORDINADOR NACIONAL AGRARIO DE COLOMBIA . Quienes somos. **Coordinador Nacional Agrario de Colombia**. [s.d.] Disponível em: <https://www.cna-colombia.org/quienes-somos/> . Acesso em: 14 set. 2022.

COSTA, Lício Romero. A importância da figura de Tupac Katari para os movimentos sociais indígenas bolivianos na segunda metade do século XX. XXVI Seminário Nacional de História, 2011. São Paulo. **Anais.São Paulo: Associação Nacional de História**, 2011. Disponível em: [http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300935683\\_ARQUIVO\\_ArtigoANPUH\\_Nacional2011-LicioRomeroCosta.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300935683_ARQUIVO_ArtigoANPUH_Nacional2011-LicioRomeroCosta.pdf). Acesso em: 24 ago. 2022.

CUNHA, Daniela. Desafios do combate à fome: um Estudo Crítico da Atuação da FAO. **Repositório Universidade Federal de Dourados**, Dourados, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/bitstream/prefix/3264/1/DanielaMaiaCunha.pdf> Acesso em: 25 jul. 2022

DIAS, Atos; SANTANA, Jenifer. Sessenta anos do Programa Mundial de Alimentos: uma análise histórica da Política de Assistência Alimentar Internacional. **Repositório Digital Institucional UFPR, Conjuntura Global**, v.10, n 2, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/conjglobal/article/view/80599/45285> . Acesso em: 14 ago. 2022.

DRUC, Isabelle C. Ceramic Diversity in Chavín De Huantar, Peru. **Latin American Antiquity**, 20 jan. 2017, pg. 344 - 363. doi: <https://dx.doi.org/10.2307%2F4141578>

DUVAL, Fábio. Os movimentos e povos indígenas e a politização da etnicidade na Bolívia e no Peru: etnogêneses às esquerdas no poder. **Repositório UNB**, 2014. Disponível em: [https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/17294/1/2014\\_FabioAmarodaSilveiraDuval.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/17294/1/2014_FabioAmarodaSilveiraDuval.pdf) Acesso em: 01 set. 2022.

ECUADOR. Constitución de la República del Ecuador de 2008. Ecuador. Disponível em: [https://siteal.iiep.unesco.org/sites/default/files/sit\\_accion\\_files/siteal\\_ecuador\\_6002.pdf](https://siteal.iiep.unesco.org/sites/default/files/sit_accion_files/siteal_ecuador_6002.pdf) . Acesso em: 16 set. 2022.

ESTRELLA, Eduardo, Plantas alimentícias prehispánicas, **Museo Nacional de Historia de la Medicina**, Ecuador, 1994. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Montserrat-Rios/publication/283122716\\_Las\\_plantas\\_y\\_el\\_hombre\\_Memorias\\_del\\_Primer\\_Simposio\\_Ecuatoriano\\_de\\_Etnobotanica\\_y\\_Botanica\\_Economica/links/562bc7a608ae518e3480fffd/Las-plantas-y-el-hombre-Memorias-del-Primer-Simposio-Ecuatoriano-de-Etnobotanica-y-Botanica-Economica.pdf#page=290](https://www.researchgate.net/profile/Montserrat-Rios/publication/283122716_Las_plantas_y_el_hombre_Memorias_del_Primer_Simposio_Ecuatoriano_de_Etnobotanica_y_Botanica_Economica/links/562bc7a608ae518e3480fffd/Las-plantas-y-el-hombre-Memorias-del-Primer-Simposio-Ecuatoriano-de-Etnobotanica-y-Botanica-Economica.pdf#page=290) . Acesso em: 22 jun. 2022.

FEDERACIÓN NACIONAL DE TRABAJADORES AGROINDUSTRIALES, CAMPESINOS E INDÍGENAS LIBRES DEL ECUADOR. Início. Federación Nacional de Trabajadores Agroindustriales, Campesinos e Indígenas Libres del Ecuador. [ s.d.] Disponível em: <https://feunassc.com/> . Acesso em: 16 set. 2022.

FIGUEIREDO, Nicole; PAULA, Nilson. A soberania alimentar no contexto do regime alimentar neoliberal: um diálogo com a literatura. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, v.10,n.19, 2021. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/view/13051> Acesso em: 25 de jul. 2022

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). **Año Internacional de la Quinoa 2013.** 2013a. Disponível em: <https://www.fao.org/quinoa-2013/what-is-quinoa/distribution-and-production/es/> Acesso em: 11 set. 2022.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). **Evo Morales, nombrado El Embajador Especial de la FAO para el Año Internacional de la Quinoa.** 2013b. Disponível em: <https://www.fao.org/americas/noticias/ver/pt/c/229643/> . Acesso em: 20 ago. 2022.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). **Se inicia estudio exploratorio para la investigación entre países productores de quinua y otros granos andinos.** 2013c. Disponível em: <https://www.fao.org/bolivia/noticias/detail-events/es/c/231143/> . Acesso em: 16 set. 2022.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). **Organizaciones productoras de semillas certificadas de papa amarilla son reconocidas por la calidad de sus semillas.** 16 abr. 2014a. Disponível em: <https://www.fao.org/peru/noticias/detail-events/es/c/232063/> . Acesso em: 15 set. 2022.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). **Agricultura Familiar conserva la biodiversidad y blinda al mundo contra el hambre.** 19 jun. 2014b. Disponível em: <https://www.fao.org/peru/noticias/detail-events/es/c/236775/> . Acesso em: 15 set. 2022.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). **La FAO participa del Simposio Internacional de la Agricultura Familiar Comunitaria para la Soberanía Alimentaria.** 01 set. 2014c. Disponível em: <https://www.fao.org/bolivia/noticias/detail-events/es/c/242912/>. Acesso em: 19 set. 2022.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). **FAO y Gobierno de Chile se comprometen con el desarrollo de la agricultura familiar.** 16 out. 2014d. Disponível em: <https://www.fao.org/chile/noticias/detail-events/es/c/260916/> . Acesso em: 15 set. 2022.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). **América Latina y el Caribe lanza el Año Internacional de los suelos.** 04 dez. 2014e. Disponível em: <https://www.fao.org/colombia/noticias/detail-events/es/c/271092/> . Acesso em: 11 set. 2022.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). **Año Internacional de la Agricultura Familiar 2014 generó un impacto profundo en América Latina y el Caribe.** 30 dez. 2014f. Disponível em: <https://www.fao.org/colombia/noticias/detail-events/es/c/273810/>. Acesso em: 11 set. 2022.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). **Bolivia aprueba Ley de Alimentación Escolar como parte de su estrategia para alcanzar la seguridad alimentaria con soberanía.** 13 fev. 2015a. Disponível em: <https://www.fao.org/bolivia/noticias/detail-events/es/c/277500/> . Acesso em: 15 set. 2022.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). **Perú: Cooperación Sur-Sur apoyará sector algodonero promoviendo competitividad y sostenibilidad en agricultura**

**familiar.** 30 jun. 2015b. Disponível em:  
<https://www.fao.org/peru/noticias/detail-events/es/c/296668/> . Acesso em: 15 set. 2022.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). **La ONU lanza el Año Internacional de las Legumbres: protagonismo para frijoles, lentejas y garbanzos.** 11 nov. 2015c. Disponível em:  
<https://www.fao.org/colombia/noticias/detail-events/es/c/343829>. Acesso em: 11 set. 2022.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). **Se realiza la fase presencial del Programa de Derechos Humanos y Seguridad Alimentaria.** 2015d. Disponível em:  
<https://www.fao.org/bolivia/noticias/detail-events/es/c/357347/> . Acesso em: 07 set. 2019.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). **FAO Ecuador participará en el Salón del Chocolate 2016 con el proyecto “Conservación y Buen Vivir en Napo.** 15 jun. 2016a. Disponível em: <https://www.fao.org/ecuador/noticias/detail-events/es/c/418866/> . Acesso em: 15 set. 2022.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). **FAO Ecuador integra la nueva Red Andina de Productores de Quinoa.** 13 jul. 2016b. Disponível em:  
<https://www.fao.org/ecuador/noticias/detail-events/es/c/425541/> . Acesso em: 15 set. 2022.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). **El Gobierno del Ecuador y la FAO impulsan la investigación científica del Chocho.** 17 nov. 2016c. Disponível em:  
<https://www.fao.org/ecuador/noticias/detail-events/es/c/453499> . Acesso em: 15 set. 2022.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). **Desde las altas montañas de América Latina a las mesas de todo el mundo.** 20 dez. 2016d. Disponível em:  
<https://www.fao.org/americas/noticias/ver/es/c/461684/> . Acesso em: 15 set. 2022.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). **Países andinos instituyen el Centro Internacional de la Quinoa en Bolivia.** 12 jul. 2017a. Disponível em:  
<https://www.fao.org/bolivia/noticias/detail-events/es/c/424933/> . Acesso em: 15 set. 2022.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). **Mano a Mano, una iniciativa para acelerar la transformación agrícola.** 31 jul. 2017b. Disponível em:  
<https://www.fao.org/ecuador/noticias/detail-events/es/c/1301284/> . Acesso em: 15 set. 2022.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). **Ecuador avanza firme hacia el Hambre Cero con las Guías Alimentarias.** 19 out. 2018a. Disponível em:  
<https://www.fao.org/ecuador/noticias/detail-events/es/c/1158538/> . Acesso em: 15 set. 2022

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). **Asamblea Nacional aprueba por unanimidad la Ley de Alimentación Escolar.** 13 fev. 2020a. Disponível em:  
<https://www.fao.org/ecuador/noticias/detail-events/es/c/1261547/> . Acesso em: 15 set. 2022.7

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). **Las compras públicas locales: una oportunidad para dar garantías a los pequeños productores frente a la pandemia.** 17 abr. 2020b. Disponível em:  
<https://www.fao.org/colombia/noticias/detail-events/es/c/1272711/> . Acesso em: 15 set. 2022.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). **El abastecimiento de alimentos en tiempos de Covid-19.** 21 abr. 2020c. Disponível em: <https://www.fao.org/colombia/noticias/detail-events/es/c/1272157/> . Acesso em: 15 set. 2022.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). **Los Supermercados de Alimentos de la Agricultura Familiar surgen para abastecer de alimentos a la población.** 21 abr. 2020d. Disponível em: <https://www.fao.org/bolivia/noticias/detail-events/es/c/1272190/> . Acesso em: 15 set. 2022.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). **La ley de compras públicas, una luz para la agricultura campesina familiar.** 22 out. 2020e. Disponível em: <https://www.fao.org/colombia/noticias/detail-events/es/c/1320020/> . Acesso em: 15 set. 2022.

FÓRUM MUNDIAL SOBRE SOBERANIA ALIMENTA, Declaração Final: Pelo direito dos povos a produzir, alimentar-se e a exercer sua soberania alimentar, Havana, Cuba, 2001. Disponível em <http://neaep.blogspot.com/2010/01/conceito-de-soberania-alimenta.html>. Acesso em: 20 ago. 2022.

FREITAS, Marcos. Bolívia: cultura, política e protagonismo indígenas (anos 2000). Periódicos UFES, **Revista Ágora**, Vitória, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/agora/article/view/6083/4429> Acesso em: 24 ago. 2022.

FRIEDMANN, Harriet & McMICHAEL, Philip. Agriculture and the state system: The rise and decline of national agricultures, 1870 to the present. **Sociologia Ruralis**, Vol. XXIX-2, 1989.

FRIEDMANN, Harriet. The political Economy of Food: a global crisis. **New Left review**, no 197: pg. 29-57. Janeiro, 1993.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. São Paulo: L&PM, 2010. Tradução: Sérgio Faraco.

GIOVANI, Mairon. Música andina, as Cholitas e o Carnaval boliviano. **Mairon pelo Mundo**, 12 dez. de 2015. Disponível em: <https://maironpelomundo.com/2015/12/12/musica-andina-as-cholitas-e-o-carnaval-boliviano/#:~:text=Na%20m%C3%BAstica%2C%20h%C3%A1%20elementos%20caracteristicamente,Idade%20M%C3%A9dia%20e%20trazidas%20aqui> . Acesso em: 05 set. 2022.

GOLDFARB, Yasmin. A agricultura a partir do neoliberalismo: financeirização, poder corporativo e as ameaças à soberania alimentar. **Seminário Terra alimento e liberdade**, 2012. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/agraria/article/view/82744>. Acesso em 30 jul. 2022.

GONZÁLEZ, Ana. Como artistas podem ajudar as comunidades. **C&América Latina**, 20 nov. 2020. Disponível em: <https://amlatina.contemporaryand.com/pt/editorial/eliana-muchachasoy-chindoy/>. Acesso em: 06 set. 2022.

GOODMAN, David; REDCLIFT, Michael. **Refashioning Nature: Food, Ecology and Culture**. Ed. Routledge, 1991. Cap 1: Food into freezers: women into factories.

GUMUCIO, Alfonso. Peru: Soberania Audiovisual. **Diálogos do Sul**, 22 dez. 2017. Disponível em: <https://dialogosdosul.operamundi.uol.com.br/permalink/52825>. Acesso em: 05 set. 2021.

HEISS, Cláudia. A América Latina em erupção: a refundação do Chile. Fundação FHC, 4 nov. 2021. Disponível em: <https://medium.com/funda%C3%A7%C3%A3o-fhc/a-am%C3%A9rica-latina-em-erup%C3%A7%C3%A3o-a-refunda%C3%A7%C3%A3o-do-chile-589a2936e132> . Acesso em: 03 set. 2022.

HISTÓRIA. Costumes e tradições da Venezuela. Cultura Mix, 2019. Disponível em: <http://cultura.culturamix.com/historia/costumes-e-tradicoes-da-venezuela> . Acesso em: 07 set. 2022.

JARDIM, Cláudia. Chávez o militar socialista que transformou a Venezuela. **BBC**, 5 mar. 2013. Disponível em: [https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/03/130103\\_obituario\\_chavez\\_cj](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/03/130103_obituario_chavez_cj) Acesso em: 03 set. 2022.

JEFFERSON, Teresa. Uma breve introdução à música e dança tradicionais da Bolívia. **Your trip agent, ja**. 2022. Disponível em: <https://pt.yourtripagent.com/8642-brief-introduction-to-bolivia-s-traditional-music-and-dance> . Acesso em: 05 set. 2022.

KA-RIBAS, Wanderson. Resistência, valorização e resgate da tradição cultural andina. **Dossiê América Latina**, v.10, n13, 2008. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria/article/view/944/913> . Acesso em: 22 jun. 2022.

LA cerámica en el Perú. Ser peruano, 24 out. 2013. Disponível em: <https://www.serperuano.com/2013/10/la-ceramica-en-el-peru/> . Acesso em: 05 set. 2022.

LAZZARI, Francini; SOUZA, Silva. Revolução Verde: Impacto sobre os conhecimentos tradicionais. **Congresso Internacional de Direitos e Contemporaneidade, Mídias e Direitos da Sociedade em Rede**. Santa Maria, nov 2017. Disponível em: <http://coral.ufsm.br/congressodireito/anais/2017/4-3.pdf> . Acesso em: 25 jul. 2022.

LESSA, Natalie. Novo Constitucionalismo latino-americano e soberania alimentar: Reflexões sobre o Brasil, Equador e Bolívia. **Repositório UFBA**, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/28164/1/NATALIE%20COELHO%20LESSA.pdf> Acesso em: 17 ago 2022.

LIMA, Thiago; DIAS, Atos. A ajuda alimentar internacional dos EUA: política externa, interesses econômicos e assistência humanitária. **Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais**, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rppi/article/download/28137/16010/66954>. Acesso em: 13 ago. 2022

LONGSDON, Bryanna. Cultura, **Ecuador Span**, 2013. Disponível em: <https://ecuador-span322.weebly.com/aspectos-culturales.html> . Acesso em: 05 set. 2022.

MAZIERO, Dalton. O conceito de Sagrado- sincretismo entre os aymaras. **Arqueologia Americana**, 24 fev. 2010. Disponível em: [http://www.arqueologiamericana.com.br/artigos/artigo\\_05.htm#:~:text=A%20hist%C3%B3ria%20dos%20aymaras%20est%C3%A1,melhores%20condi%C3%A7%C3%B5es%20para%20sua%20sobreviv%C3%Aancia](http://www.arqueologiamericana.com.br/artigos/artigo_05.htm#:~:text=A%20hist%C3%B3ria%20dos%20aymaras%20est%C3%A1,melhores%20condi%C3%A7%C3%B5es%20para%20sua%20sobreviv%C3%Aancia). Acesso em: 22 jun. 2022.

MAZIERO, Dalton. Pachamama. **Arqueologia Americana**, 28 dez. 2009. Disponível em: <http://arqueologiamericana.blogspot.com/2009/12/pachamama.html>. Acesso em: 22 jun. 2022.

McMICHAEL, Philip. **Regimes alimentares e questões agrárias**. Estudos Camponeses e Mudança Agrária. Tradução: Sonia Midori. São Paulo; Porto Alegre: Editora Unesp e Editora UFRGS. 1o ed., 2016.

MOVIMIENTO RÍOS VIVOS. [s.d.] Disponível em: <https://riosvivoscolombia.org/quienes-somos/movimiento-rios-vivos/> . Acesso em: 14 set. 2022.

MÚSICA, Peruana: Conheça ritmos e instrumentos típicos. Machu Picchu viagens, 19 fev. 2020. Disponível em: <https://blog.viagensmachupicchu.com.br/musica-peruana-conheca-ritmos-e-instrumentos-tipicos/> . Acesso em: 05 set 2022.

NALVARTE, Paola. Rádio e televisão públicas do Peru lançam terceiro programa de notícias apresentado em língua indígena. **LatAm Journalism Review**, 21 nov. 2018. Disponível em: <https://latamjournalismreview.org/pt-br/articles/radio-e-televisao-publicas-do-peru-lancam-terceiro-programa-de-noticias-apresentado-em-lingua-indigena/> . Acesso em: 05 set 2022.

NORMAN. Derrick, 6 Artistas Contemporâneos Do Equador Que Você Precisa Conhecer. **Your Trip agent**, jan 2022. Disponível em: <https://pt.yourtripagent.com/8349-6-ecuadorian-contemporary-artists-you-need-to-keep-an-eye-on> . Acesso em: 05 set. 2022.

NUÑEZ, Fabian. Panorama histórico do cinema chileno: do silencioso ao contemporâneo (segunda parte). **RUA**, 15 set. 2010. Disponível em: <https://www.rua.ufscar.br/panorama-historico-do-cinema-chileno-do-silencioso-ao-contemporaneo-segunda-parte/> Acesso em : 07 set. 2022.

OLIVEIRA, Jacqueline. América do Sul-Chile: conheça os principais artistas da música Chilena. **Cultect**, 23 jan. 2018a. Disponível em: <http://cultetc.com/2018/01/23/america-do-sul-chile-conheca-os-principais-artistas-da-musica-chilena/> . Acesso em: 07 set. 2022.

OLIVEIRA, Jaqueline. América do Sul- Peru e Bolívia: músicas, artistas e bandas. **Cultect**, 06 fev. 2018b. Disponível em: <http://cultetc.com/2018/02/06/america-do-sul-conheca-os-artistas-da-musica-peruana-e-bolivia/> . Acesso em: 05 set. 2022.

OLIVEIRA, Jaqueline. Uma explosão de musicalidade, amor e inspiração: Colômbia. **Cultetc**, 27 mar. 2018c. Disponível em: <https://cultetc.com/2018/03/27/uma-explosao-de-musicalidade-amor-e-inspiracao-colombia/>. Acesso em: 06 set. 2022.

PAIXÃO, Mayara. Arte e cultura marcam novas lutas do povo mapuche no Chile, **Brasil de fato**, 15 mar. 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/03/07/arte-e-cultura-marcam-novas-lutas-do-povo-mapuche-no-chile>. Acesso em: 07 set. 2022.

PERU. Constitución Política del Perú de 1993. Peru. Disponível em: [https://www.oas.org/juridico/spanish/per\\_res17.pdf](https://www.oas.org/juridico/spanish/per_res17.pdf). Acesso em: 16 set. 2022.

PERU. Ministério da Cultura. La civilización Caral y su trascendencia en el contexto cultural mundial, [s.d.] Disponível em: <https://www.zonacaral.gob.pe/caralperu/civilizacion/civilizacionmundial.html>. Acesso em: 24 jun. 2022.

PINHEIRO, Anelise; CARVALHO, Denise. Estado e mercado: adversários ou aliados no processo de implementação da Política Nacional de Alimentação e Nutrição? Elementos para um debate sobre medidas regulatórias. **Saúde Soc.** São Paulo, v.17, n.2, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/YN7pXGhb93CVBfpgfh5jh5h/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 jul. 2022.

PITA, Rute. O cinema de Jorge Sanjinés e a revolução indígena na Bolívia. **Brasil de Fato**, 29 dez. 2017. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/12/29/o-cinema-de-jorge-sanjines-e-a-revolucao-indigena-na-bolivia>. Acesso em: 05 set. 2022.

PRIMEIRO, filme venezuelano em língua indígena estreia em 2015. **Portal Vermelho**, 31 dez. 2014. Disponível em: <https://vermelho.org.br/2014/12/31/primeiro-filme-venezuelano-em-lingua-indigena-estrela-em-2015/>. Acesso em: 07 set. 2022.

PROTZEN, Jean; NAIR, Stella. Las piedras de Tiahuanaco: Arquitectura y construcción de un centro megalítico andino. **Fondo Editorial de la PUCP**, 19 abr. 2016.

PUEBLOS. indígenas: las voces de Colombia en sus emisoras comunitarias. **Radio Nacional de Colombia**, 23 ago. 2019. Disponível em: <https://www.radionacional.co/cultura/pueblos-indigenas-las-vozes-de-colombia-en-sus-emisoras-comunitarias>. Acesso em: 06 set 2022.

QUIJANO, Aníbal, Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. En A colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais. **Perspectivas latino-americanas**, Buenos Aires, 2005. Disponível em: [http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12\\_QUIJANO.pdf](http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_QUIJANO.pdf). Acesso em: 05 jun. 2022.

QUIPUS Podcast Andino produzido em português para desfazer os nós da desinformação. **Bolívia Cultural**, 15 mar. 2022. Disponível em: <https://www.boliviacultural.com.br/noticia/quipus-podcast-andino-produzido-em-portugues-para-desfazer-os-nos-da-desinformacao> . Acesso em: 05 set. 2022.

RADIOS de las nacionalidades indígenas del Ecuador. **CEPPAS**, 6 jun. 2016. Disponível em: <https://ceppas.org.ar/documentos/radios-de-las-nacionalidades-indigenas-del-ecuador/>. Acesso em: 05 set. 2022.

ROSSET, Peter; MARTINEZ, Maria Elena. Soberanía: reclamo mundial. **Ecofronteras**, 2014, vol.18, n. 51, pp.8-11.

SANTOS, Boaventura. Evo Morales: a história o absolverá. **Mídia Ninja**, 04 dez. 2019. Disponível em: <https://midianinja.org/boaventurasousasantos/evo-morales-a-historia-o-absolvera/>. Acesso em: 10 set. 2022.

SANTOS, Marcelo. O Plano Colômbia e o primeiro mandato de Álvaro Uribe (2002-2006) . **Cena Internacional**, vol. 8, n2, 2006. Disponível em: <https://biblat.unam.mx/hevila/CENAInternacional/2006/vol8/no2/3.pdf> Acesso em: 03 set. de 2022.

SCHNEIDER, Andressa. Artista leva mais cor e vida a moradias populares na Bolívia. **Inquietaria**, 22 fev. 2016. Disponível em: <https://inquietaria.99jobs.com/artista-leva-mais-cor-e-vida-a-moradias-populares-na-bol%C3%ADvia-bdeb522638bb>. Acesso em: 05 set. 2022.

SEGLINS, Valdis; KUKELA, Agnese; LAZDINA, Baiba. Nazca lines as an indicator of ancient irrigation system elements. **International Multidisciplinary Scientific GeoConference**, 2017. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Agnese-Kukela/publication/323178800\\_NAZCA\\_LINES\\_AS\\_AN\\_INDICATOR\\_OF\\_ANCIENT\\_IRRIGATION\\_SYSTEM\\_ELEMENTS/links/5bc6dad5a6fdcc03c78958ad/NAZCA-LINES-AS-AN-INDICATOR-OF-ANCIENT-IRRIGATION-SYSTEM-ELEMENTS.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Agnese-Kukela/publication/323178800_NAZCA_LINES_AS_AN_INDICATOR_OF_ANCIENT_IRRIGATION_SYSTEM_ELEMENTS/links/5bc6dad5a6fdcc03c78958ad/NAZCA-LINES-AS-AN-INDICATOR-OF-ANCIENT-IRRIGATION-SYSTEM-ELEMENTS.pdf) Acesso em: 28 jun. 2022.

SETTI, Gabriel. A hegemonia neoliberal e o capitalismo contemporâneo. **Revista Urutágu**a - Acadêmica Multidisciplinar, Maringá, n. 5, 2004. Disponível em: [http://www.urutagua.uem.br/005/04eco\\_setti.htm](http://www.urutagua.uem.br/005/04eco_setti.htm) . Acesso em: 31 jul. 2022.

SOLÍS, Ruth. Caral-Supe y su entorno natural y social en los orígenes de la civilización. **Revista Investigaciones Sociales**, n.14, p.89-120, Lima, 2005. Disponível em: <https://revistasinvestigacion.unmsm.edu.pe/index.php/sociales/article/view/8252/7201> . Acesso em: 22 jun. 2022.

STEDILE, João; CARVALHO, Horácio. Soberania Alimentar: Uma Necessidade dos Povos. **EcoDebate**, 2011. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2011/03/25/soberania-alimentar-uma-necessidade-dos-povos-artigo-de-joao-pedro-stedile-e-horacio-martins-de-carvalho/> . Acesso em: 22 jun. 2022.

TAVARES, Elaine. O Equador e o sentido de comunidade. **IELA**, 8 out. 2019. Disponível em: <https://iela.ufsc.br/povos-originarios/noticia/o-equador-e-o-sentido-de-comunidade> . Acesso em: 27 ago. 2022.

UNGA. United Nations General Assembly. Resolução 66/221. 20 dez. 2001. Disponível em: [https://digitallibrary.un.org/record/724509/files/A\\_RES\\_66\\_221-ES.pdf](https://digitallibrary.un.org/record/724509/files/A_RES_66_221-ES.pdf) . Acesso em: 15 set. 2022.

VARGAS, Lina. Una mirada propia: el cine de los pueblos indígenas. **Gato Pardo**, 07 de set. 2021. Disponível em: <https://gatopardo.com/noticias-actuales/una-mirada-propia-cine-indigena-colombia/> . Acesso em: 06 set. 2022.

VENEZUELA. Constitución de la República Bolivariana de Venezuela de 1999. Venezuela. Disponível em: <https://siteal.iiep.unesco.org/pt/bdnp/588/constitucion-republica-bolivariana-venezuela> . Acesso em: 16 set. 2022.

VITERI. Desirée. O tímido avanço dos direitos das mulheres equatorianas. **Latinoamérica 21**, 16 jun. 2022. Disponível em: <https://latinoamerica21.com/br/o-timido-avanco-dos-direitos-das-mulheres-equatorianas/> Acesso em: 27 ago. 2022.

WILLIAMSON, Guillermo; SEGAL, Oliver. Voz de los que no tienen voz: educomunicación en una Radio Comunitaria de Chile. **Augusto Guzzo Revista Acadêmica**, São Paulo, v. 1, n. 23, p. 13-32, dez. 2019. Disponível em: [http://www.fics.edu.br/index.php/augusto\\_guzzo/article/view/877](http://www.fics.edu.br/index.php/augusto_guzzo/article/view/877) . Acesso em: 07 set. 2022.